

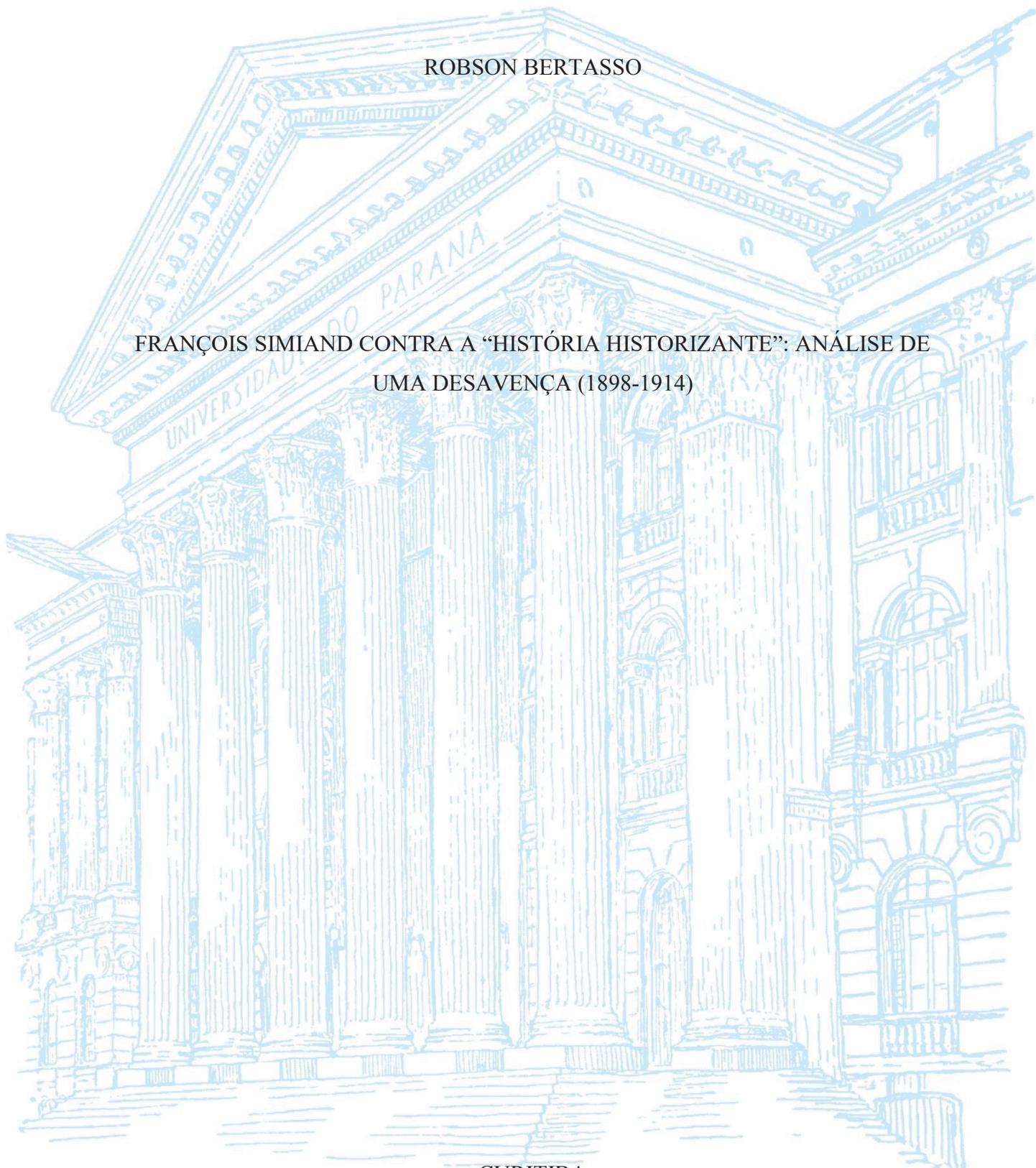
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROBSON BERTASSO

FRANÇOIS SIMIAND CONTRA A “HISTÓRIA HISTORIZANTE”: ANÁLISE DE
UMA DESAVENÇA (1898-1914)

CURITIBA

2021



ROBSON BERTASSO

FRANÇOIS SIMIAND CONTRA A “HISTÓRIA HISTORIZANTE”: ANÁLISE DE
UMA DESAVENÇA (1898-1914)

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre, Curso de Pós-
Graduação em História, Setor de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien.

Coorientador: Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira.

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Bertasso, Robson

François Simiand contra a "História Historizante" : análise de uma desavença (1898-1914). / Bertasso Robson. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien

Coorientador : Prof. Dr. Miguel Soares Palmeira

1. Simiand, François, 1873-1935 – História e crítica. 2. Seignobos, Charles, 1854-1942 - História e crítica. 3. Sociologia francesa - História. 4. Epistemologia. I. Benthien, Rafael Faraco, 1979-. II. Palmeira, Miguel Soares. III. Título.

CDD – 301.09



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ROBSON BERTASSO** intitulada: **François Simiand contra a "História Historizante": análise de uma desavença (1898-1914)**, sob orientação do Prof. Dr. **RAFAEL FARACO BENTHIEN**, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 29 de Março de 2021.

Assinatura Eletrônica

29/03/2021 17:06:11.0

RAFAEL FARACO BENTHIEN

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

29/03/2021 17:11:41.0

RAPHAEL GUILHERME GONÇALVES DE CARVALHO

Avallador Externo (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

29/03/2021 18:57:58.0

LIDIANE SOARES RODRIGUES

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS)

Para Jessica Cabral.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação foi escrita durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Isso tornou meu processo de pesquisa extremamente difícil, porém a sua produção só foi possível com o apoio de muitas pessoas.

Em primeiro lugar, agradeço ao prof. Dr. Rafael Faraco Benthien não apenas pela belíssima orientação com a qual conduziu a produção desse trabalho, com leituras atentas e contribuindo decisivamente para a sua elaboração, mas por toda sensibilidade, apoio e preocupação que demonstra em nossas conversas. Sou grato, de igual modo, ao prof. Dr. Miguel Soares Palmeira, que me coorientou ao longo dos últimos dois anos, sempre propondo reflexões instigantes que enriqueceram não somente essa pesquisa, como também a minha trajetória intelectual.

Quero agradecer, também, à profa. Dra. Lidiane Soares Rodrigues e ao prof. Dr. Raphael Guilherme de Carvalho por participarem das minhas bancas de qualificação e de defesa, propondo excelentes críticas que me inspiram a seguir adiante.

Registro meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, em especial ao prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima e à profa. Dra. Andréa Doré, que conduziram magistralmente os seminários. Sou grato aos colegas da linha de pesquisa “Espaço e Sociabilidades” por lerem e contribuírem para com a minha pesquisa, especialmente a Matheus Hatschbach, Diego Giacomassi e Igor Vitorino, com os quais aprendi muito. Estendo minha gratidão à profa. Dra. Vivianne de Castilho Moreira, do PPGFILO-UFPR, que ministrou de forma extraordinária a disciplina “Teoria do Conhecimento I”, voltada ao estudo da concepção científica de Aristóteles.

Muitas pessoas de fora da universidade me ajudaram decisivamente ao longo dessa jornada. Registrarei, aqui, minha gratidão àqueles que foram fundamentais para que eu concretizasse essa etapa.

Aos meus pais, Lucimery Xavier Bertasso e Roberval Aparecido Bertasso, que, mesmo diante de todas as dificuldades, sempre estiveram ao meu lado apoiando e me incentivando constantemente a seguir meus sonhos. Obrigado por tudo! À minha avó, Ruth Aparecida Borges Bertasso, que é um exemplo para mim, sempre me inspirando com a sua trajetória. À minha irmã, Hellen Priscila Bertasso, Nayara Bertasso de Oliveira e Luiz Fernandes de Oliveira por todo carinho comigo. À Mara Regina Cabral e Valdir Cabral por todo apoio e generosidade. Ao Leonardo Cabral que, além de me ajudar em várias questões

burocráticas, muito me inspira profissionalmente e intelectualmente. À Michelle Niks, Luiz Niks, André Niks e Isabella Niks por estarem ao meu lado diariamente e por me proporcionarem um lar. Ao Felipe Carvalho por nossa amizade de longa data, sempre me ajudando em vários sentidos. Ao Miguel Drigo que, muito mais que um colega de orientação, tornou-se um amigo. Ao Caio Gabriel pela parceria de muito tempo. Ao Cornélius e ao Theobaldo por todas as noites em claro que passaram ao meu lado, acompanhando-me na difícil tarefa de escrever.

Sou eternamente grato à minha esposa, Jessica Cabral, que sempre me incentivou a percorrer pelas veredas da carreira acadêmica, mesmo diante de todas as dificuldades. Obrigado por me apoiar na elaboração desse trabalho, nos meus projetos e por compartilhar o porvir ao meu lado. Você faz a minha vida ser muito feliz!

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

*Em história e em ciências sociais, a leitura
é um processo de apropriação que nos
conduz constantemente a “pensar com e a
pensar contra” os autores que nos
interessam.*

Gérard Noiriel.

RESUMO

A presente pesquisa investiga, através de revistas universitárias e boletins de sociedades especializadas, as relações entre a história e a sociologia no campo científico francês através das investidas de François Simiand (1873-1935) contra uma determinada concepção histórica e do seu vínculo com outras discussões realizadas naquela conjuntura. O recorte temporal percorre pelo período de 1898, momento que marca o início dos debates entre a “escola sociológica francesa” capitaneada por Émile Durkheim (1858-1917) e alguns historiadores profissionais, especialmente Charles Seignobos (1854-1942), a 1914, quando a atividade intelectual se viu diante de uma enorme crise político-social, com vários periódicos interrompendo suas publicações diante das convocações para a Primeira Guerra Mundial. Almejamos, desse modo, compreender as dinâmicas internas e externas da produção científica desse período, discernir as principais linhas de tensões dos debates e, ao mesmo tempo, situar o posicionamento dos agentes envolvidos. Inspiramo-nos, assim, nas contribuições teórico-metodológicas do sociólogo Pierre Bourdieu, sobretudo no conceito de campo científico (1975; 2004) e na sua proposta de uma ciência das obras (1996), e do historiador da arte Enrico Castelnuovo (2006), em relação à noção de fronteira.

Palavras-chave: François Simiand; Charles Seignobos; História; Sociologia; Epistemologia.

ABSTRACT

This research examines, through academic journals and bulletins of professional scholar associations, the relations between history and sociology in the French intellectual field. The time frame will cover the period of 1898, moment which marks the beginning of the debates between the French Sociological School led by Émile Durkheim (1858-1917) and professional historians, especially Charles Seignobos (1854-1942), to 1914, when the first world war started. Our main concerns are: 1) understanding the internal and external dynamics of the scientific production in this period, 2) discerning the main lines of tension in the debates, and 3) establishing the position of the agents involved in the discussion. The theoretical-methodological foundation is given by sociologist Pierre Bourdieu's sociology of intellectuals (especially his idea of intellectual and scientific fields (1975; 2004) and his proposition of internal and external reading of the works (1996), as well in the study of Enrico Castelnuovo (2006) concerning analysis of frontiers in art history.

Keywords: François Simiand; Charles Seignobos; History; Sociology; Epistemology.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - RELAÇÃO PROPORCIONAL E FAIXA ETÁRIA	89
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - RELAÇÕES ENTRE A HISTÓRIA E A SOCIOLOGIA NAS REVISTAS UNIVERSITÁRIAS	59
QUADRO 2 - PERFIS INSTITUCIONAIS	83
QUADRO 3 - REGRAS E COROLÁRIOS	98
QUADRO 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS DIVERSAS CAUSAS	115

LISTA DE ABREVIATURAS

AS	<i>L'Année Sociologique</i>
ENS	<i>École Normale Supérieure</i>
EPHE	<i>École Pratique des Hautes Études</i>
RMM	<i>Revue de Métaphysique et de Morale</i>
RQH	<i>Revue des Questions Historiques</i>
RP	<i>Revue Philosophique</i>
RSH	<i>Revue de Synthèse Historique</i>
RH	<i>Revue Historique</i>
SFP	<i>Société Française de Philosophie</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA CRUZADA DAS DISCIPLINAS NA TERCEIRA REPÚBLICA FRANCESA: TRIUNFOS E <i>HANDICAPS</i> INSTITUCIONAIS DA HISTÓRIA, FILOSOFIA E SOCIOLOGIA.....	21
1.1 O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR FRANCÊS NA TERCEIRA REPÚBLICA.....	21
1.2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO OFÍCIO DE HISTORIADOR.....	25
1.2.1 Existiu uma “Escola Metódica” na França?	29
1.3 A FILOSOFIA FRANCESA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	35
1.3.1 A <i>Revue de Métaphysique et de Morale</i> e a Sociedade Francesa de Filosofia.....	38
1.4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA DA SOCIOLOGIA NA FRANÇA.....	43
1.4.1 A revista <i>L’Année Sociologique</i>	46
1.5 O PROBLEMA DAS FRONTEIRAS DISCIPLINARES	48
2. HISTÓRIA E SOCIOLOGIA EM DEBATE: AS PRIMEIRAS DESAVENÇAS EPISTEMOLÓGICAS FRANCESAS.....	50
2.1 CHARLES SEIGNOBOS, FRANÇOIS SIMIAND E ÉMILE DURKHEIM: AS PRIMEIRAS PROPOSIÇÕES PARA O DEBATE	50
2.2 A QUERELA NAS REVISTAS UNIVERSITÁRIAS.....	58
2.2.1 A investida de François Simiand em 1903	67
2.2.2 A recepção imediata de “Método Histórico e Ciência Social”	74
3. A SOCIEDADE FRANCESA DE FILOSOFIA INCITA O DEBATE.....	81
3.1 PERFIS INSTITUCIONAIS DOS PRESENTES NAS SESSÕES DA SOCIEDADE FRANCESA DE FILOSOFIA	82
3.2 A CAUSALIDADE EM HISTÓRIA	90

3.2.1	Intervenções (I).....	100
3.3	AS CONDIÇÕES PRÁTICAS DA INVESTIGAÇÃO DAS CAUSAS NO TRABALHO HISTÓRICO	104
3.4.1	Intervenções (II)	109
3.4	O DESCONHECIDO E O INCONSCIENTE EM HISTÓRIA	113
3.4.1	Intervenções (III).....	117
	CONSIDERAÇÕES	121
	FONTES	125
	REFERÊNCIAS	127

INTRODUÇÃO

O que torna, em história, um debate intelectual clássico? Um olhar regressivo que enxerga, em certos embates, pontos de ruptura entre o que é primitivo e moderno? Ou um conjunto de forças operado no interior do campo que visa estabelecer aquilo que comporá o *ethos* da disciplina? Ou, ainda, os dois aspectos combinados?

Estabelecer, imediatamente, uma resposta fixa ao problema não é uma das tarefas mais simples porque ele é envolto numa série de mecanismos que, por vezes, misturam-se e se confundem nas memórias disciplinares e nos confrontos atuais.

Em sua introdução à “Apologia da História, ou o Ofício do Historiador”, por exemplo, Marc Bloch assinalava, numa reflexão acerca da produção histórica passada, a existência de duas tendências dominantes na virada do século XIX para o XX. Compartilhando, em geral, a admiração por uma “imagem verdadeiramente comtiana das ciências do mundo físico” (BLOCH, 2001, p. 47), os seus antecessores propuseram soluções relativamente distintas ao tentar transpô-la para a realidade das investigações em história. Enquanto a primeira, dizia o autor, julgava ser possível instituir uma “ciência da evolução humana” em sintonia ao rígido modelo supracitado, afastando do seu alcance aspectos refratários a um conhecimento racional, tais como a vida individual, a segunda, aspirando uma posição menos pretensiosa, distanciava a história dos quadros do legalismo físico, definindo-a como uma “espécie de jogo estético ou, ao menos, um exercício de higiene favorável ao espírito” (BLOCH, 2001, p. 48).

Apesar de constatada a importância de suas contribuições, o que lhes garantiam ao menos uma pequena lembrança, o retorno aos mestres de ontem sugeria, muito mais do que meras reverências, a superação dessa dicotomia por uma geração que não se via mais obrigada a aplicar a todos os objetos do conhecimento um modelo uniforme pautado nas ciências da natureza (BLOCH, 2001, p. 49). Relegava-se a eles, portanto, uma posição ultrapassada na sua memória disciplinar. Mas a quem se referia o autor? Ora, respectivamente à “escola sociológica francesa” capitaneada por Émile Durkheim, em especial às colaborações de François Simiand, e aos historiadores profissionais, como Charles Seignobos, que participaram ativamente dos debates entre a história e a sociologia na virada do século XIX para o XX.

Alguns anos mais tarde, já nas décadas de 1950 e 1960, à medida que se pronunciava uma crise geral nas “ciências do homem” (BRAUDEL, 1972, p. 7), eles foram novamente recuperados¹ – agora numa outra chave de leitura.

Em um cenário de fortes disputas entre a história e outros saberes, tais como a antropologia estruturalista, Fernand Braudel incitava o diálogo para superar as dificuldades encontradas na “investigação do social”. Curiosamente, em 1960 ele republicaria na seção *Débats et Combats* da revista *Annales. Économies, Sociétés et Civilisations* como uma espécie de orientação à nova geração de pesquisadores um dos principais materiais que compuseram os debates referidos anteriormente: o artigo de François Simiand intitulado “Método Histórico e Ciência Social” (*Méthode Historique et Science Sociale*), que foi publicado originalmente *Revue de Synthèse Historique* em 1903. Com uma pequena nota explicativa sobre a sua pertinência naquele momento, Fernand Braudel asseverava:

os *Annales* publicam hoje um *débats et combats* que tem cinquenta anos de idade: o artigo **clássico** de François Simiand [...] que é bem conhecido por todos aqueles que fizeram seu aprendizado antes de 1939. Nós o publicamos especialmente aos jovens historiadores, para lhes permitir mensurar o caminho percorrido em meio século e melhor compreender esse diálogo entre a história e as ciências sociais, que permanece a meta e a razão de ser da nossa revista² (1960, p. 83, tradução nossa, grifo nosso).

Marc Bloch e Fernand Braudel, cada qual à sua maneira, imputaram aos debates da virada do século XIX para o XX uma notória importância. Em comum, porém, o que observamos foi um *modus operandi* que os instrumentalizava em favor de certas posições, desconsiderando, nesse procedimento, as suas especificidades e as condições que envolveram a sua produção. Eles se tornaram clássicos, portanto, sendo descolados parcialmente de suas conjunturas particulares, num movimento muito mais posterior do que imediato.

¹ Esse aspecto pode ser observado em Claude Lévi-Strauss (2012) e Fernand Braudel (1972). Ademais, no Brasil Sergio Buarque de Holanda também os retomou na década de 1960 numa conferência proferida no Centro de Estudos Históricos Afonso Taunay. Para mais informações, conferir Raphael Guilherme de Carvalho (2018).

² No original: “les *Annales* publient aujourd'hui un *débats et combats* qui a cinquante ans d'âge : l'article classique de François Simiand [...] est bien connu de tous ceux qui firent leur apprentissage avant 1939. Nous le publions surtout à l'intention des jeunes historiens, pour leur permettre de mesurer le chemin parcouru en un demi-siècle, et de mieux comprendre ce dialogue de l'Histoire et des Sciences sociales, qui reste le but et la raison d'être de notre Revue”.

A presente pesquisa investiga, portanto, os debates entre a história e a sociologia realizados na virada do século XIX para o XX no campo científico francês, tomando como eixo central as investidas de François Simiand ao que ele chamou depreciativamente de “história historizante”, da qual Charles Seignobos seria, ao seu ver, um ilustre representante.

Se o artigo de 1903 é, hoje, o seu trabalho mais conhecido, sua trajetória intelectual foi marcada por um pluralismo de temas que iam desde a economia à história, passando pela psicologia e pela geografia.

Quando publicou “Método Histórico e Ciência Social” na *Revue de Synthèse Historique* – que, aliás, não foi a sua única incursão pela epistemologia da história –, ele já era percebido como um intelectual promissor que havia passado pelas mais renomadas instituições parisienses de ensino, como o Liceu Henri IV e a Escola Normal Superior, tornando-se um *agrégé* em filosofia no ano de 1896 – o mais importante concurso nacional docente que habilitava os recém-formados para atuar em postos profissionais no ensino secundário e, eventualmente, no superior. Ademais, desde o início da revista *L'Année Sociologique*, criada por Émile Durkheim em 1898, ele integrava seus quadros, dirigindo a seção de “Sociologia Econômica”.

Há que pensar, nesse sentido, que a sua publicação de 1903 não foi um esforço isolado, tampouco individual. Pelo contrário, ela se encontrava imersa numa série muito mais ampla de embates que havia mobilizado grande parcela da elite universitária francesa, dentre eles, historiadores, filósofos, sociólogos e linguistas.

Dessa forma, a série documental da presente dissertação corresponde a artigos, resenhas e comentários que foram publicados em revistas universitárias e boletins de sociedades especializadas, as quais transcreveram e tornaram públicas suas sessões de discussões.

Assim sendo, para além das assimilações que tornaram clássicas essas discussões *a posteriori*, muitas questões permeiam esse estudo. Afinal, em quais condições elas se processaram? Quem participou delas? Por quais motivos eles se engajaram nelas? Em quais locais ocorreram? Quais foram os principais sentidos e contrassensos?

Para dar conta delas, propomo-nos a investigar o nosso objeto numa perspectiva relacional. Utilizamos, desse modo, o conceito de “campo científico” engendrado por Pierre Bourdieu (1975) enquanto instrumento heurístico.

Conforme o sociólogo francês, ao analisarmos a atividade científica é preciso nos atentarmos para o funcionamento do microcosmo social em que ela se encontra inserida. Em

linhas gerais, ao ser entendido “como sistema de relações objetivas entre as posições adquiridas (pelas lutas anteriores) [o campo] é o lugar (isto é, o espaço de jogo) de uma luta concorrencial que tem por interesse específico o monopólio da *autoridade científica*”³ (BOURDIEU, 1975, p. 91).

Por trás da desavença entre a história e a sociologia, observamos um conjunto de elementos (como alianças, estratégias, circulação entre os espaços) que esteve diretamente envolvido em sua gestação. Ademais, os agentes, mais ou menos conscientes, realizam escolhas visando maximizar os lucros propriamente científicos, quer dizer, o reconhecimento entre os pares através de uma estratégia política de ação, aproximando-se de circuitos particulares, pesquisando acerca de determinados assuntos, publicando seus resultados em espaços específicos, entre outros aspectos (BOURDIEU, 1975, p. 94). Decorre disso, portanto, a necessidade de investigar, além dos conteúdos, os lugares em que as discussões se processaram, por quais indivíduos elas foram realizadas e toda a cadeia de operações empregada (que envolveram citações, formas de tratamento, alvos direcionados). Afinal, tal como sugere Pierre Bourdieu (1975, p. 100), a estrutura do campo científico é determinada pelo estado das relações de força entre os cientistas, que resulta, por sua vez, das lutas anteriores que orientarão as estratégias de cada um nas próximas ações, sejam elas de conservação, sucessão ou subversão da ordem.

Quanto às disciplinas, optamos por assumir uma postura que não as assimila enquanto uma dimensão fixa e rígida, uma totalidade nelas próprias. Em outras palavras, como se a desavença entre a história e a sociologia ocorrida na virada do século XIX para o XX se explicasse, por si só, através de definições exteriores, a partir das quais nós encaixaríamos em cada rótulo os seus representantes legítimos engajados na desavença. Para tanto, as reflexões de Rafael Faraco Benthien (2020) se mostram oportunas nesse sentido:

um dos possíveis caminhos para a complexificação de seu trabalho consiste em tensionar os ideais e as evidências das disciplinas valendo-se da noção de interdisciplinaridade, sem visar, com isso, partir da unidade e da totalidade disciplinares, ou então reconstituí-las. Eis a possibilidade aqui aventada. É necessário, porém, cautela, pois existem inúmeros sentidos-comuns em torno dessa noção que, logicamente incompatíveis entre si, precisam ser desde já retificados. [...] Para fugir dessas armadilhas é imprescindível assumir que a primeira forma de abordar uma disciplina não é definindo-a, mas buscando

³ No original : « comme système des relations objectives entre les positions acquises (par les luttes antérieures) est le lieu (c'est-à-dire l'espace de jeu) d'une lutte de concurrence qui a pour enjeu spécifique le monopole de l'autorité scientifique ».

inventariar os sentidos que os rótulos disciplinares puderam assumir (BENTHIEN, 2020, p. 14).

Interessa-nos mostrar, a partir disso, que nenhum espaço é puramente disciplinar, envolto numa dinâmica própria e estática. Tais lugares estão sempre em relação com outros ambientes disciplinares, aspecto que abordaremos ao lidar com a documentação empírica da pesquisa.

Assim sendo, resta agora elucidar a forma com a qual estruturamos o nosso trabalho. A presente dissertação encontra-se dividida em três capítulos.

O primeiro, cujo título é “Elementos para uma história cruzada das disciplinas na Terceira República Francesa: triunfos e *handicaps* institucionais da história, filosofia e sociologia”, oferece um panorama do desenvolvimento institucional desses três campos do saber e suas relações com as reformas educacionais promovidas a partir de 1870. Investigamos, nele, elementos como as posições ocupadas por cada uma das disciplinas na estrutura do ensino superior, a profissionalização das pesquisas e a organização das comunidades – os quais mais tarde serão complexificados à luz da análise documental.

O segundo capítulo, intitulado “História e sociologia em debate: as primeiras desavenças epistemológicas francesas”, analisa as primeiras discussões promovidas por Charles Seignobos, François Simiand, Émile Durkheim, entre outros, mapeia artigos que versaram sobre as relações entre história e sociologia, propõe uma leitura do artigo “Método Histórico e Ciência Social” e explorar a sua recepção no campo científico francês.

Por fim, no terceiro capítulo, “A Sociedade Francesa de Filosofia incita o debate”, analisamos as três reuniões promovidas pela instituição homônima, a saber, as sessões realizadas em 30 de maio de 1906 (*La causalité en histoire*), 31 de maio de 1907 (*Les conditions pratiques de la recherche des causa dans le travail historique*) e em 28 de maio de 1908 (*L'inconnu et l'inconscient en histoire*). Realizamos, ainda, uma investigação morfológica dos agentes presentes.

Acrescentamos, enfim, que essa grande mobilização em torno das relações entre a história e a sociologia foi marcada por uma desavença no seu sentido mais amplo, envolvendo, por exemplo, aspectos institucionais e epistemológicos. À vista disso, optamos por utilizá-la no título desta dissertação.

1. ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA CRUZADA DAS DISCIPLINAS NA TERCEIRA REPÚBLICA FRANCESA: TRIUNFOS E *HANDICAPS* INSTITUCIONAIS DA HISTÓRIA, FILOSOFIA E SOCIOLOGIA

O intuito deste capítulo é de oferecer um panorama do desenvolvimento institucional da história, filosofia e sociologia na primeira metade da Terceira República Francesa (1870-1914), atentando-se para o processo de mutação do sistema de ensino (que passará de uma estrutura voltada exclusivamente ao ensino para a principal fomentadora de estudos originais), de organização coletiva e de profissionalização das pesquisas nessas respectivas áreas.

Através dele, almejamos problematizar, desde já, elementos (como o desequilíbrio hierárquico do campo universitário, os diferentes arranjos coletivos e a dinâmica da produção intelectual) que serão complexificados, posteriormente, à luz da análise das controvérsias científicas envolvendo a história e a sociologia. Afinal, acreditamos que essas questões encontravam-se imbricadas e em reação umas às outras.

1.1 O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR FRANCÊS NA TERCEIRA REPÚBLICA

Entendemos por “moderno sistema de ensino francês” o conjunto de instituições que existe até hoje e cujas bases foram sendo fixadas a partir dos anos finais da Revolução Francesa. Entendido nesses termos, sua história pode ser dividida, esquematicamente, em duas fases. Enquanto a primeira caracterizou-se por uma hegemonia dos liceus (1789-1870), a segunda, a partir de 1870, marcou-se pela ascensão das instituições de ensino superior (as universidades e as *grandes écoles*) como as concebemos hoje, isto é, instituições voltadas ao ensino e à pesquisa (PROST, 1968, p. 224).

Esse processo enfrentou, ao longo de seu percurso, momentos de rupturas e de continuidades, sendo influenciado pela paisagem política durante praticamente todo o século XIX.

Entre 1802 e 1808, autoridades consulares e, posteriormente, imperiais estiveram à frente de várias iniciativas a fim de promover uma organização do sistema educacional, o

qual encontrava-se atravessado pelas instabilidades político-sociais da ruptura francesa para com o Antigo Regime.

O liceu despontou, ao final deste intervalo, como a principal solução do regime para o secundário, privilegiando o ensino clássico do latim e do grego, e mantendo a matemática de forma substancial em seu currículo⁴. Em relação ao ensino superior, a maior inovação foi a estruturação da Universidade Imperial a qual, diferentemente da concepção usual do termo, assumia a incumbência de uma corporação nacional de matriz laica. Basicamente, sua função era organizar os planos educacionais, autorizar o funcionamento das instituições dispersas pelo país, contratar professores e conceder os novos títulos concebidos – como o *baccalauréat* (elaborado em 1808 a fim de padronizar o término do ensino secundário e dar acesso às faculdades), a *licence* (um concurso que certificava professores para o exercício em postos inferiores no ensino secundário), a *agrégation* (um concurso nacional extremamente concorrido aplicado a partir de 1821, que habilitava professores para o ensino secundário nos liceus mais prestigiados e, em alguns casos, para o ensino superior) e o doutorado (RINGER, 1992, pp. 43-44). Paralelamente, as faculdades foram reestabelecidas com as competências de formar profissionais liberais e de preparar professores (no caso das faculdades de ciências e de letras).

O ensino superior foi reformulado, portanto, em função do secundário – uma particularidade que marcará o caso francês. Seus cursos assumiam uma fórmula conferencista voltada ao grande público e sem maiores ambições quanto à produção de conhecimento original.

As *grandes écoles*, por seu turno, foram instituições muito valorizadas nesse período. Sua característica extraordinária (a saber, preparar especialistas para as mais variadas funções do serviço estatal) e as vantagens internas que proporcionavam (ao ingressar, o estudante passava a ser considerado um funcionário público, recebendo gratificações para seu exercício), tornavam-nas centros altamente almejados entre os egressos do ensino secundário. A fim de prepará-los aos processos seletivos, os quais eram frequentemente independentes do *baccalauréat*, os mais renomados liceus parisienses (como o Henri IV e o Louis-le-Grand) ofereciam cursos preparatórios direcionados especificamente

⁴ Tratava-se de uma reação às Escolas Centrais concebidas em 1795. Elas privilegiavam, em detrimento do latim, o ensino das ciências naturais, da história, da matemática e da filosofia numa perspectiva enciclopédica, a qual pretendia formar simultaneamente um espírito de observação e de experimentação (PROST, 1968, p. 55). Em suma, essa experiência pedagógica rompia com o modelo antigo estruturado pelas congregações religiosas.

a eles. Assim, criava-se uma discrepância socioeducacional entre as instituições secundárias e superiores.

A principal *grande école* no domínio da educação das letras e das ciências era a Escola Normal Superior (*École Normale Supérieure*) (ENS), concebida em 1794 durante o período revolucionário e reorganizada em 1808. Basicamente, sua atribuição era formar a elite dos futuros professores e os administradores das escolas secundárias. Quando comparado aos egressos das faculdades comuns, os *normaliens* se diferenciavam justamente por acessarem, de imediato, posições que eram, para o resto do corpo docente, ambições do fim da carreira (PROST, 1968, p. 72). Ademais, era um movimento comum seus estudantes tornarem-se *agrégés*, o que os dotava ainda mais de uma aura especial. Não por acaso, essa “aristocracia” do sistema educacional será acionada, durante a Terceira República, para repensar e propor um novo modelo universitário para a nação.

As reformas promovidas durante o período napoleônico estabeleceram para o século XIX uma estrutura básica de ensino (RINGER, 1992, p. 40). Entretanto, tratava-se de uma formulação voltada à mera reprodução dos saberes. O desenvolvimento de pesquisas e inovações científicas ocorriam, sobretudo, no âmbito de instituições situadas à sua margem, como no *Collège de France*, nas academias do *Institut de France*, nos salões privados e nas sociedades provincianas, seguindo uma dinâmica própria muito ligada ao universo político⁵.

Ao longo da primeira metade do século XIX, poucas modificações foram realizadas. O que se manteve inconstante, todavia, foram os planos de estudos, priorizando uma educação ora científica, ora humanista, de acordo com o regime político em voga (DURKHEIM, 1995, p. 287), com os debates acerca da laicidade e da religiosidade ganhando cada vez mais protagonismo.

Ao longo da administração de Victor Duruy (1811-1894), ainda no Segundo Império (1851-1870) no Ministério da Instrução Pública, a produção científica passou por uma série de reavaliações, as quais revelaram graves problemas estruturais (baixo orçamento, poucos laboratórios especializados, bibliotecas com péssimas qualidades, e assim por diante). Seu caráter amadorístico passou a ser denunciado com frequência. Antoine Prost (1968, p. 229) sublinha que, em virtude disso, uma política ambiciosa foi concebida – mas que ainda repousava numa nítida distinção entre ensino e pesquisa. Enquanto para o primeiro criou-se cadeiras universitárias para suprir as certas demandas

⁵ Para uma análise centrada nesse tema, ver Jessica Cabral (2020), Wolf Feuerhahn (2017) e André Damien (1999).

locais, para o segundo foi concebida uma nova instituição: a Escola Prática de Altos Estudos (*École Pratique des Hautes Études*) (EPHE). Fundada em 1868, ela era composta, inicialmente, de quatro seções⁶ (“Matemáticas”, “Física e Química”, “Ciências Naturais e Psicologia” e “Ciências Históricas e Filológicas”), nas quais eram desenvolvidos seminários de pesquisas aos moldes das universidades alemãs, com um número reduzido de participantes, sem um quadro rígido e uma hierarquia fixa (PROST, 1968, p. 229). Tratava-se de uma primeira experiência que visava conciliar as duas dimensões.

A derrota na Guerra Franco-Prussiana, que culminaria na instalação da Terceira República em 1870, seria um divisor de águas. A partir de então, reformas estruturais de grande impacto foram suscitadas por setores da sociedade que enxergavam nela um sintoma de relaxamento cívico combinado com um sentimento de humilhação perante o poderio alemão – militar e, também, científico (REVEL, 2010, p. 25). A revanche far-se-ia não apenas pelo incremento bélico, mas também por meio do desenvolvimento intelectual. Repensar a universidade tornava-se uma urgente tarefa nacional, a qual seria confiada à elite erudita, oriunda principalmente da Escola Normal Superior (ENS). Dessa maneira, personalidades como Armand Du Mesnil (1819-1903), Diretor do Ensino Superior durante a administração de Victor Duruy, Gabriel Monod (1844-1912), Ernest Lavisse (1842-1922) e Ernest Renan (1823-1892) elaborariam em 1877 um programa inovador, cuja realização seria possível graças à conquista da maioria parlamentar pelos republicanos no mesmo ano.

Se até então ensino e pesquisa eram dimensões separadas, dali em diante ambas começaram a ser praticamente indissociadas, tendo como principal catalisador o ensino superior.

A nova reforma estava em plena sintonia com o modelo das universidades alemãs testado anteriormente na EPHE. Paulatinamente, embora nunca totalmente, os grandes cursos públicos de caráter mundano foram cedendo espaço aos fechados, realizados em pequenas salas, com número reduzido de ouvintes, voltados ao desenvolvimento de pesquisas. Tratava-se, enfim, do surgimento de uma terceira ordem educacional, a qual reivindicava créditos e locais, atenuando as fronteiras entre a pesquisa e multiplicando seus mestres e estudantes (PROST, 1968, p. 234). Em suma,

a República precisava de cientistas e de professores e ela soube se dar os meios de formá-los. O conjunto das reformas e das inovações foi, até a virada do século

⁶ Em 1885 será criada a quinta seção desta instituição, intitulada “Ciências Religiosas”, e em 1947 a sexta seção, intitulada “Ciências Econômicas e Sociais”.

principalmente, levado por um forte crescimento dos fluxos orçamentários assim como por uma multiplicação das posições universitárias (que tornavam, aliás, necessário o espetacular aumento dos efetivos estudantis, em particular de letras e de ciências) (REVEL, 2010, pp. 25-26).

O processo de autonomização do campo universitário, dinamizado pelo estabelecimento de novos planos de carreira, o aumento expressivo de estudantes, o surgimento e, conseqüentemente, consolidação de novas disciplinas, desenvolveu um novo ideal professoral. Assim, ao contrário do que ocorria anteriormente, quando era nomeado pelo poder político principalmente em razão de seus engajamentos, o professor do ensino superior se transformou num mestre selecionado e especializado, cuja atuação profissional era animada por uma aspiração propriamente universitária (CHARLE, 1983). Será em função desses laços institucionais que a dinâmica da produção científica se verá, em certa medida, envolvida. Seus agentes elaborarão órgãos e métodos específicos para a validação dos estudos, bem como espaços para a regulação das desavenças epistemológicas, agendas teóricas serão levadas a cabo numa arena de disputas comum, relativamente autônoma.

Veremos a seguir como esse processo se desenvolveu em relação à história, à filosofia e à sociologia, marcando fortemente a profissionalização das pesquisas nessas respectivas áreas.

1.2 A PROFISSIONALIZAÇÃO DO OFÍCIO DE HISTORIADOR

Durante grande parte do século XIX, a historiografia francesa esteve circunscrita numa miríade de práticas científicas, sem caráter homogêneo. Por vezes, historiadoras e historiadores adeptos às mais variadas vertentes políticas buscavam em seus estudos elementos para o reestabelecimento da Revolução Francesa ou para a Restauração Monárquica. Tratava-se, em suma, de uma atividade que se encontrava diretamente subordinada aos desafios da luta política e atravessada por um conjunto de normas extradisciplinares – portanto, sem autonomia ⁷ (NOIRIEL, 1990, p. 59).

⁷ Gérard Noiriel (1990, p. 59) argumenta que a história era um conhecimento dominado pela filosofia e pelas letras, entre outras razões, porque não havia formação especializada na disciplina. Assim, seu ensino era realizado por agentes de outras áreas, os quais a transformavam num saber auxiliar para os estudos clássicos greco-latinos e para o francês.

Reflexo dessa organização era a diversidade ocupacional entre os agentes que reclamavam para si a tarefa de escrever sobre o passado.

Charles-Olivier Carbonell (1976a) produziu, nesse sentido, uma ampla prosopografia dos historiadores entre os anos de 1866 e 1876, a qual nos proporciona uma perspectiva geral acerca dessa população no período anterior às grandes reformas universitárias.

Considerando, na sua análise, indivíduos que produziram qualquer obra histórica no período supracitado e categorizando-os a partir de eixos informativos como gênero, faixa etária e ocupação profissional, obteve-se um cenário consideravelmente heterogêneo. Homens, com idade média de cinquenta e um anos, dominavam majoritariamente a categoria – as mulheres representavam um percentual menor que 2%. Ademais, existia um forte desequilíbrio geográfico que implicava uma centralização em Paris⁸ – ainda que houvesse outros centros relevantes, como em Marseille e Bordeaux – e uma repartição social e socio-funcional multifacetada.

Indo além dos dados quantitativos, o autor chama a atenção para três grupos sociais que representavam casos consideravelmente particulares: professores, arquivistas e bibliotecários.

Separados em três níveis – ensino primário, secundário e superior –, os primeiros apresentavam graus de intensidade e de qualidade distintos em suas produções. Enquanto os *instituteurs* (docentes nas escolas elementares) realizavam, no geral, monografias locais, os demais operavam estudos mais complexos e de temas variados, que iam desde a antiguidade à história de países estrangeiros, passando por reflexões teórico-metodológicas⁹.

Quanto aos outros dois, que conservavam o maior volume numérico de obras produzidas no recorte, eram formados por agentes oriundos, principalmente, da École des

⁸ O desequilíbrio Paris-Província existia há muito tempo e podia ser explicado em razão das desigualdades estruturais e econômicas das regiões francesas, as quais foram constituídas historicamente – a capital detinha as principais instituições de ensino e pesquisa, as bibliotecas mais ricas, os melhores postos de trabalho etc.

⁹ Fustel de Coulanges (1830-1889) ilustra muito bem esse caso, pois ao longo de seu percurso enquanto professor da Faculdade de Letras de Estrasburgo ele transitou por essas diversas áreas de atuação. Para uma análise voltada especificamente à sua trajetória, conferir François Hartog (2003) e Temístocles Cezar (2010).

Chartes¹⁰. Foram eles, aliás, liderados por Gaston du Fresne de Beaucourt (1833-1902), um erudito aristocrata com grande circulação entre as instituições de mecenato, que criaram a primeira revista de história especializada da França em 1866, a *Revue des Questions Historiques* (RQH). Impressa trimestralmente, a RQH contava com seções voltadas à publicação de artigos originais, resenhas de livros e de periódicos, bem como de documentos inéditos. Basicamente, o que qualificava a historiografia *chartiste* era a sua extrema dependência para com os documentos dos quais seus representantes detinham a salvaguarda – não por acaso, os principais temas abordados compreendiam os períodos medieval e moderno, mais próximos à temática nacional (CARBONELL, 1976a, p. 253).

A atividade historiográfica não estava, portanto, condicionada somente a um grupo social, refletindo um universo descentralizado e heterogêneo no tocante à produção intelectual. Tal *modus operandi* permaneceria usual, em linhas gerais, até a constituição de uma comunidade científica e universitária, a qual viria a ocorrer, de fato, ao longo da Terceira República Francesa.

À medida que as agendas reformistas republicanas foram sendo aplicadas, e a universidade foi gradualmente se transformando no principal centro de fomento à pesquisa, a disputa por espaços institucionais se acirraria entre os agentes nela inseridos. Como os historiadores se envolveram diretamente nas reformas educacionais do período, a disciplina acabaria por lograr importantes posições dentro do campo universitário.

Gérard Noiriel (1990, p. 63) examina, através de um levantamento institucional, que a quantidade de cadeiras ligadas à história praticamente dobrou na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne) entre 1870 e 1900. Em contrapartida, no cenário nacional, passou-se de cinquenta e sete para setenta e quatro cátedras, alcançando cerca de mil estudantes espalhados por todo o território francês. Ora, se a disciplina já dispunha de uma reputação considerável no ensino secundário, uma vez que ela compunha os currículos obrigatórios dos liceus desde 1818 (PROST, 2012, p. 17), neste momento ela passava a ocupar uma posição igualmente de destaque nas universidades. Assim, grande parte da comunidade apoiaria, com entusiasmo, a causa republicana no final do século XIX. No entanto, ao

¹⁰ Criada em 1821, a École des Chartes era responsável pela formação dos profissionais (arquivistas, paleógrafos e bibliotecários) que atuavam diretamente nas prefeituras, nos museus e nos arquivos nacionais e regionais. No decorrer do século XIX, ela se tornou um centro de referência na elaboração de métodos de crítica documental, com professores extremamente qualificados. Seus formandos seguiam, no entanto, percursos relativamente distintos dos egressos da Escola Normal Superior, pois eles não precisavam realizar os concursos da carreira docente, como a *agrégation* e a *licence*, nem mesmo o doutorado para alcançar os postos de trabalho (SILVA, 2010).

contrário do que ocorria outrora, a disciplina não podia mais ser concebida como marcada por orientações políticas, pois a constituição de um corpo profissional supunha a sua relativa autonomização não somente da esfera política, mas também de outras áreas do saber, como das letras e da filosofia. Foi ela, aliás, que conduziu o rompimento com o ecletismo da formação anterior, impulsionando cada vez mais a especialização dos seus representantes (NOIRIEL, 1990, p. 64).

Os historiadores profissionais operaram, então, um processo de fechamento da área a partir de duas frentes de ação: por meio da organização da formação profissional no ensino superior e da definição de uma norma legítima, a qual demarcava os contornos de uma comunidade científica capaz de garantir a validade do saber histórico (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p. 87). Sinalizava-se a distância para com os outros saberes, desautorizando os que não se inseriam nela – a saber, os amadores – de falar em nome da disciplina.

Reflexo disso foram as restrições impostas nos vários planos institucionais. Numa nota publicada na *Revue de Synthèse Historique* em 1904, Pierre Caron (1875-1952) – egresso da Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne) e funcionário dos Arquivos Nacionais – detalhava, minimamente, este processo:

a fundação da *Société d'Histoire Moderne* resultou da ideia de agrupar, a fim de contribuir para o progresso dos estudos críticos de história moderna, “os trabalhadores preocupados, antes de tudo, com pesquisas científicas e decididos a afastar toda explicação que não seria exclusivamente científica e racional” (art. 1º do estatuto). Em razão desta concepção, a Sociedade teve que recrutar: 1º entre os historiadores qualificados por seus títulos e trabalhos, isto é, entre os “profissionais” [...]. Portanto, encontrar-se-iam excluídos, em princípio, os “amadores”, os homens políticos e os não-racionalistas¹¹ (CARON, 1904, pp. 244-245, tradução nossa).

Aos poucos, as sociedades eruditas espalhadas pelo território francês – que foram protagonistas na produção científica de outrora – passaram a ser marginalizadas pelos efeitos da reforma do ensino superior. Entretanto, apenas o distanciamento espacial não bastava

¹¹ No original: “la fondation de la Société d’histoire moderne a résulté de l’idée nouvelle de grouper, pour contribuer au progrès des études critiques d’histoire moderne, « les travailleurs avant tout préoccupés de recherches scientifiques et résolus à écarter toute explication qui ne serait pas exclusivement scientifique et rationnelle » (art. 1^{er} des statuts). En raison de cette conception, la Société devait se recruter : 1^o parmi les historiens qualifiés par leurs travaux, ce qui revient à dire parmi les « professionnels » [...]. Se trouvaient donc exclus, en principe, les « amateurs », les homme politiques, les non-rationalistes”.

para delimitar, de maneira clara, as diferenças. Foi preciso, para tanto, estabelecer um conjunto de técnicas codificadas em um corpo de regras que fosse inacessível a alguém sem a devida formação. Em outras palavras, tratava-se da consolidação de uma estrutura dialógica entre os próprios pares.

A introdução de técnicas – como a diplomática, a numismática e a paleografia – até então monopolizadas pelos arquivistas nos novos cursos ofertados, a transformação do concurso de *agrégation* em história e geografia numa espécie de iniciação à pesquisa científica, bem como a anexação de centros de referência (como a *École des Chartes* e a *École Pratique des Hautes Études*) à estrutura do ensino superior constituíram a base para a ruptura com o mundo exterior (NOIRIEL, 1990, p. 64). Pregava-se a defesa do método, o qual seria conquistado através de uma sólida formação, como instrumento indissociável da prática científica especializada¹².

Tal mutação ideológica proporcionou, em linhas gerais, o que Gérard Noiriel (1990) denominou de “profissionalização do ofício do historiador”. Em outros termos, o momento em que um corpo de professores passou a ser regularmente remunerado para, além da docência, desenvolver pesquisas históricas – aspecto que era exceção até o final do século XIX.

Esse processo implicaria, contudo, novos desafios à comunidade. Visto que as transformações universitárias lesaram disciplinas anteriormente dominantes e favoreceram, em grande medida, a história, esta passou a sofrer vários questionamentos – especialmente no plano teórico e de novos saberes em ascensão, como das ciências sociais. Ora, quando uma instância externa ao ofício intenta regrá-lo, nota-se um recuo da autonomização que pode gerar uma reação em defesa. Assim, como assevera Gérard Noiriel (1990, p. 72), uma nova função seria atribuída ao historiador profissional: proteger sua corporação, justificando sua prática no nível epistemológico frente às eventuais ameaças reveladas.

A indicação dos agentes envolvidos, bem como os termos pelos quais os debates se processaram serão expostos e analisados nos capítulos seguintes.

1.2.1 Existiu uma “Escola Metódica” na França?

¹² Isso não significava que toda produção historiográfica passou a seguir tal modelo ou mesmo a ser produzida no âmbito universitário. A divergência entre “amadores” e “profissionais” continuou existindo, mas os primeiros foram ficando cada vez mais isolados e perdendo prestígio para os demais (NOIRIEL, 1990, p. 64).

“Os *Annales* são um órgão de combate”. Assim se define, com frequência, na memória disciplinar o fenômeno historiográfico francês que ganhou corpo em 1929. Trata-se de um *topos* construído ao longo do tempo, principalmente a partir da oposição entre *establishment* e *outsiders*. Nele, seus representantes, comumente caracterizados como agentes situados à margem de uma estrutura supostamente refratária à inovação, fizeram de sua revista, desde a origem, um verdadeiro “cavalo-de-batalha” (OSÉS, 2018, p. 35). Ou seja,

em seus textos, e sobretudo nas resenhas publicadas no periódico (que ocupavam mais da metade de suas páginas), os primeiros historiadores dos *Annales* (e, em especial, Lucien Febvre) teriam investido de forma violenta contra a dita “velha historiografia” (“positivista”, “metódica”, historizante”), logrando, ao fim e ao cabo, ter a justeza de suas ideias reconhecidas por suas qualidades intrínsecas e institucionalizá-las, suplantando o “regime historiográfico” anterior (OSÉS, 2018, p. 36).

Inovação, renovação ou ainda uma revolução historiográfica. Se a memória dos *Annales* fora forjada a partir dessas formulações, os historiadores da geração precedente foram regularmente qualificados como a antítese dessas representações, tornando-se comum associá-los a um estigma de ingenuidade científica ou à defesa de interesses meramente políticos.

A chamada “escola metódica” teria patrocinado, em certas leituras, uma historiografia de caráter estritamente nacional, cuja finalidade era formar cidadãos para a defesa da nação (DOSSE, 2013, p. 107). Charles Seignobos, um de seus representantes mais conhecidos, personificaria, de acordo com Antoine Prost (1994, p. 100, tradução nossa), a encarnação de “uma história rudimentar, indigente e anacrônica: a história *évènementielle*, política e, para lançar a condenação suprema, a história ‘positivista’”.

Desde a segunda metade do século XX, os limites desses rótulos começaram a ser questionados por uma historiografia¹³, a qual buscou problematizar a escrita da história enquanto objeto próprio de pesquisa. Contudo, a noção de “escola metódica” manteve-se viva na memória disciplinar.

¹³ Destacam-se, em especial, os estudos de Charles-Olivier Carbonell (1976), Gérard Noiriel (1990) e Antoine Prost (1994).

Por trás desse lugar-comum, há uma narrativa que dá coerência ao movimento, vinculando-o especialmente à criação da *Revue Historique* (RH) em 1876. Ao seu redor, professores universitários e republicanos teriam formado, em resposta às realizações dos arquivistas *chartistes* da RQH, uma escola historiográfica coesa, cujo pilar seria uma deontologia histórica fundada sobre o axioma “a história é uma ciência positiva¹⁴”.

Charles-Olivier Carbonell (1976b, p. 335), um dos principais autores que reforçam essa interpretação, caracteriza a primeira publicação da RH como um manifesto. Nele, ao defender a positividade da história, Gabriel Monod (1844-1912) pronunciava que ela não poderia mais se valer de explicações que apelassem ao misterioso, à transcendência, ao milagroso, à providência e à revelação como causas explicativas legítimas dos fenômenos históricos. Para evitá-las, ao invés de lições metodológicas, ele preconizava uma ética aos historiadores, indicando o que deveria – ou não – ser realizado na prática cotidiana. Assim, ações como não julgar os eventos ou os indivíduos apenas por eles próprios, bem como manter a prudência a fim de alcançar a objetividade e a imparcialidade nos estudos, figuravam entre suas principais sugestões. Seria necessário, para tanto, realizar esforços, como isolar-se no domínio dos fatos e manter-se ocluso às teorias políticas e filosóficas. Em outras palavras, permanecer independente de quaisquer opiniões exteriores para compreender e explicar o passado.

Esse seria, portanto, o programa substancial do movimento, o qual daria coerência ao contingente. Assim sendo, na perspectiva de Charles-Olivier Carbonell (1976b, p. 337, tradução nossa), “o que une os membros do grupo ao qual a RH serve de tribuna não é somente sua confraternidade intelectual e a existência de um inimigo comum, é também sua adesão a uma doutrina, a um método e, sobretudo, aos pressupostos filosóficos e políticos que ela implica”¹⁵.

Numa chave de leitura análoga, Gui Bourdê e Hervé Martin (1990, p. 102) reforçam os aspectos supracitados e, além disso, compreendem a “Introdução aos Estudos Históricos”

¹⁴ Muitas confusões relacionadas a esse termo serão produzidas e reproduzidas em trabalhos ao longo do século XX, atrelando-o principalmente à filosofia comtiana. A *Revue Historique* será retratada, com frequência, apenas como um ponto de confluência entre agentes influenciados tanto pelo positivismo quanto pelo historicismo alemão (BARROS, 2011, p. 16), sem uma análise aprofundada das linhas de tensões envolvendo o microcosmo social em que ela estava inserida. Deve-se ressaltar, assim como assevera Charles-Olivier Carbonell (1978, p. 175), que a postura dos editores da revista jamais remeteria a ideia de uma “história positiva” às teorias epistemológicas do filósofo francês.

¹⁵ No original: “Ce qui unit les membres du groupe auquel la R.H. sert de tribune, ce n'est pas seulement leur confraternité intellectuelle et l'existence d'un ennemi commun ; c'est aussi leur adhésion à une doctrine, à une méthode certes mais surtout aux présupposés philosophiques et politiques qu'elle implique”.

(*Introduction aux Études Historiques*)¹⁶ (1898) de Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos como um texto-base do movimento – o qual exprimiria “exatamente o ponto de vista da ‘escola metódica’ que domina a produção francesa entre 1880-1930”. A tarefa prioritária do historiador seria, de acordo com a obra, elaborar um inventário dos documentos disponíveis, guardando, registrando e classificando-os a fim de serem estudados *a posteriori*. Para tal, ele contaria com o auxílio de outros profissionais, a saber, dos arquivistas e bibliotecários em virtude de suas formações específicas no ofício de conservação. Progressivamente, uma série de operações analíticas – como crítica externa e interna dos materiais – e sintéticas – como comparação de várias fontes para estabelecer um fato particular – deveriam ser realizadas. Ao fim e ao cabo, chegar-se-ia à possibilidade – ainda que laboriosa – de formular generalizações e interpretações acerca do passado. Com isso, asseveram os autores, a “escola metódica” pretendia “impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história” (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 97).

Uma escola com tribuna e manifesto. Esses são os elementos constitutivos reiteradamente empregados para classificar os historiadores profissionais que atuaram na Terceira República. Entretanto, ao reificar e autonomizar essa interpretação, corre-se o risco de simplificar e dar coerência a algo que, na sua execução, não era coerente. Questionar as limitações impostas por tais categorizações torna-se fundamental para uma análise relacional das desavenças epistemológicas investigadas ao longo desta dissertação. Afinal, em que medida falar numa “escola metódica” reflete – ou auxilia a compreender – os posicionamentos, as dissidências, as estratégias e os embates realizados por esses historiadores no microcosmo social em que estavam inseridos?

A categoria “escola” tem sido comumente utilizada ao longo do tempo para se referir a coletivos na história das ciências. Existe, em razão disso, uma profusão de definições que a interpelam sob múltiplas perspectivas¹⁷ (apreciativa, depreciativa, analítica, comparativa).

Uma de suas possíveis aplicações é pensá-la enquanto um “tipo ideal” e um motor de inovações. Tal como assinala Olivier Orain, essa composição

¹⁶ Essa obra foi fruto de um curso ministrado por Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne) entre os anos de 1896 e 1897.

¹⁷ Para uma análise mais detida acerca desse tema, conferir Olivier Orain (2018).

se apoia numa tipificação funcionalista dos “papéis” mantidos na escola – ela tem um *fundador-líder* e *seguidores*: um *intérprete* da fala esotérica do mestre, dos *convertidos* numa relação de paridade geracional com ele, dos tenentes, dos auxiliares, dos patrões (beneficiários ou clientes). Ela supõe uma ancoragem “real”, localizada no tempo e no espaço, e um funcionamento comunitário menos abstrato que aquele emprestado às comunidades em [Thomas] Kuhn¹⁸ (2018, tradução nossa).

Quatro aspectos seriam condições essenciais para o sucesso de um empreendimento dessa amplitude: o papel seminal de um líder carismático sensível à necessidade de criar um plantel de estudantes, a integração a uma instituição central, o papel estratégico de uma revista como vetor de difusão e coesão do coletivo, bem como a publicação de um manifesto que tem valor de “proclamação profissional” (ORAIN, 2018).

Em outra chave-de-leitura, prossegue Olivier Orain, há casos que concebem a “escola” enquanto “pequenos grupos de cientistas experientes perseguindo, num mesmo contexto institucional, um programa de pesquisa razoavelmente coerente ao lado de estudantes avançados com os quais entrelaçam interações sociais e intelectuais contínuas”¹⁹ (GEISON, 1981 apud ORAIN, 2018, tradução nossa). Ou ainda, pensam-na como uma “unidade natural de análise”, a qual permite desenvolver uma perspectiva comparatista cuja investigação recai sobre o processo de formação e aprendizado – especialmente em relação àqueles que não são formalizados e que revelam uma transmissão de “saber tácito” dos experientes aos aprendizes.

Ora, muitas explicações a respeito da “escola metódica” assumem, em certa medida, alguns dos pressupostos supracitados. Por vezes, Gabriel Monod é representado como o chefe do movimento, a Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne) assume o posto de instituição central, a RH torna-se o núcleo de inovação e conexão entre os historiadores e a “Introdução aos Estudos Históricos” revela-se como o programa comum de pesquisa. Contudo, o que tal formulação ignora é o fato de que Gabriel Monod e Gustave Fagniez (o cofundador esquecido da RH) conceberam seu projeto editorial, antes de tudo, como a

¹⁸ No original: “elle s’adosse à une typification fonctionnaliste des « rôles » tenus dans l’école – elle a un *founder-leader* et des *followers* : un *interpréter* de la parole esotérique du maître, des *converts* dans une relation de parité générationnelle avec lui, des *lieutenants*, des *auxiliaires*, des patrons (bénéficiaires ou clients). Elle suppose un ancrage « réel », localisé dans le temps et dans des lieux, et un fonctionnement communautaire moins abstrait que celui prêté aux communautés chez Kuhn”.

¹⁹ No original: “petits groupes de scientifiques chevronnés poursuivant dans un même contexte institutionnel un programme de recherche raisonnablement cohérent aux côtés d’étudiants avancés avec lesquels ils entretiennent des interactions sociales et intellectuelles continues”.

conciliação da fratura entre a *École des Chartes* e a Escola Normal Superior (LÉVY-DUMOULIN, 2012, p. 797). Isso significa que, longe de ser uma estrutura análoga às organizadas por Émile Durkheim ou Xavier Léon (sobre as quais versaremos mais adiante), a RH se propunha como um espaço laico de divulgação de estudos originais, especialmente dos historiadores que estavam se profissionalizando e, aos poucos, organizando seu campo de atuação. Em suma, ela foi uma das primeiras realizações da renovação científica que se engendrou no final do Segundo Império e no início da Terceira República, marcando uma importante etapa no processo de autonomização da disciplina que vai se acelerar a partir de então (MUCCHIELI, 1995, p. 62) – ainda que sem uma sistematização editorial rumo a um projeto teórico específico. Suas publicações voltavam-se, não por acaso, praticamente a temáticas muito gerais (história nacional, história de outros países, história política, biografias), deixando de lado as reflexões teórico-metodológicas – as quais eram realizadas, muitas vezes, em espaços distintos²⁰, como veremos nos capítulos seguintes.

De igual modo, incide contra as definições da “escola metódica” o fato de que os próprios historiadores jamais se identificaram com tal predicação ou se propuseram a engendrar um movimento de tal natureza.

Diante desses problemas, como interpretar esse contingente de profissionais que, a despeito de tudo, foram animadores e espectadores dos debates franceses envolvendo história e sociologia na virada do século XIX para o XX?

Jean-Louis Fabiani (2005, p. 12) sugere, ao refletir sobre o uso da categoria “escola”, que não é conveniente propor o esboço de um modelo para analisar a constituição dos coletivos em ciências sociais, tornando-se desejável remetê-los às “conjunturas particulares” de suas formações. Faz-se necessário que os “coletivos”, ao contrário de assumirem uma fórmula pré-concebida, requeiram um exame específico acerca de sua constituição, de seu funcionamento e de sua memória.

²⁰ Em um levantamento das publicações da RH entre 1876 e 1914, Clayton Ferreira e Ferreira Borges (2019, pp. 133-134) constatou que “a história política representa quase metade dos trabalhos veiculados na revista, somando aproximadamente 45% dos artigos publicados. Em segundo lugar aparecem os estudos sobre história da cultura com 22%. Logo em diante e empatados surgem os trabalhos sobre história social e biografia com 5%. Em proporção quase que insignificante aparecem os trabalhos sobre teoria e metodologia (1%) e memórias (0,5%)”. Isso não significa, contudo, que a interpretação proposta pelo autor, a saber, de que os historiadores que ele vincula à “escola metódica” não se interessavam pela epistemologia de seu saber esteja correta. Assim como veremos em detalhe nos próximos capítulos, os debates teóricos acerca da história ocorriam em espaços muitas vezes voltados à filosofia, à psicologia, à sociologia e até mesmo à linguística, e eram animados, inclusive, pelos próprios historiadores. Isso era um reflexo das nuances envolvendo as fronteiras epistemológicas na época.

Compreender o conhecimento histórico considerando a perspectiva dos indivíduos nos conduz a desmontar a ideia de “escola metódica” e a assimilar os embates intelectuais em termos distintos que não a defesa de uma entidade coletiva (no caso, a dos metódicos). Isso não significa, entretanto, desconstruir totalmente a unidade, afinal, a disciplina ganhou um corpo em razão do fechamento e a própria *agrégation* acabou por se tornar um lugar de passagem comum. Houve, portanto, um movimento centrífugo com historiadores mais inclinados a discussões teórico-metodológicas disputando internamente sua definição legítima.

Os historiadores profissionais serão considerados neste estudo não como expoentes de uma “escola” sólida, mantenedora de um programa coeso e bem delimitado, mas como agentes que estavam inseridos num cenário específico de emergência de novas questões sociais – e que eram, sobretudo, sensíveis a elas.

1.3 A FILOSOFIA FRANCESA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Tal como a história, a filosofia enfrentou um processo de profissionalização e especialização ao longo da Terceira República. Os efeitos provocados e as ações engendradas foram, no entanto, relativamente distintas e demandaram outras respostas de seus representantes.

Durante a primeira metade do século XIX, os principais filósofos franceses eram indivíduos situados à margem do sistema de ensino, produzindo e circulando por academias, sociedades eruditas e salões literários. Personalidades como Maine de Biran (1766-1824), Auguste Comte (1798-1857) e Charles Renouvier (1815-1903) jamais receberam formações especializadas nessa área – os dois últimos, por exemplo, foram *polytechniciens* (estudaram na *École Polytechnique*).

A filosofia ocupava, contudo, um espaço privilegiado no plano secundário. Como o *baccalauréat* havia se tornado um exame de suma importância social, a disciplina – que era responsável por grande parcela do conteúdo cobrado – organizou-se em função dele: o ritmo de ensino, a constituição dos assuntos, o desenvolvimento de técnicas mnemotécnicas de aprendizado (FABIANI, 1988, p. 46).

Foi durante a Monarquia de Julho (1830-1848) que se constituiu, com efeito, um programa base. Capitaneado pelo *normalien* Victor Cousin (1792-1867), a nova formulação se centrava na importância e na especificidade do método filosófico. Compreender, na totalidade, as questões que envolviam a disciplina era o que se impunha: desde sua razão de existir, suas abordagens, suas subdivisões, à sua história, à evocação das doutrinas de outrora, entre outros aspectos. O que caracterizava-o, portanto, era o ecletismo.

Aos poucos, a filosofia passou a ocupar uma posição ímpar no ensino. De acordo com Jean-Louis Fabiani,

ao invés de ser decupada em unidades temporais e em unidades de programa como as demais disciplinas ao longo do curso, ela está concentrada no fim do ciclo secundário, em um ano. Essa disposição particular tem, por efeito, separar [...] o conteúdo do ensino filosófico dos outros conteúdos pedagógicos²¹ (1988, p. 49, tradução nossa).

Foi em torno desse lugar especial que, no momento das grandes reformas educacionais realizadas na Terceira República, a vida dessa comunidade seria organizada.

Ao longo desse período de forte mobilização ideológica, a filosofia tornou-se uma ferramenta de definição e legitimação da ordem pedagógica, determinando quais deveriam ser os fins da instrução pública. À medida que se atribuía aos filósofos a tarefa de produzir, no plano intelectual, uma teoria do ensino, os mesmos ocupavam posições estratégicas na esfera política, elaborando uma nova organização educacional republicana. Constituíam-se, paulatinamente, uma espécie de complexo filosófico-administrativo (FABIANI, 1988, p. 22).

Observa-se, contudo, que a filosofia se encontrava numa posição contraditória. Ainda que fosse a disciplina mais consolidada entre os estudos literários, ocupando, historicamente, o lugar mais elevado na hierarquia educacional, seus representantes insistiam em associá-la a uma crise institucional. Tal fenômeno se estabeleceu com mais frequência no *fin-de-siècle*, quando alguns filósofos começaram a sentir suas posições ameaçadas – e, nos casos mais extremos, quando “o espectro da morte da filosofia passa a assombrar os universitários”²² (FABIANI, 1985, p. 388, tradução nossa).

²¹ No original: “au lieu d’être découpée en unités temporelles et en unités de programme comme les autres disciplines tout au long du cursus, elle se trouve concentrée à la fin du cycle secondaire, en une année. Cette disposition particulière a pour effet de séparer [...] le contenu de l’enseignement philosophique des autres contenus pédagogiques”.

²² No original: “le spectre de la mort de la philosophie commence hanter les universitaires”.

Ora, esse cenário estava em plena sintonia com a consolidação e a institucionalização de outras disciplinas no campo universitário, as quais passaram a questionar – como no caso das ciências sociais e da psicologia – a capacidade da filosofia em assegurar a unidade da ciência, ou a reivindicar pautas que compunham sua especificidade²³. O que garantia, então, tais fundamentos à disciplina?

Jean-Louis Fabiani (1988, p. 385) sublinha que existia uma homologia entre o conteúdo filosófico empreendido na sua definição mais tradicional, ou seja, enquanto a ação de legislar, classificar e julgar os conhecimentos, e a posição que a disciplina deveria ocupar no ensino por seus representantes – em especial, no plano universitário. Tratava-se de um privilégio que não estava associado à natureza dos enunciados, mas ao estado das relações de força entre as disciplinas num sistema que, em razão de sua constante transformação, encontrava-se ameaçado – sobretudo na medida em que as ciências conquistavam sua autonomia. Desse modo, a filosofia não se tornaria o coroamento do ensino superior, dividindo tanto seu prestígio quanto sua própria função com outros saberes em ascensão.

Os elementos capitais que permitiam a defesa desta homologia relacionavam-se com as singularidades construídas historicamente em torno da disciplina, a saber, a existência de uma classe de filosofia que coroava o final do ciclo de estudos secundários e as particularidades morfológicas do corpo docente.

Durante a primeira metade da Terceira República Francesa, houve um recrutamento excessivo de *agrégés* em filosofia, com uma proporção muito maior destes em relação aos *agrégés* de outras áreas atuando no ensino secundário. Uma vez que a condição de *agrégé* era elemento de forte distinção social, ainda mais tratando-se da *agrégation* em filosofia²⁴, tal especificidade reforçava o caráter extraordinário do professor secundário que ministrava esta disciplina. Ademais, quando comparado o corpo docente existente nos níveis secundário e superior, observava-se uma desproporção quantitativa oriunda de cima para baixo – ou seja, existiam mais professores nos quadros universitários. Em suma, isso contribuía para a

²³ O exemplo da história é, nesse sentido, significativo. Aos poucos ela passaria a reivindicar temas caros à filosofia, como a formação moral, a reflexão sobre os fins e a formulação de sínteses, bem como a se apresentar como uma espécie de modelo para as demais disciplinas. Ademais, o historiador tenderá a colocar suas próprias reflexões epistemológicas quanto à formulação de uma prática científica, o que pode ser observado nas obras de Paul Lacombe e Charles Seignobos.

²⁴ A *agrégation* em filosofia era a modalidade mais concorrida e prestigiada. Ser *agrégé* nessa área era sinal de forte distinção social. Exemplo que ilustra isso era o fato dos resultados de seu concurso serem divulgados antes de todos os outros, numa seção exclusiva do Boletim da Instrução Pública.

constituição de uma pirâmide profissional consideravelmente estreita na base e larga no topo, mas que mantinha-se em constante diálogo, fortalecendo o espírito corporativo. Acrescentasse a isso o expressivo número de doutores em filosofia e a atuação desses agentes nas áreas administrativas e burocráticas, o que conservava, ao menos na aparência, “o seu caráter de disciplina de alto estatuto” (FABIANI, 1985, p. 386).

Embora a defesa da distinção filosófica tenha sido constantemente realizada, a filosofia perdeu, na esfera universitária, sua singularidade frente às reformas educacionais do período. Isso a colocava, ao menos simbolicamente, no mesmo patamar das outras disciplinas.

A ideia de uma crise institucional e as reflexões realizadas a partir disso podem ser compreendidas como uma espécie de preservação da posição anteriormente eminente no sistema de estudos literários. Transpô-la para o ensino superior era, portanto, um dos principais objetivos dos professores universitários da disciplina.

O esforço e a insistência de seus representantes na defesa desta homologia desenharia a principal função da filosofia no âmago das discussões acerca dos limites das ciências no início do século XX, a saber, atuar na mediação dos debates, agindo como um órgão de delimitação das fronteiras disciplinares. Em outras palavras, era uma tentativa de manter a posição de autoridade.

1.3.1 A *Revue de Métaphysique et de Morale* e a Sociedade Francesa de Filosofia

Na França letrada da Terceira República, as revistas universitárias especializadas assumiram um importante papel na dinâmica intelectualizada. Essencialmente, elas se tornaram veículos fundamentais de disseminação de estudos originais, ferramentas bibliográficas indispensáveis, instrumentos de conexão entre os profissionais espalhados pelo país e, principalmente, órgãos de oficialização dos critérios científicos de uma determinada disciplina (NOIRIEL, 1990, p. 68).

Em relação à filosofia, até a década de 1890 apenas um periódico universitário imperava. Tratava-se da *Revue Philosophique de la France et de l'Étranger* (RP), criada por Théodule Ribot (1839-1916) em 1876. Em síntese, ela tinha o intuito de proporcionar um

espaço não-sectário ao debate, apresentando-se sem uma linha teórica rígida guiando suas atividades (FABIANI, 1988, p. 34).

A posição privilegiada dessa revista mudou de perspectiva em 1893, quando um grupo de jovens filósofos parisienses quebrou seu monopólio fundando a *Revue de Métaphysique et de Morale* (RMM). Posicionando-se como concorrência ao referido projeto – em relação tanto ao mercado editorial²⁵ quanto ao público-alvo – a RMM se diferenciava por ter um manifesto claro indicando suas principais diretrizes:

Aqui, pretende-se fazer outra coisa. Num quadro mais restrito, gostaríamos de dar mais destaque às doutrinas de filosofia propriamente ditas; de chamar a atenção pública, deixando de lado as ciências especiais mais ou menos próximas da filosofia, para as teorias gerais do pensamento e da ação das quais ela se afasta há algum tempo e que, mesmo assim, foram sempre sob o agora depreciado nome de metafísica a única fonte das crenças racionais; de não seguir o movimento das ideias, mas de tentar lhe imprimir uma direção. E esta direção, ousar-nos-emos defini-la.²⁶ (RÉVUE DE MÉTAPHYSIQUE ET DE MORALE, 1893, p. 2, tradução nossa).

O principal articulador desse projeto foi Xavier Léon (1868-1935). Oriundo de uma família judaica da alta burguesia francesa, ele não seguiu o percurso comum de um universitário de sucesso do *fin-de-siècle* parisiense. Seus estudos secundários foram realizados no Liceu Condorcet, onde sofreu grande influência de seu professor, Alphonse Darlu (1849-1921), e criou laços de amizade com Élie Halévy (1870-1937) e Léon Brunschvicg (1869-1944) – os quais ajudá-lo-iam a dar cabo do empreendimento editorial futuramente. Indo de encontro às imposições familiares, ao invés de prestar o concurso de admissão da ENS, o jovem ingressou na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne), onde obteve, em 1891, a *licence* em filosofia. Entretanto, ele renunciou à *agrégation* no momento de ser submetido às provas orais, inviabilizando a possibilidade de uma carreira universitária – a qual não parece ter sido, de fato, sua pretensão (PROCHASSON, 1993, p. 111).

²⁵ Segundo Jean-Louis Fabiani (1988, p. 36-37), pouco antes do lançamento da RMM, Élie Rabier (1846-1932), então Diretor do Ensino Secundário, cancelou a assinatura da RP de cinquenta e oito liceus para realizar a compra de cinquenta assinaturas da futura revista, indicando a concorrência entre os dois periódicos nesse setor.

²⁶ No original: “ici on voudrait faire autre chose. Dans un cadre plus restreint on voudrait donner plus de relief aux doctrines de philosophie proprement dite; on voudrait, laissant de côté les sciences spéciales plus ou moins voisines de la philosophie, ramener l'attention publique aux théories générales de la pensée et de l'action dont elle s'est détournée depuis un certain temps et qui cependant ont toujours été, sous le nom décrié aujourd'hui de métaphysique, la seule source des croyances rationnelles; on voudrait non pas suivre le mouvement des idées, mais essayer de lui imprimer une direction. Et cette direction, on osera la définir”.

Diante de Théodule Ribot, Xavier Léon praticamente não detinha capital científico que lhe garantisse autoridade. Enquanto o fundador da RP, um *agrégé* em filosofia, valia-se de grande prestígio no campo em razão de seus importantes trabalhos realizados (como sua tese de doutorado sobre a hereditariedade psicológica), os quais lhe fizeram ser reconhecido como um dos introdutores da psicologia científica francesa, o futuro criador da RMM não havia publicado sequer um trabalho relevante até 1893. Como seria possível, então, concorrer num cenário assim? Ora, o principal recurso que Xavier Léon tinha era, justamente, a sua capacidade de construir e mobilizar uma rede de autores detentores de um atributo do qual ele era desprovido (SOULIÉ, 2009, p. 156). Assim, reuniu-se ao seu redor filósofos promissores e eminentes que, apesar de tudo, apostaram no projeto editorial.

As primeiras movimentações para a sua realização datam de 1891. Numa carta a Xavier Léon, Élie Halévy – que cofundará a revista – expunha sua opinião quanto ao título a ser empregado nela:

estou muito impaciente para ver lançar sua *Revista* racionalista e moral. É necessário agir contra o miserável positivismo do qual saímos e da irritante religiosidade onde nos arriscamos a nos atolar – para fundar uma filosofia de ação e reflexão [...]. Qualquer reflexão feita, retiro minhas objeções à palavra: metafísica, se você quer dizer com isso não uma ciência separada, discutindo isoladamente um determinado número de problemas especiais, mas um método oposto ao método positivista de observação²⁷ (GUY-LOË, 1996, p. 65, tradução nossa).

Ao fazer uso da palavra “metafísica”, lançava-se uma provocação antipositivista à lei dos três estados²⁸ do conhecimento cunhada por Auguste Comte (1789-1857). Esses filósofos afirmavam a necessidade e, sobretudo, a legitimidade de uma disciplina especulativa, lógica e crítica, a qual propusesse uma reflexão no segundo grau sobre o progresso das ciências (SOULIÉ, 2008, pp. 198-199).

As principais pautas da RMM envolveriam, basicamente, a luta contra um certo positivismo, o misticismo, as pretensões imperialistas das ciências positivas e,

²⁷ No original: “je suis très impatient de voir paraître ta *Revue* rationaliste et moral. Il est nécessaire d'agir contre le misérable positivisme dont nous sortons, et l'agaçante religiosité où nous risquons de nous embourber - de fonder une philosophie de l'action et de la réflexion [...]. Toute réflexion faite, je retire mes objections au mot: métaphysique, si tu entends par là non une science séparée, discutant isolément un nombre déterminé de problèmes spéciaux, mais une méthode, opposée à la méthode positiviste d'observation”.

²⁸ Na filosofia comtiana, o conhecimento era visto de maneira evolucionista: no ponto mais baixo, encontrar-se-ia a forma teológica, na sequência o estado metafísico e, ao fim e ao cabo, no ponto mais alto, o estado positivo.

principalmente, o espírito da especialidade. Acerca das convicções teóricas de seus representantes, Stéphane Soulié (2008, p. 199, tradução nossa) assevera que “esses defensores do ‘intelectualismo’ se definem como idealistas críticos ou espiritualistas racionalistas e afirmam sua fidelidade à tradição filosófica de Platão a Fichte, passando por Descartes, Leibniz, Espinoza e, é claro, Kant”²⁹.

Paulatinamente, a revista conquistou considerável reconhecimento no campo universitário francês, preservando uma política editorial aberta e, principalmente, privilegiando a alteridade filosófica. Dessa forma, enquanto a RP mantinha apenas uma postura eclética, a RMM fazia de suas rubricas um observatório excepcional das controvérsias filosóficas e científicas da época.

Reflexo disso era a grande abertura para as novas áreas em ascensão. De acordo com Louis Pinto (1993, p. 141), de 1893 a 1899 os artigos consagrados à sociologia, por exemplo, representaram 9% de todas as contribuições do periódico, ficando atrás somente dos voltados à filosofia da ciência, à história da filosofia, à psicologia e às questões mais gerais de metafísica. Ora, num momento de fragilidade das fronteiras disciplinares, não havia uma demarcação sólida separando tais saberes. Era comum que os autores pretendessem, ao produzir suas reflexões, concentrar uma visão estritamente filosófica acerca da nova disciplina, ou apenas representar a sociologia, ou ainda se exprimir a partir de uma dupla associação, tanto sociológica quanto filosófica (PINTO, 1993, p. 155).

As ações desse grupo foram além da administração da RMM. Em 1899, Xavier Léon apresentou a seus colegas uma proposta para empreender um congresso filosófico internacional. Mobilizando uma parcela considerável da comunidade científica europeia, o primeiro Congresso Internacional de Filosofia foi realizado em 1900 na capital parisiense. Entre os participantes, destacavam-se os nomes de Henri Bergson (1859-1941), Georg Simmel (1858-1918), Edmund Husserl (1859-1938), Émile Durkheim e Charles Seignobos. Basicamente, o evento proporcionaria aos membros da RMM a realização de um inventário das pesquisas filosóficas em curso nos mais variados países, o qual poderia servir para estabelecer um estado dos lugares, colocando em evidência as convergências e as lacunas do campo.

²⁹ No original: “ces défenseurs de l’ « intellectualisme » se définissent comme idéalistes critiques ou spiritualistes rationalistes et affirment leur fidélité à la tradition philosophique de Platon à Fichte en passant par Descartes, Leibniz, Spinoza et bien sûr Kant”.

Ao final do evento, uma reunião entre os organizadores pautaria, além das futuras atividades do congresso, a criação de uma sociedade filosófica. O novo empreendimento almejava estabelecer um espaço próprio ao confronto de ideias entre filósofos e cientistas, contribuindo para a organização de uma comunidade em vias de profissionalização (PROCHASSON, 1993, p. 132). Ou seja, num cenário de reformas educacionais marcadas pelas disputas espaciais disciplinares, essa instituição garantia à filosofia mais um instrumento para a manutenção de sua autonomia.

Criada em 1901, a Sociedade Francesa de Filosofia (*Société Française de Philosophie* (SFP) era a institucionalização de um salão que funcionava há anos e que era gerenciado por Gabrielle Bloch-Laroque, esposa de Xavier Léon. Lá, além de se reunir a elite do pensamento filosófico e científico francês, os *savantes* estrangeiros de passagem por Paris eram acolhidos. Vários colaboradores da RMM, como Dominique Parodi (1870-1955), Maximilien Winter (1871-1935), Louis Weber (1866-1949) e Pierre-Félix Pécaut (1866-1946) eram frequentadores assíduos desse local, o qual mantinha um clima mais familiar do que mundano (PROCHASSON, 1993, p. 137).

A SFP tinha, na essência, um caráter estritamente universitário. Suas sessões ocorriam, com frequência, na Faculdade de Letras de Paris. Ademais, seus quarenta e quatro membros foram recrutados nas principais instituições de ensino e pesquisa do país, como no *Collège de France*, no *Institut de France* e na ENS. Em relação aos quadros administrativos, na primeira sessão Xavier Léon foi eleito administrador da sociedade, André Lalande (1867-1963) secretário geral e Élie Halévy tesoureiro-arquivista. Gabrielle Bloch-Laroque atuava como secretária da instituição.

Aos poucos, essa associação profissional tornou-se conhecida como um lugar de regulação das controvérsias epistemológicas. Como veremos mais adiante, não foi por acaso que François Simiand e Charles Seignobos travaram nela grande parte de seus embates acerca das relações entre história e sociologia.

A dinâmica das sessões seguia um ritual comum. Mensalmente, um convidado falava sobre um determinado assunto e, em seguida, era sabatinado pelos ouvintes presentes – normalmente filósofos, sociólogos e historiadores eminentes – que recebiam, antecipadamente, uma circular resumindo suas principais teses (SOULIÉ, 2009, p. 317). A conferência e o debate realizado – o qual era transcrito em tempo real – eram publicados no *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. Assim, quem não esteve presente nas reuniões, poderia se engajar em outras ocasiões.

A SFP completava, assim, o que Christophe Prochasson (1993) denominou de sistema R2M, a saber, a estrutura de satélites envolvendo a RMM, os congressos internacionais e a sociedade filosófica concebida por Xavier Léon. Um exemplo de como funcionava a dinâmica do campo científico francês nessa época.

1.4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA DA SOCIOLOGIA NA FRANÇA

Ao contrário da história e da filosofia, a sociologia era um saber praticamente inexistente no sistema de ensino francês até o início do século XX. Isso porque praticamente não havia postos institucionais destinados a ela, tampouco profissionais dedicados ao seu estudo. Quais as condições que possibilitaram, então, a sua institucionalização universitária?

Dentro do universo francês, o surgimento de um domínio científico com essa nomenclatura remete a meados do século XIX, mais precisamente quando Auguste Comte estabeleceu seus princípios elementares em 1856 na quadragésima lição do “Curso de Filosofia Positiva” (MUCCHIELLI, 2001, p. 40).

Em 1872, ante às convulsões políticas ocasionadas pela instalação da Terceira República, a primeira sociedade de sociologia foi criada na França por um dos principais herdeiros da tradição positivista, Émile Littré (1801-1881). Contando, inicialmente, com vinte e seis membros, oriundos das mais variadas áreas do conhecimento, como medicina, direito e filosofia, a Sociedade de Sociologia (*Société de Sociologie*) foi instituída como um clube político favorável aos ideais republicanos e sensível às novas demandas que ela impunha (HEILBRON, 2007, p. 322). Vários de seus membros ocupariam, mais tarde, cargos político-administrativos no novo regime, o que denota o nível de capital político que eles detinham. Observa-se, no entanto, que seu funcionamento duraria por apenas dois anos, entre outros motivos, por causa da falta de um consenso entre seus membros sobre a definição, o programa e os métodos da nova ciência (HEILBRON, 2007, pp. 326-327).

Os impactos desse projeto sociológico na esfera universitária foram praticamente imperceptíveis em razão de dois fatores: porque sua influência declinaria profundamente no meio letrado após a morte de Émile Littré em 1881, isto é, no momento das grandes reformas educacionais, e por causa da pouca quantidade de herdeiros diretos do pensamento comtiano

inseridos no ensino superior, fazendo com que não houvesse uma continuidade entre o positivismo e a sociologia universitária.

Ao final do século XIX, em meio à consolidação da universidade enquanto instituição de ensino atrelada à pesquisa, uma nova geração passou a reclamar para si as discussões acerca dessa ciência. Laurent Mucchielli (2004, pp. 44-45) destaca que os debates se centralizaram, então, ao redor de três agentes que haviam rompido com certas tendências explicativas das condutas humanas, as quais eram pautadas nos aspectos da natureza biopsicológica³⁰ dos indivíduos. Tratava-se de Gabriel Tarde (1843-1904), René Worms (1869-1926) e Émile Durkheim.

A fim de promover e defender uma determinada concepção sociológica, esses agentes adotaram posturas e estratégias distintas. Enquanto Gabriel Tarde posicionou-se isoladamente, conquistando importantes posições (eleito professor no *Collège de France* e membro da *Académie des Sciences Morales et Politiques*) e reconhecimento no campo literário³¹, René Worms aliou-se a juristas para promover a sociologia nas faculdades de direito e criou organizações, como a *Revue Internationale de Sociologie* (1893) e a Sociedade de Sociologia de Paris (*Société de Sociologie de Paris*) (1895). Contudo, ambos não tiveram êxito em relação à institucionalização universitária da ciência. De acordo com Laurent Mucchielli (2001, p. 45), o primeiro, ainda que desfrutando de grande influência política e intelectual, não almejou promovê-la nos quadros superiores, nem formou uma equipe de colaboradores em torno de seu projeto que o levasse para outros espaços. Quanto ao segundo, faltou-lhe força intelectual e dinâmica de grupo, uma vez que parcela considerável de suas teorias não foram bem recebidas entre os cientistas e seu fraco posicionamento político contribuiu para que suas ações surtiram poucos efeitos institucionais – ou seja, ele não conseguiu criar cadeiras de sociologia nas faculdades.

Correndo por fora, o projeto de Émile Durkheim³² foi o que se impôs. Para tanto, ele conciliou dois elementos fundamentais que faltaram aos demais concorrentes: atuar em função do plano institucional, inserindo a sociologia nas Faculdades de Letras, e da dinâmica

³⁰ De acordo com Laurent Mucchielli (2014, pp. 43-44), na perspectiva biopsicológica os comportamentos sociais eram explicados através de noções como raça, hereditariedade ou constituição cerebral.

³¹ A recepção à obra de Gabriel Tarde por seus contemporâneos foi negativa no campo científico. Seus pares rotulavam, por vezes, suas teorias como “simplistas”, “generalistas” e “sintéticas”. Para uma análise detida acerca desse tema, conferir Marcia Consolim (2008).

³² A trajetória de Émile Durkheim seguiu o percurso comum de um universitário de sucesso da época. Além de ter sido aluno da ENS (1879-1882), ele tornou-se *agrégé* em filosofia (1882) e realizou um período de estágio na Alemanha (1885-1886).

de grupo, formando uma equipe considerável de colaboradores ao seu redor (MUCCHIELLI, 2001, p. 46).

Tal como apontado anteriormente, o momento em que essas discussões ocorriam era altamente propício ao surgimento de novas disciplinas universitárias, sobretudo em virtude das transformações estruturais no campo universitário que estavam sendo engendradas. Assim, em 1887, quando do seu retorno da Alemanha e com o apoio do então Diretor do Ensino Superior, Louis Liard (1846-1917), ele foi empossado na Faculdade de Letras de Bordeaux como *chargé de cours*³³ de “Pedagogia e Ciências Sociais”. Tratava-se da primeira cadeira da França com essa nomenclatura. Ou seja, era o primeiro passo rumo à institucionalização da disciplina.

As posições ocupadas por Émile Durkheim no final do século XIX revelam elementos importante para medir o impacto de suas ações no campo científico. Em suma, sua trajetória pode ser dividida em três momentos dotados de características distintas: um muito favorável, antes de 1895, com o sucesso de seu curso em Bordeaux e de sua tese de doutorado “Da Divisão do Trabalho Social”; um período ruim, de 1895 a 1896, com o fracasso de sua obra “As Regras do Método Sociológico”; e uma fase de ascensão, a partir de 1897, com o sucesso do livro “O Suicídio” e da publicação do primeiro volume da revista *L'Année Sociologique (AS)* em 1898 (MUCCHIELLI, 2001, p. 47), que lhe colocava numa posição de destaque. Essa última seria, aliás, sua principal inovação.

Para dar cabo a tal empreendimento, ele recrutou jovens promissores, como Céléstin Bouglé (1870-1940), Henri Hubert (1872-1927), Marcel Mauss (1872-1950) e François Simiand (1873-1935), para comporem os quadros de sua revista. Paulatinamente, eles se tornaram importantes agentes de cooptação de novos colaboradores para seus projetos. Ademais, desempenharam papéis significativos na legitimação da sociologia em outras instituições de ensino superior – como na quinta seção da EPHE voltada às “Ciências Religiosas”, onde Henri Hubert e Marcel Mauss atuariam efetivamente a partir de 1901, e no *Collège de France*.

Aos poucos, a sociologia universitária vinculava-se fortemente a Émile Durkheim, que mais tarde seria nomeado, em 1902, suplente de Ferdinand Buisson (1841-1932) na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne) e em 1906 se tornaria titular de uma cadeira de

³³ A hierarquia universitária era organizada da seguinte maneira, do posto mais baixo ao mais elevado: *maîtres de conférences, charges de cours, professeurs adjoints e professeurs*.

“Ciência da Educação” na mesma instituição – e que seria renomeada para “Ciência da Educação e Sociologia em 1913).

1.4.1 A revista *L'Année Sociologique*

A revista *L'Année Sociologique* foi, sem dúvida, o principal órgão de difusão da escola sociológica³⁴ capitaneada por Émile Durkheim. Seu primeiro volume, publicado em 1898 pela editora Felix Alcan, recebeu muitas críticas positivas entre os universitários, tornando-se rapidamente um grande sucesso no campo científico.

Mais do que um periódico inédito na cena francesa do final do século, ele apresentava um programa mínimo de pesquisa conduzido, em particular, por eminentes colaboradores – o que fazia dele um experimento *sui generis* no que concernia à sociologia. Assim, faz-se necessário entender o funcionamento dessa dinâmica a fim de compreendê-la para além do padrão do grupo.

Philippe Besnard (1979, pp. 16-17) constata, por meio de um levantamento, que dos doze autores do primeiro volume da revista, oito eram *agrégés* em filosofia, dois *agrégés* em história e geografia, um *agrégé* em gramática e um doutor em direito. A metade era egressa da ENS.

O elevado número de *agrégés* em filosofia era um elemento importante. Como o seu concurso de *agrégation* era altamente concorrido, dele saíam os mais promissores jovens da época, ou seja, os mais cobiçados. Entre os anos de 1899 e 1903, contudo, observou-se uma tendência à cooptação de colaboradores oriundos de Bordeaux. Dos treze convidados, quatro tinham acompanhado os cursos de Émile Durkheim na província. Já entre 1904 a 1913, momento em que ele estava se consolidando em Paris, o recrutamento se concentrou nos recém egressos da ENS, contemplando um total de dezesseis dos vinte e dois novos colaboradores. Isso ocorreu porque entre 1904 e 1913 o sociólogo ficou encarregado de um curso sobre a história do ensino secundário na França voltado aos estudantes da ENS e da

³⁴ Ao contrário dos historiadores profissionais, que receberam posteriormente a alcunha de “escola metódica” sem nunca se identificarem como tal, Émile Durkheim e seus colaboradores se viam e eram vistos enquanto membros de uma escola. Tratava-se, portanto, de uma categoria nativa.

Faculdade de Letras de Paris, o qual era obrigatório para quem pretendia realizar o concurso de *agrégation*.

Diante disso, pode-se perceber que o tipo ideal de colaborador da escola sociológica era um agente pertencente à elite intelectual francesa.

Mesmo tratando-se de um grupo comprometido, que ao passar do tempo foi ganhando cada vez mais coesão, unindo-se em torno de ideais similares – como no Caso Dreyfus³⁵ e na militância socialista –, havia estratificações no âmbito administrativo da AS. Ela não tinha, dessa maneira, um caráter homogêneo.

Philippe Besnard (1979, p. 20) mapeou dois subgrupos relativamente autônomos no interior da revista: um centralizado em torno de François Simiand, Maurice Halbwachs (1877-1945) e os irmãos Bougin; e o outro ao redor de Céléstin Bouglé, Dominique Parodi (1870-1955) e Paul Lapie (1869-1927). Ademais, chama-se atenção para o fato de Émile Durkheim não ter reinado soberanamente na gerência, visto que as decisões referentes a ela eram sempre tomadas a partir de consultas ao que Besnard (1979, p. 23) descreve como “Estado-Maior” da revista, composto por Céléstin Bouglé, Paul Fauconnet (1874-1938), Henri Hubert, Marcel Mauss e François Simiand – ou seja, aos diretores das seções.

Ao fim e ao cabo, a AS foi construída como uma

arena pública, um espaço onde os trabalhos de todas as tendências, sobre os mais variados domínios, pudessem ser discutidos e comparados. Para tanto, a publicação foi subdividida em duas partes. A primeira era reservada a artigos de fôlego (*mémoires originaux*), um meio de colocar em prática e à prova o ofício de sociólogo. A segunda (*analyses*), por sua vez, reunia duas outras modalidades de texto: resenhas (*comptes-rendus*), textos que poderiam variar de meia a vinte páginas discutindo um livro ou um conjunto coerente de livros, e notícias (*notices*), contendo a simples referência bibliográfica da obra, por vezes acrescida de um breve comentário. As resenhas e as notícias não estavam dispostas aleatoriamente na revista: elas eram ordenadas segundo as subdivisões da sociologia, tal qual os durkheimianos as concebiam (BENTHIEN, 2011, pp. 32-33).

³⁵ O Caso Dreyfus se refere à condenação, por traição, do capitão Alfred Dreyfus em 1894. O processo foi duramente criticado por inúmeras personalidades, que denunciavam suas arbitrariedades, seu caráter antissemita e exigiam sua reabertura. Esse evento desencadeou uma onda de manifestações por toda a França, que se polarizaram entre os chamados *dreyfusards* e os *antidreyfusards*. Ele foi um elemento de coesão entre os universitários franceses, os quais, na grande maioria, uniram-se em defesa da república e dos direitos individuais do homem. Para uma introdução acerca de sua importância para os durkheimianos, ver Émile Durkheim (2016).

O que guiava esse grupo era, basicamente, o “comparatismo radical”. Para ser eficiente, essa postura se articulava em função dos planos geral e particular, sendo “rigorosamente controlado do ponto de vista do fenômeno estudado e do método adotado” (BENTHIEN, 2011, p. 34). Desse modo, defendia-se não apenas um projeto de pesquisa comum em volta da revista, como também a erudição do especialista, a qual deveria estar a serviço do empreendimento coletivo. Somente assim, com uma análise aprofundada das duas dimensões, obter-se-ia uma visão mais ampla e completa das questões sociais. Como veremos no próximo capítulo, essa dualidade será apresentada no primeiro prefácio da revista.

As ações em busca da institucionalização da sociologia se fortaleceriam, ainda mais, com a postura adotada pelos durkheimianos ao realizar questionamentos epistemológicos sistemáticos às fronteiras disciplinares da época. Colocando-a em concorrência direta com outros saberes já consolidados, ou em vias de consolidação, no sistema de ensino, como a história, a filosofia e a psicologia, eles miravam “um conjunto muito mais amplo de autores e de poderes intelectuais que era preciso combater para que sua própria concepção de ciência social pudesse se legitimar” (CONSOLIM, 2010, p. 42).

1.5 O PROBLEMA DAS FRONTEIRAS EPISTEMOLÓGICAS

Ao longo das últimas páginas, corremos o risco de simplificar, em nome da sistematização, processos históricos altamente complexos, cujas continuidades, mutações e linhas de tensões foram impossíveis de serem mensuradas na sua totalidade. Caracterizamos, a partir de determinados rótulos, dinâmicas que proporcionaram, ao menos de forma superficial, uma inteligibilidade aos problemas pautados, a saber, situar as posições institucionais ocupadas pela história, filosofia e sociologia na primeira metade da Terceira República Francesa.

Tal recurso narrativo acabou evidenciando, entretanto, uma questão de fundo mais ampla acerca do nosso objeto: quais os limites da noção de “fronteira disciplinar” no início do século XX? Afinal, se a profissionalização das pesquisas era uma realidade que se refletia na constituição de comunidades organizadas ao redor de revistas e sociedades especializadas, as quais reclamavam para si inúmeras especificidades, a dinâmica desses

circuitos de ideias e de pessoas era algo muito mais complexo e que ultrapassava os limites de uma certa disciplina. Assim como veremos nos capítulos posteriores, não foi uma exclusividade de François Simiand o envolvimento em discussões que comportavam questões epistemológicas de outras ciências, tampouco de Charles Seignobos, que transitou, ao longo de sua trajetória, por sociedades e revistas filosóficas, psicológicas, linguísticas e sociológicas, muitas vezes discutindo aspectos que fugiam do seu próprio “domínio disciplinar”.

A questão, portanto, é que a história cruzada dessas disciplinas nos mostra fronteiras muito mais tênues do que algumas memórias disciplinares, num esforço de autopreservação de suas áreas, tentam perpetuar de si mesmas.

2. HISTÓRIA E SOCIOLOGIA EM DEBATE: AS PRIMEIRAS DESAVENÇAS EPISTEMOLÓGICAS FRANCESAS

A história estuda fenômenos que podem fornecer alguns materiais para a construção de uma ciência mais geral. [...] A investigação desses fatos desaparecidos expande o campo da experiência psicológica, fornecendo elementos novos para a comparação de onde sairão as leis gerais da psicologia. Isso deve assegurar à história um pequeno lugar, embora legítimo, no conjunto do saber humano.

Charles Seignobos, 1887.

Estimular os historiadores a verem os fatos históricos de um perspectiva sociológica ou, o que dá no mesmo, os sociólogos a possuírem toda a técnica da história, eis aí o objetivo a ser perseguido por ambas as partes.

Émile Durkheim, 1898.

O espírito do “historiador historizante”, aplicado às questões apresentadas pela ciência social, tende, consciente ou inconscientemente, à negação desta ciência.

François Simiand, 1903.

2.1 CHARLES SEIGNOBOS, FRANÇOIS SIMIAND E ÉMILE DURKHEIM: AS PRIMEIRAS PROPOSIÇÕES PARA O DEBATE

O final do século XIX marcou um período de intensas discussões epistemológicas envolvendo a história e a sociologia. Em meio à consolidação ou à inserção nos quadros institucionais, essas disciplinas estavam, paulatinamente, constituindo-se enquanto saberes científicos. O que se observará, portanto, é um processo de embates, contornados por sentidos e contrassensos, os quais, a rigor, visarão estabelecer uma determinada norma para cada disciplina, reconhecendo as diversidades internas e buscando, na medida do possível, articulações desejáveis entre elas.

Em 1887, Charles Seignobos publicou na *Revue Philosophique* (RP) uma de suas primeiras proposições epistemológicas acerca da história³⁶. Sua reflexão visava determinar,

³⁶ Trata-se do artigo “As Condições Psicológicas do Conhecimento em História” (*Les Conditions Psychologiques de la Connaissance en Histoire*).

ainda que de forma embrionária, quais as operações necessárias para que o conhecimento histórico fosse produzido atingindo, minimamente, um grau de certeza legítima sobre o passado. Eram, portanto, as primeiras postulações de um historiador que estava se consolidando no campo científico³⁷ – as quais seriam refinadas, posteriormente, na “Introdução aos Estudos Históricos”, escrita em parceria com Charles-Victor Langlois³⁸ em 1898, e no “Método Histórico Aplicado às Ciências Sociais”, de 1901.

Se as operações técnicas do ofício conquistaram, ao passar do tempo, amplo destaque nas discussões envolvendo o desenvolvimento das pesquisas, foi a dimensão psicológica dos fatos – a qual, aos olhos de Charles Seignobos, atravessava as veredas metodológicas – que esteve, a princípio, no centro das atenções. Afinal, se os documentos³⁹ demandavam análises e critérios específicos, seguindo rigorosamente determinados padrões críticos, era porque eles se produziam a partir da relação de um ato humano com o mundo exterior, preservando sempre a ideia do seu realizador (SEIGNOBOS, 1887, p. 7).

Esse postulado assimilava a história enquanto um conhecimento essencialmente psicológico. Da confecção do documento à compreensão do fato, passando pelo entendimento de suas relações causais, o indivíduo era o protagonista desta cadeia operacional. A principal inovação nesta formulação era o reconhecimento do ser enquanto um fenômeno universal e trans-histórico. Tal entendimento fornecia a base para que alguém, no presente, pudesse assimilar a experiência de quem viveu ontem e, ao mesmo tempo, por alguém que viverá amanhã. Em suma, todos partilhariam da mesma humanidade, quer dizer, da mesma condição humana.

³⁷ Charles Seignobos estudou na Escola Normal Superior e se tornou *agrégé* em história e geografia em 1877, sendo aprovado na primeira colocação. Após um período de dois anos – de 1877 a 1879 – realizando estágios em universidades alemãs, ele retornou à França assumindo o posto de *maître des conférences* na Faculdade de Dijon, no qual ficaria por apenas um ano, desligando-se do cargo para se mudar para a capital a fim de concluir o seu doutorado em letras em 1882. Quando publicou o artigo “As Condições Psicológicas do Conhecimento em História” em 1887, portanto, Charles Seignobos ocupava um dos cargos mais baixos na hierarquia institucional da Faculdade de Letras de Paris, a saber, *chargé d’un cours libre* sobre as instituições europeias (CHARLE, 1985, p. 164).

³⁸ Ao contrário de Charles Seignobos, Charles-Victor Langlois era egresso da École des Chartes, formando-se em 1885. Sua inserção na Faculdade de Letras de Paris enquanto professor se iniciou após a conclusão do seu doutorado em letras (concluído em 1887) em 1888, quando assumiu a função de *chargé de cours* (CHARLE, 1985, p. 108).

³⁹ Charles Seignobos (1887, p. 6) compreendia o documento a partir de duas categorias: os *materiais*, a saber, objetos antigos produzidos pela ação humana, e os *psicológicos* ou *simbólicos*, assimilados como produtos de uma operação do espírito. Enquanto o primeiro grupo forneceria informações diretas sobre o passado, o segundo ofereceria referências acerca do estado psicológico dos fatos.

Tal concepção não assumia, contudo, uma fórmula axiomática, pois ela era antecipada por uma discussão acerca da natureza da história, a qual conduzia, por conseguinte, à investigação para o particular.

Charles Seignobos (1887, p. 2) compreendia, em linhas gerais, que todo conhecimento empírico supunha, na essência, uma relação entre o fato e o espírito que o analisa, podendo ser engendrado de duas maneiras: através da observação direta, quando o fenômeno se passa diante do observador, ou da indireta, quando é possível vislumbrá-lo apenas por meio dos traços deixados. Em outras palavras, tratava-se de uma oposição entre o método experimental das ciências físicas e biológicas e a perspectiva histórica. Ora, diante dessa encruzilhada o que caracterizava o estudo da história era a apreciação indireta aliada a um pressuposto que a diferenciava das demais ciências, a saber, de que os fenômenos humanos, psicológicos e sociais eram únicos e intimamente ligados ao momento e ao local em que eles foram originados.

A partir dessa construção epistemológica, que congregava o particular, o psicológico e a observação indireta, chegava-se ao procedimento metodológico necessário para extrair dos materiais o conhecimento histórico. Charles Seignobos oferecia, para tanto, o seguinte processo:

se queremos determinar as operações pelas quais se deve submeter um documento para depreender um conhecimento, basta retomar no sentido inverso a série de operações que o gerou. O historiador refaz, partindo do documento para chegar ao fato que o produziu, o caminho que o autor percorreu para ir do fato à produção do documento⁴⁰ (1887, p. 10, tradução nossa).

Chegava-se assim à primeira formulação daquilo que, mais tarde, ele e Charles-Victor Langlois denominarão de “crítica externa” e “crítica interna” dos documentos. Em suma, esse esquema seria realizado mediante uma série de operações práticas que visava coletar os materiais, restituir suas condições de produção, suas proveniências, estabelecer uma classificação das fontes (fosse por data, lugar de origem, conteúdo ou forma), bem como extrair delas o que os autores quiseram dizer, discernindo precisões e imprecisões de seus relatos.

⁴⁰ No original: “Si l'on veut déterminer les opérations auxquelles on doit soumettre un document pour en dégager une connaissance, il suffit de reprendre en sens inverse la série des opérations qui ont donné naissance au document. L'historien refait, en partant du document pour arriver au fait qui l'a produit, le chemin que l'auteur a parcouru pour aller du fait à la production du document”.

Por mais que esse modelo assumisse um aspecto demasiado funcional – afinal, tratava-se de uma proposta de disciplinarização do ofício de historiador –, havia nele alguns resquícios de subjetividade, sobretudo em relação aos raciocínios empregados na sua operação. Antes de adentrar nessa questão, porém, é necessário elucidar o que Charles Seignobos assimilava ao falar em fato histórico e, também, a sua diferença para com outras concepções contemporâneas.

Uma resenha produzida por ele na RP em 1889 nos fornece, nesse sentido, um contraponto interessante de perspectivas. A obra em questão, a saber, “A história e os historiadores. Ensaio crítico sobre a história considerada como ciência positiva” (*L’histoire et les historiens. Essai critique sur l’histoire considérée comme science positive*), escrita por Louis Bourdeau (1824-1900) e publicada em 1888, propunha, em nome da cientificidade, uma mudança radical na disciplina, envolvendo o seu objetivo, o seu programa e a sua metodologia. Defendia-se, nela, que a investigação histórica deveria se afastar do contingente e do individual para se direcionar às regularidades, quantificando estatisticamente os elementos que envolviam a vida, como o desenvolvimento econômico das indústrias, a expansão dos comércios, o povoamento das colônias, e assim por diante. Isso a esvaziaria de subjetividades e a dotaria com maior exatidão. O problema, entretanto, se dava em duas frentes para o resenhista: o método estatístico poderia ser aplicado a todas as pesquisas que se impõem ao historiador ou possibilitaria, ao menos, conhecer os desenvolvimentos da razão? Ora, a vida social seria extremamente complexa para ser prevista ou quantificada, pois, como sublinhava Charles Seignobos (1889, p. 93, tradução nossa, grifo do autor), “o que caracteriza uma sociedade não são apenas os arranjos econômicos, mas principalmente as *concepções* dominantes sobre a família, a propriedade, a organização política, a arte, a ciência, a religião”⁴¹. Elas sofrem variações ao passar do tempo e demandam, por causa de suas complexidades, um procedimento psicológico de análise para reconstituí-las através dos documentos.

Essas “concepções dominantes”, que envolveriam várias facetas da atividade humana, serão classificadas na obra de 1898 como fatos históricos e subdivididas nas seguintes categorias gerais: “condições materiais”, “hábitos intelectuais”, “costumes materiais”, “costumes econômicos”, “instituições sociais” e “instituições públicas”

⁴¹ No original: “ce qui fait le caractère d’une société ce ne sont pas seulement les arrangements économiques, ce sont surtout les *conceptions* dominantes sur la famille, la propriété, l’organisation politique, l’art, la science, la religion”.

(LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2014). O que os caracterizariam de tal modo, contudo, não seria um sentido ontológico relacionado à ação dos seres humanos no tempo, mas um mero procedimento empregado para alcançá-los. Ou seja, nesta interpretação não existiriam fatos históricos por natureza, mas somente um modo de conhecimento, o qual transformaria, a rigor, as realizações de outrora em objetos próprios de investigação.

Incorporado a esse mecanismo, que, a despeito de suas fragilidades⁴², formaria o conhecimento histórico, Charles Seignobos (1887, p. 27) atribuía à investigação dos fatos mais duas espécies de raciocínios fundamentais para preencher eventualmente as suas lacunas. Tratava-se, enfim, da “analogia” e da “concordância”. Enquanto a primeira operação estabeleceria, através da comparação com os eventos do presente, as causas de uma cadeia factual que não se encontrariam explícitas na documentação, demandando, por seu turno, ações imaginativas para tanto, a segunda aproximaria várias conclusões prováveis acerca de uma proposição a fim de tentar evitar que um relato impreciso fosse tomado como correto numa investigação. Isso significava que, pela análise histórica se constituir discernindo mentalmente as nuances que envolveram os fatos, muitas vezes relatados de maneira confusa, várias operações se engendrariam de maneira abstrata. Em outros termos, a história era concebida, em virtude da complexidade de seus materiais, enquanto uma ciência essencialmente subjetiva, tornando-se indispensável se afastar do método das ciências físicas e biológicas (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 2014).

O que se pode depreender a partir disso é que ele não concebia uma distinção substancial entre o passado e o presente, tampouco rejeitava completamente os aspectos gerais na sua formulação. O que importava, de fato, era a subjetividade humana e universal.

Há que observar, desse modo, que, mesmo sustentando determinadas especificidades, Charles Seignobos (1887, p. 4) posicionava a história num lugar estratégico no repertório das ciências, justamente porque ela deteria o único método aplicável ao estudo dos fenômenos psicológicos e sociais. Ela seria responsável por expandir o campo da experiência psicológica, fornecendo, à vista disso, elementos novos para a comparação de onde se extrairiam as leis gerais da psicologia.

O que existia no artigo de 1887 era apenas um esboço do que seria aprimorado e ampliado na “Introdução aos Estudos Históricos” de 1898 e no “O Método Histórico Aplicado às Ciências Sociais de 1901. A nosso ver, isso o torna relevante para percebermos,

⁴² Era recorrente nos artigos de Charles Seignobos justificar as fragilidades epistemológicas e metodológicas da história atrelando-a a um estágio prematuro no desenvolvimento científico da disciplina.

de maneira mais ampla, as transformações que a perspectiva deste historiador sofrerá, posteriormente, ao ser confrontado por outras visões, especialmente pelos agentes vinculados ao projeto sociológico capitaneado por Émile Durkheim.

Ainda que oferecesse um arranjo epistemológico coerente e delimitado, tal elaboração não se tornaria dominante no campo científico francês. Logo após a obra de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos ter sido lançada em 1898, por exemplo, François Simiand publicaria uma breve resenha dela na *Revue de Métaphysique et de Morale*. Naquela época, ele se mostrava um intelectual muito promissor em início de carreira que, além de ter passado pelas principais instituições parisienses de ensino, como no Liceu Henri IV e na Escola Normal Superior, e se tornado *agrégé* em filosofia em 1896, sendo aprovado na primeira colocação, já integrava a equipe de colaboradores da revista *L'Année Sociologique*.

Por mais que os historiadores ainda não ocupassem os principais postos institucionais na Faculdade de Letras de Paris⁴³, a posição de François Simiand era consideravelmente inferior no interior do campo científico. A sua resenha pode ser assimilada, dessa maneira, a partir de duas chaves de leitura complementares. Primeiramente, tratava-se de uma estratégia consciente visando obter reconhecimento entre os pares ou, ao menos, maximizar seus lucros propriamente intelectuais, apontando as fragilidades de uma obra confeccionada por autores que estavam se consolidando profissionalmente. Ademais, devemos pensá-la de maneira relacional, o que nos remete diretamente às estratégias promocionais da sociologia durkheimiana. Ora, a “Introdução aos Estudos Históricos” de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, embora não corporificasse a cartilha de uma escola historiográfica, era fruto de um curso que havia sido ministrado na Faculdade de Letras de Paris entre 1896 e 1897. Isso nos mostra que ela ocupava, de fato, uma posição fundamental na formação dos novos historiadores, sobretudo em relação aos estudantes dessa relevante instituição, e que era percebida enquanto tal pelos colaboradores de Émile Durkheim.

A resenha em si assumia uma postura bastante cordial acerca da obra, admitindo que ela seria interessante para os sociólogos sob várias perspectivas. François Simiand

⁴³ Em 1898, enquanto Charles-Victor Langlois era *chargé de cours* na Faculdade de Letras de Paris, com algumas passagens anteriores por instituições da província francesa, Charles Seignobos, além de ter sido de 1890 a 1897 *chargé des fonctions de maître de conférences de pédagogie (science historique)*, era *chargé d'un cours* de história moderna na mesma universidade.

reconhecia, por exemplo, que as operações metodológicas ali elaboradas, descritas “com uma precisão e delicadeza notáveis de observação psicológica e de reflexão filosófica”⁴⁴ (1898, p. 635, tradução nossa), a tornavam original e merecedora de reconhecimento, uma vez que versava sobre assuntos frequentemente ignorados ou desconhecidos pelos historiadores. Entretanto, um dos problemas existentes nela seria, conforme suas palavras, “uma espécie de desconfiança para com os termos, as noções e as posições comuns na metodologia desenvolvida por filósofos e sociólogos”. Em linhas gerais, prosseguia o resenhista,

o que o sr. Seignobos chama de “hábito” está bem próximo de ser o que muitos assimilam como fenômeno social; o epíteto do social lhe serve exclusivamente de rubrica para agrupar a família, a educação e as classes sociais, assim como os usos da vida material e da vida privada são chamados de “costumes materiais”, a língua, a religião etc, agrupados sob o título de “hábitos intelectuais”⁴⁵. (SIMIAND, 1898, p. 639, tradução nossa).

O posicionamento da história enquanto um procedimento que, ao fim e ao cabo, agruparia tanto as ciências do homem quanto algumas disciplinas especiais, como a arqueologia e a linguística, tornou-se, no conjunto, o alvo da principal crítica. Os autores se apoiavam na complexidade dos fenômenos humanos – observados apenas de maneira indireta – para defender que sua investigação fosse conduzida para o particular. Contudo, asseverava Simiand, tal formulação invertia a lógica das ciências, posto que o princípio compilador jamais incidiria sobre um procedimento de conhecimento voltado ao contingente, mas naqueles que pesquisariam a natureza dos fenômenos em sua amplitude. Ou seja,

uma disciplina especial pode ser aqui necessária para estabelecer a coleção desses fatos individuais e contingentes [...] em virtude de sua quantidade e da dificuldade para alcança-los; mas esta disciplina, teoricamente acessória e subordinada, não pode ser considerada ela própria como a ciência principal. – A bem dizer, as palavras podem permanecer as mesmas; pode haver aí um interesse prático, administrativo ou profissional para que certos grupos de estudos continuem a portar o epíteto de históricos. O que importa é que o espírito e o ponto de vista

⁴⁴ No original: “décrit ici avec une précision et une finesse remarquable d’observation psychologique et de réflexion philosophique”.

⁴⁵ No original: “ce que M. Seignobos appelle « habitude » est bien près d’être ce que beaucoup entendent par phénomène social ; l’épithète de social lui sert exclusivement de rubrique pour grouper la famille, l’éducation et les classes sociales, alors que les usages de la vie matérielle et de la vie privée sont appelés « coutumes matérielle », la langue, la religion, etc., groupées sous le titre d’ « habitudes intellectuelles »”.

sejam verdadeiramente científicos⁴⁶ (SIMIAND, 1898, pp. 640-641, tradução nossa).

Percebemos, por enquanto, que François Simiand semeava, em contraste aos postulados sustentados por Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, um dos princípios basilares do projeto sociológico durkheimiano, a saber, de que os fatos só possuem inteligibilidade quando agrupados em tipos e leis, visando uma compreensão geral dos fenômenos.

Qual seria, então, a diferença entre a história e a sociologia? Ainda que a resenha não se debruçasse diretamente sobre a questão, o texto fundador da revista *L'Année Sociologique* – isto é, o prefácio escrito por Émile Durkheim⁴⁷ e publicado também em 1898 – incitaria o diálogo em seu ato inaugural. Nele, ao oferecer um espaço público para a confecção de um inventário visando a construção da sociologia, preconizava-se um embaralhamento das fronteiras de tais disciplinas para que elas pudessem contribuir e convergir para o progresso das investigações. Assim, escrevia o criador da AS:

é, pois, servir à causa da história ajudar o historiador a superar seu ponto de vista ordinário, a estender seu olhar para além do país e do período que ele se propõe mais especialmente a estudar, bem como a se preocupar com questões gerais que originam os fatos particulares por ele observados. Ora, se a história compara, ela se torna indistinta da sociologia. Por outro lado, a sociologia não somente não pode se privar da história, como ela tem mesmo necessidade de historiadores que sejam ao mesmo tempo sociólogos. Enquanto ela tiver de se introduzir como uma estrangeira no domínio histórico para aí apreender, em alguma medida, os fatos que a interessam, ela poderá fazer aí apenas incursões bastante rasas. Desorientada em um meio ao qual ela não está acostumada, é quase inevitável que não perceba

⁴⁶ No original: “une discipline spéciale peut être ici nécessaire pour établir le recueil de ces faits individuels, contingents [...] à cause de leur quantité et de la difficulté de les atteindre ; mais cette discipline, théoriquement accessoire et subordonnée, ne peut être considérée la science principale elle-même. – A vrai dire les mots peuvent rester les mêmes ; il peut y avoir un intérêt pratique, administratif ou professionnel, à ce que certains groupes d'études continuent de porter l'épithète d'historiques. Ce qui importe est que l'esprit et le point de vue en soient vraiment scientifiques”.

⁴⁷ Como indica uma carta de Émile Durkheim enviada a Célestin Bouglé em março de 1898, François Simiand havia lido e comentado o prefácio antes de ser publicado: “Caro senhor, envio-lhe, nesta mesma carta, como documentos de negócios, o Prefácio de *L'Année Sociologique*. Peço-vos para lê-lo o quanto antes e que envie, imediatamente, a [François] Simiand, *Institut Thiers, 5 Rondpoint Bugeaud, Paris*. Eu o aviso que ele o receberá por seu intermédio. Peço-vos para lê-lo sob o seguinte duplo ponto de vista: 1º) O acordo, como eu o espero, completa sobre as ideias que são lá expressas. Caso contrário, informe-me sobre quais pontos você tem dúvidas. 2º) Diga-me tudo o que lhe pareça útil, seja para acrescentar, seja para retirar, no interesse comum. O manuscrito de *L'Année* (sem o prefácio) está na impressão e você receberá as provas em breve. Ele já tem um voto, é o do editor que parece muito satisfeito. A meu pedido, ele pressiona o impressor. Eu o disse que, de nossa parte, a correção das provas funcionaria bem”.

ou perceba apenas de uma perspectiva bastante turbulenta as coisas que teria o máximo interesse em observar bem. Só, o historiador está muito familiarizado com a história para poder dela se servir com segurança. Assim sendo, longe de serem antagônicas, estas duas disciplinas tendem naturalmente uma à outra, e tudo aponta para que elas sejam chamadas a se confundirem em uma disciplina comum, onde os elementos de uma e de outra se encontrem combinados e unificados (DURKHEIM, 2007, pp. 8-9).

O que se defendia, essencialmente, era uma indistinção, num plano epistemológico, entre os estudos sociológicos e os históricos. Esse esforço se fazia necessário porque a história, além de ser compreendida enquanto a principal fonte da investigação sociológica, era muito resistente ao uso do método comparativo – essencial para a elaboração científica. Para os durkheimianos, essa abordagem estaria para a realidade social assim como o microscópio para a física, possibilitando “estabelecer uma espécie de meio termo entre a diversidade das sociedades históricas e a ‘sociedade’ dos filósofos, [...] depreender regularidades no funcionamento das transformações das sociedades e, ademais, tornar aparentes e compreensíveis os processos de evolução”⁴⁸ (HIRSCH, 2016, tradução nossa).

A aproximação entre as duas disciplinas era estratégica num duplo ponto de vista para a sociologia durkheimiana. Primeiramente, porque seus representantes partiam do interior de áreas vizinhas do conhecimento para avaliá-las e, ao mesmo tempo, testá-las tendo como referência o modelo positivo de ciência. Criticava-se, assim, suas eventuais fragilidades epistemológicas e metodológicas, reformando-as e englobando-se paulatinamente no seu projeto. Em segundo, porque as amarras institucionais permeavam a desavença. Como vimos no capítulo anterior, a sociologia era uma disciplina científica que estava, aos poucos, se consolidando e conquistando espaço no interior do ensino superior francês. Impor-se diante dos domínios com os quais disputaria posições institucionais era, assim, uma ação essencial para a sua existência.

Logo após as publicações de 1898, a desavença entre a história e a sociologia tornou-se popular nos círculos intelectuais parisienses, mobilizando vários agentes e congregando múltiplas perspectivas. Veremos a seguir como ocorreu esse processo.

2.2 A QUERELA NAS REVISTAS UNIVERSITÁRIAS

⁴⁸ No original: “la comparaison permet d’établir une sorte de moyen terme entre la diversité des sociétés historiques et la « Société » des philosophes [...], de dégager des régularités dans le fonctionnement et les transformations des sociétés, et ainsi rendre apparents et compréhensibles les processus d’évolution.”

A partir de 1898, as discussões envolvendo a história e a sociologia ganharam as páginas das principais revistas universitárias francesas⁴⁹. De acordo com o nosso levantamento, num curto período de seis anos – de 1898 a 1904 – ao menos dez publicações, que variavam de resenhas a artigos, versaram diretamente sobre o assunto. Elas se encontram dispostas no quadro abaixo:

QUADRO 1 - RELAÇÕES ENTRE A HISTÓRIA E A SOCIOLOGIA NAS REVISTAS UNIVERSITÁRIAS

AUTOR	AGRÉGATION	TÍTULO	REVISTA	ANO
Hubert Bourgin (1874 - 1955)	<i>Agrégé</i> em letras (1898)	Ch. Seignobos. La méthode historique appliquée aux sciences sociales (resenha)	Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine	1901
Henri Berr (1863 - 1954)	<i>Agrégé</i> em letras (1884)	Les rapports de l'histoire et des sciences sociales d'après M. Seignobos	Revue de Synthèse Historique	1902
François Simiand (1873 - 1935)	<i>Agrégé</i> em filosofia (1896)	Méthode historique et science social. Étude critique d'après les ouvrages récentes de M. Lacombe et de M. Seignobos	Revue de Synthèse Historique	1903
Henri Berr (1863 - 1954)	<i>Agrégé</i> em letras (1884)	L'enseignement des sciences sociales. A	Revue de Synthèse Historique	1903

⁴⁹ Cabe ressaltar que as discussões envolvendo a história e a sociologia não eram uma particularidade francesa. Simultaneamente, intelectuais ingleses e alemães se engajaram na desavença das disciplinas nascentes, cada qual em seus círculos específicos. Para um exame mais detido acerca do tema, conferir Wolf Lepenies (1996).

		propos d'un livre récent (resenha)		
Paul Mantoux (1877 - 1956)	<i>Agrégé</i> em história e geografia (1897)	Histoire et sociologie	Revue de Synthèse Historique	1903
Desconhecido	-	Périodiques	Revue de Métaphysique et de Morale	1903
Célestin Bouglé (1870 - 1940)	<i>Agrégé</i> em filosofia (1893)	Discussions sur les rapports de l'histoire avec les sciences naturelles et les sciences sociales	L'Année Sociologique	1904
Célestin Bouglé (1870 - 1940)	<i>Agrégé</i> em filosofia (1893)	A.-D. XÉNOPOL. H. BERR, FR. SIMIAND, B. CROCE. – Discussions sur les rapports de l'histoire avec les sciences naturelles et les sciences sociales. <i>Revue de Synthèse Historique</i> , juin 1902, février, avril, juin 1903.	L'Année Sociologique	1904
Marcel Pournin	-	La sociologie & les sciences sociales. <i>Conférences de l'École des Hautes Études Sociales</i> . Rapports de la sociologie avec l'histoire (Transcrição	Revue Internationale de Sociologie	1904

		de um debate entre Charles Seignobos e Célestin Bouglé)		
Alexandru Dimitrie Xénopol (1847 - 1920)	-	La causalité dans la succession	Revue de Synthèse Historique	1904

Fonte: o autor (2021).

Observamos, a partir disso, que as discussões não se centraram exclusivamente numa área específica do conhecimento, visto que os vínculos formais dos intelectuais engajados e as revistas universitárias abrangiam diversos ramos do saber (como as letras, a filosofia, a história e a sociologia). Tal aspecto nos indica que a desavença ultrapassou os arranjos puramente institucionais das disciplinas e assumiu um caráter ainda mais amplo, envolvendo a investigação científica dos fenômenos humanos e circulando por espaços múltiplos da esfera universitária.

Ora, tendo isso em vista, como situar as posições de cada agente nesta arena de disputas sem, com isso, reduzi-las a uma divisão meramente disciplinar e institucional?

A análise que realizamos nesta dissertação almeja investigar essas discussões assumindo a perspectiva dos indivíduos e afastando-se da compreensão exclusiva via entidades coletivas – isto é, como se elas representassem apenas um embate disciplinar promovido pelos representantes legítimos de cada área. A bem dizer, assim como expomos brevemente no primeiro capítulo, esse ponto de vista acarreta uma suavização das fronteiras epistemológicas, afinal, torna-se inviável partir para as fontes imputando, *a priori*, uma definição exata do que era a história e a sociologia naquela conjuntura para, então, situar os posicionamentos de cada um no jogo.

Enrico Castelnuovo (2006) desenvolve, nesse sentido, uma reflexão interessante para lidar com a noção de fronteira no âmbito da história da arte – a qual pode ser transportada *mutatis mutandis* para outros ramos. Como assinala o autor (2006, p. 197), a história da arte é atravessada por uma série de limites e fronteiras relativamente simbólicas que demarcam territórios, estilos, estratificações e conflitos no interior do campo. Contudo, por mais que não se negue a existência dessas dimensões, elas acabam por assumir um

caráter extremamente automatizado ou desimportante entre os estudiosos do tema. Quando isso ocorre,

é de se pensar se, na identificação do traçado das fronteiras, não se corre o risco de aceitar demasiadas imagens e classificações que são fruto de uma sistematização historiográfica ocorrida *a posteriori*. Porque as fronteiras artísticas que hoje nos parecem evidentes não dependem da capacidade expansiva dos conjuntos de esquemas e fórmulas que chamamos de “estilos”, mas também da capacidade expansiva dos historiadores individuais (CASTELNUOVO, 2006, p. 199).

Para além de se ater aos estilos em si como o único mecanismo de compreensão da arte renascentista, ele propõe guiar a investigação para uma dimensão muito mais ampla. Tal conduta envolveria, entre outros aspectos, mapear as rivalidades políticas entre os reinos, a circulação dos artistas pelos centros produtores e os canais de propagação, os embates entre inovação e resistência, bem como os itinerários das obras a fim de esclarecer a dinâmica da produção artística e as suas especificidades naquele momento. Ao fim e ao cabo, seria possível alcançar realidades nas quais, independentemente das delimitações estabelecidas pela historiografia, os confins estilísticos poderiam ser tênues ou ainda inexistentes.

O que torna esta abordagem proeminente, para nós, é justamente a possibilidade de elucidar a realidade das fronteiras, bem como a oportunidade de embaralhá-las e de colocá-las em crise (CASTELNUOVO, 2006, p. 203).

Quando assumimos a perspectiva dos indivíduos na desavença entre a história e a sociologia, deparamo-nos com um cenário complexo permeado de sentidos e contrasentidos acerca dos limites epistemológicos das disciplinas. Inexistia, portanto, uma definição exata sobre os confins de cada área. Isso nos indica que, muito mais do que representarem dimensões fixas nas quais cada agente se vincularia assumindo automaticamente certas atitudes, elas eram constructos rotineiros que estavam em constante disputa. Em virtude disso, julgamos importante, a fim de nuançar esses aspectos, mapear a circulação das discussões e analisar as posições nelas tomadas de forma relacional no microcosmo social⁵⁰.

⁵⁰ Em sua proposta de uma ciência das obras, Pierre Bourdieu (1996) defende o cruzamento de uma leitura interna e externa como instrumento de compreender relacionalmente as obras e o espaço de seus produtores. É, pois, no microcosmo social e “horizonte particular dessas relações de forças específicas, e de lutas que têm por objetivo conservá-las ou transformá-las, que se engendram as estratégias dos produtores, a forma de arte que defendem, as alianças que estabelecem, as escolas que fundam, e isso por meio dos interesses específicos que são aí determinados” (BOURDIEU, 1996, p. 60).

Grande parte das incursões pelo tema nas revistas universitárias francesas ocorreu através da reação a dois livros que foram publicados na virada do século XIX para o XX: “Da História Considerada como Ciência”, de Paul Lacombe⁵¹ (1894), e “O Método Histórico Aplicado às Ciências Sociais”, de Charles Seignobos (1901). Em geral, elas ofereciam perspectivas consideravelmente distintas. Enquanto a primeira preconizava um diálogo com a sociologia a fim de conduzir as investigações históricas para as veredas da ciência (BORGES, 2013, p. 11), a segunda, além de avançar por temas que já haviam sido abordados em outro momento pelo autor, oferecia uma reflexão acerca da importância do método histórico no estudo dos fenômenos sociais⁵². Foi ela, aliás, a mais criticada pelos pares.

A primeira interação com a nova obra de Charles Seignobos foi elaborada por Hubert Bourgin⁵³ (1874-1955) em 1901. Tratava-se, em suma, de um *normalien* recém-*agrégé* em letras (1898) – muito próximo, aliás, do círculo socialista organizado em torno de Lucien Herr (1864-1925) – que estava orientando suas pesquisas para a história das doutrinas econômicas e sociais e que acabava de integrar a equipe de colaboradores da AS (THUILLIER, 1987, p. 553).

Sua resenha, que fora publicada na *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, assumia uma postura consideravelmente crítica em relação ao menosprezo do historiador acerca dos resultados já obtidos nas investigações sociológicas. Charles Seignobos parecia, ao seus olhos, querer rebaixar as ciências sociais e as suas pretensões diante do método histórico como se elas se restringissem a determinados fenômenos e fossem apenas um “amálgama disparate” formado pelo mero estudo de algumas estratificações, como dos atos e das instituições econômicas, da estatística dos atos e dos produtos humanos e da história das doutrinas (BOURGIN, 1901, p. 665). Assim sendo, ele advertia aos leitores:

⁵¹ Paul Lacombe estudou na École des Chartes, onde obteve o diploma de Arquivista-Paleógrafo em 1859. A maior parte de sua trajetória profissional se passou em repartições públicas do governo, atuando como conservador em arquivos e bibliotecas. Isso não o impediu de desenvolver várias pesquisas e se engajar em várias desavenças epistemológicas, como a com o historiador romeno Alexandru Dimitrie Xénopol (1847-1920) nas páginas da *Revue de Synthèse Historique* (DRIGO, 2020, p. 112).

⁵² Charles Seignobos concebia, em suma, as ciências sociais enquanto o estudo de determinados fenômenos restritos, como os atos e as instituições econômicas, a estatística dos atos e dos produtos humanos, bem como a história das doutrinas. De natureza inconstante e observados somente de maneira indireta através dos documentos, o historiador julgava que “para compreendê-los, é necessário conhecer a sua evolução. [...] Faz-se necessário, portanto, um estudo histórico de fenômenos sociais anteriores, e este estudo só é possível através de um método histórico” (SEIGNOBOS, 1901). Mais do que defender uma especificidade própria à disciplina, Charles Seignobos sugeria a sua superioridade em relação à ciência social por fornecer o único procedimento de conhecimento indireto capaz de dar conta desses fenômenos complexos.

⁵³ Para uma análise mais detida acerca de sua trajetória, conferir Guy Thuillier (1987).

há, aqui, um desconhecimento grave dos esforços feitos atualmente pelos sociólogos - mas o sr. S. não admite que existam sociólogos, nem uma sociologia - para constituir as diversas partes de sua ciência, e dos resultados já obtidos. Se é justo ensinar àqueles que querem trabalhar para constituir as regras do método crítico, é injusto não se esforçar para compreendê-los ou mesmo conhecê-los. A grande erudição do sr. S. estaria em falta? Ou suas pretensões as teriam o desviado?⁵⁴ (BOURGIN, 1901, p. 665, tradução nossa).

Resumidamente, para o resenhista, por mais originais que fossem as formulações epistemológicas que vinculavam a história à psicologia, a negligência com os resultados alcançados pelas investigações sociológicas incidia em conclusões incorretas a respeito do suposto caráter subjetivo dos fatos históricos, entendidos unicamente enquanto fenômenos cerebrais conscientes.

Há que pensar, nesse sentido, que os colaboradores da AS sustentavam uma concepção de fato social notadamente distinta da supracita, a qual estava sendo engendrada desde as primeiras publicações de Émile Durkheim – a saber, nas obras “Da Divisão do Trabalho Social” (1893) e “As Regras do Método Sociológico” (1895).

Ela considerava, de maneira geral, os fenômenos ocorridos no interior de uma sociedade a partir do vínculo entre os atos individuais e a exterioridade que os imputaria, coercitivamente ou imperativamente, determinadas condutas (DURKHEIM, 1895, p. 6). Em outras palavras, os fatos sociais existiriam fora das consciências pessoais, contendo, na essência, uma dimensão autônoma e objetiva – por exemplo, a transmissão via costumes, educação e direito – que conduziria os sentimentos coletivos a uma certa direção. A rigor, os fenômenos sociais seriam como coisas e, por isso, deveriam ser tratados enquanto tal, constituindo o ponto de partida da ciência, e não o de chegada. Isso não implicava, contudo, numa equiparação *ipsis litteris* do mundo social ao natural. Assim como assevera Phillippe Steiner, Émile Durkheim

desenvolve a ideia de que a matéria da vida social é feita inteiramente de representações coletivas, ou seja, de maneiras de fazer, de pensar e de sentir exteriores aos agentes. Tratar os fatos sociais como coisas não significa, desse modo, privá-los de uma significação cognitiva e psicológica; quer dizer que o

⁵⁴ No original: “Il y a là une méconnaissance grave des efforts actuellement faits para les sociologues - mais M. S. n'admet pas qu'il y ait des sociologues, ni une sociologie - pour constituer les diverses parties de leur science, et des résultats déjà obtenus. S'il est juste d'enseigner à ceux qui veulent travailler à les constituer les règles de la méthode critique, il est injuste de ne pas s'efforcer de les comprendre ou même de les connaître. La grande érudition de M. S. serait-elle en défaut? Ou ses prétentions l'auraient-elles quelque peu égaré?”.

sociólogo, a exemplo do físico, deva considerá-los como coisas exteriores cuja estrutura ele ignora⁵⁵ (2005, p. 34, tradução nossa).

Se, por um lado, a crítica epistemológica durkheimiana terá em comum o contraste entre o fato social e o fato histórico assimilado de maneira subjetiva, a posição de outros intelectuais na desavença se fragmentará em, ao menos, três frentes de ação: 1) na defesa imanente dos caracteres psicológico e individual à investigação histórica, 2) na negociação de certas faturas a serem aplicadas à história ou 3) na administração dos dissensos em proveito de um bem maior.

Henri Berr (1863-1954), que também havia publicado uma resenha do livro de Charles Seignobos em 1902, tornou-se, por exemplo, um dos principais agentes do terceiro grupo com a sua “síntese histórica”, que visava, inicialmente, levar para a história a psicologia sem, com isso, perder de vista as contribuições fornecidas pela sociologia à matéria social – em especial aquelas difundidas por Émile Durkheim e seus colaboradores da AS (BERR, 1900, pp. 2-4).

Assim como a grande parcela da elite intelectual parisiense, ele era um egresso da ENS, *agrégé* em letras (1884) e tinha acabado de concluir o seu doutorado em 1899, no qual desenvolveu uma tese em língua vernácula⁵⁶ congregando uma reflexão filosófico-histórica acerca da síntese no estudo dos fenômenos humanos.

Seu principal empreendimento, porém, foi a criação da primeira revista francesa especializada em teoria e metodologia da história em 1900, a saber, a *Revue de Synthèse Historique* (RSH)⁵⁷. Tratava-se, em suma, de um periódico que oferecia, num momento de intensas discussões envolvendo os limites científicos das pesquisas históricas, um espaço propício ao debate, reunindo múltiplas perspectivas em torno da mesma preocupação. Tal como assinala Miguel Kancelskis Drigo (2020, p. 79), não por acaso, ele se tornaria reconhecido, posteriormente, como um “administrador de heresias”, pois mesmo perseguindo a “ideia da síntese histórica, colocando-a nos títulos de suas empreitadas, não

⁵⁵ No original: “il développe l'idée que la matière de la vie sociale est tout entière faite de représentations collectives, c'est-à-dire de manières de faire, de penser, de sentir extérieures aux agents. Traiter les faits sociaux comme des choses ne signifie donc pas leur dénier une signification cognitive et psychologique ; cela veut dire que le sociologue, à l'instar du physicien, doit les considérer comme des choses extérieures dont il ignore la structure”.

⁵⁶ Além da tese em língua francesa, Henri Berr também produziu uma tese latina acerca da filosofia de Pierre Gassendi (1592-1655).

⁵⁷ Para uma análise centrada na trajetória de Henri Berr e na *Revue de Synthèse Historique*, ver Miguel Kancelskis Drigo (2020) e Clayton Ferreira e Ferreira Borges (2013).

impôs, ou talvez não tenha conseguido impor, sua aplicação para um número expressivo de pesquisadores, mas deixou-os livres para defender, não sem críticas, suas próprias teorias científicas”.

A princípio, Henri Berr se engajou na desavença de maneira relativamente tímida. Sua resenha de “O Método Histórico Aplicado às Ciências Sociais” criticava o autor num ponto muito específico daquilo que constituía, essencialmente, a sua *histoire des événements*: a extrema fixação pelo indivíduo. Dentro do amplo conjunto histórico construído por Charles Seignobos (1901, p. 161), haveria um domínio geral descritivo da realidade concreta – a “história comum” – que seria formado pela aglutinação das “histórias especiais” as quais discorreriam sobre os costumes, as artes, as instituições, e assim por diante. O principal aspecto resultante dessa soma era que a “história política” constituía uma parcela preponderante e essencial para a compreensão dos aspectos gerais, especialmente por abranger os eventos que atingiriam e modificariam a massa populacional. Ora, por ser feita pelos indivíduos, eram exclusivamente as suas ações que determinariam a evolução política de uma região específica, e não uma dimensão exterior. Para Henri Berr (1902, p. 298, tradução nossa), era esta conduta de Charles Seignobos que o tornava, em suas palavras, “resolutamente realista e naturalmente psicólogo. Ele tem medo de ser enganado por abstrações”⁵⁸.

O que nos chama a atenção na publicação foi a maneira como o criador da RSH se posicionou diante do impasse envolvendo o estudo do particular e do social em relação à história. Reconhecendo as virtudes do interlocutor, argumentava da seguinte:

ele teve o mérito de derrotar todas as visões metafísicas e apriorísticas. Porém, em sua preocupação com a ciência, ele acaba por negar a história como ciência. Ao procurar o individual e o psíquico, ele acaba por ver apenas o subjetivo na matéria e na interpretação da história. Ele não dá nenhum espaço à sociologia objetiva. Ora, nós cremos que, se é necessário aprofundar firmemente o estudo do *social* na história, é nitidamente preciso se especializar nele. Há o individual, o histórico (no sentido estrito); e há o sociológico. A síntese histórica abarca um e outro⁵⁹ (BERR, 1902, p. 202, tradução nossa, grifo do autor).

⁵⁸ No original: “Il est résolument réaliste et naturellement psychologue. Il a peur d’être dupe des abstractions”.

⁵⁹ No original: “Il a eu le mérite de battre en brèche toutes les vues métaphysiques et aprioristes. À force de chercher l’individuel et le psychique, il aboutit à ne voir que du subjectif dans la matière et dans l’interprétation de l’histoire. Or nous croyons que, s’il faut résolument plonger l’étude du *social* dans l’histoire, il faut nettement l’y spécialiser. Il y a de l’individuel, de l’historique (au sens restreint) ; et il y a du sociologique. La synthèse historique embrasse l’un et l’autre”.

Como dito anteriormente, a inserção de Henri Berr na desavença ocorreu de maneira tanto quanto amena. Ainda assim, ele desempenhou um papel fundamental nos bastidores para o desenrolar das discussões.

Miguel Kancelskis Drigo (2020) demonstra, em seu estudo, que o criador da RSH era um exímio negociador quando se tratava de construir e mobilizar redes para o seu projeto editorial. A colaboração dos durkheimianos para com o seu empreendimento, por exemplo, não se deu de forma automática, mas foi fruto de acordos e desacordos, mapeados pelo autor em várias trocas epistolares (DRIGO, 2020, pp. 32-34). Foi nela, portanto, que François Simiand publicou em 1903 o seu importante artigo acerca das relações entre o método histórico e a ciência social.

2.2.1 A investida de François Simiand em 1903

Em 3 de janeiro de 1903, François Simiand⁶⁰ foi à Sociedade de História Moderna (SHM) (*Société d'Histoire Moderne*) apresentar a comunicação intitulada “Método Histórico e Ciência Social. Estudo Crítico das Obras Recentes do Sr. Seignobos e do Sr. Lacombe”. À época, além do trabalho editorial que realizava na AS e de já ter publicado dois estudos importantes acerca da economia social e do preço do carvão no século XIX⁶¹, ele estava desenvolvendo o seu doutorado na Faculdade de Direito de Paris (em ciências políticas e econômicas) e ocupando o posto de bibliotecário no Ministério do Comércio. Mesmo que ainda não estivesse atrelado a um cargo de docente nos quadros superiores, Simiand não era um *outsider* desconhecido no campo científico, visto que ele compunha a elite intelectual parisiense e desfrutava de reconhecimento entre os pares, sendo convidado a participar de vários empreendimentos. Sua participação na SHM era, aliás, um sintoma disso.

A SHM, que era presidida por Henry Lemonnier⁶² (1842-1936), um egresso da École des Chartes, congregava no seu interior vários historiadores profissionais com trânsito

⁶⁰ Para um perfil aprofundado de sua trajetória, conferir François Simiand (2018).

⁶¹ Tratava-se dos artigos “Dédution et Observation Psychologiques en Économie Sociale”, publicado em 1899 na RMM, e “Essai Sur le Prix du Charbon en France et au XIXe siècle”, publicado em 1902 na AS.

⁶² Para um perfil crítico de sua trajetória, conferir Lyne Therrien (2020).

nos principais círculos universitários franceses, como Pierre Caron (1875-1952), arquivista-paleógrafo nos *Archives Nationales*, Gustave Bloch (1848-1923), *maître de conférences* na Escola Normal Superior, Gaston Milhaud (1858-1918), professor de filosofia na Faculdade de Letras de Montpellier, e Henri Hauser (1866-1946), professor de história moderna e contemporânea na Faculdade de Letras de Dijon⁶³. Tratava-se, enfim, de um espaço propício ao debate intelectual e à controvérsia científica.

Como assinalado anteriormente, existia, de antemão, um acordo entre François Simiand e Henri Berr para que a comunicação fosse publicada integralmente na RSH – o que viria a ocorrer, de maneira fragmentada, nas edições de fevereiro e de abril do mesmo ano. Quando a primeira parte foi veiculada, o autor advertiu o leitor quanto à natureza do texto com o seguinte esclarecimento:

esse trabalho reproduz uma comunicação feita na *Sociedade de História Moderna e Contemporânea* em 3 de janeiro de 1903. Em relação às ideias apresentadas nesta comunicação, que constituíram matéria de forte discussão, pensei não ser conveniente modificar a ordem, tampouco o conteúdo da exposição. Contudo, não me impedi de insistir sobre alguns pontos em razão das observações dirigidas na sequência ou de desenvolver partes que o tempo me havia forçado encurtar⁶⁴ (SIMIAND, 1903a, p. 1, tradução nossa).

Isso nos indica, portanto, que a reflexão inicial foi refinada e ampliada considerando as condições e as intervenções que envolveram a reunião.

O artigo em si marcava uma posição firme na desavença iniciada no *fin-de-siècle*. Para além de esclarecer as semelhanças e as diferenças envolvendo a ciência social e o método histórico, ele oferecia um exame aprofundado, partindo das obras de Charles Seignobos e Paul Lacombe, sobre a constituição científica das pesquisas dos fenômenos humanos. Quando assimiladas aos moldes consolidados pelas ciências positivas, dizia François Simiand (1903a, p. 3), o espírito do “historiador historizante”, a saber, aquele que

⁶³ Esses dados foram extraídos de dois dicionários biográficos produzidos por Christophe Charle (1985; 1986) e correspondem às posições ocupadas por cada um em 1903.

⁶⁴ No original: “ce travail reproduit une communication fait à la Société d'Histoire Moderne et Contemporaine le 3 janvier 1903. Les idées présentées dans cette communication ayant paru fournir matière à forte discussion, j'ai cru convenable de ne pas modifier l'ordonnance ni le contenu de l'exposé; cependant je ne me suis pas interdit d'insister sur quelques points en raison des observations échangées à la suite ou de développer des parties que le temps m'avait contraint d'écourter.”

se focaria excessivamente nos acontecimentos, tenderia a negar, consciente ou inconscientemente, a cientificidade de suas investigações.

Temos reafirmado, ao longo deste capítulo, que a desavença entre a história e a sociologia, mais do que representar um mero embate entre a defesa da perspectiva particular e a da geral na investigação dos atos humanos, balizado por supostas posições disciplinares fixas, era envolvida por uma discussão epistemológica mais ampla sobre a natureza dos fenômenos. A nosso ver, eram compreensões prévias e específicas acerca delas que conduziam os olhares para uma determinada direção, e não o contrário. Ora, “Método Histórico e Ciência Social” não se iniciava, por acaso, com uma explicação a respeito da substância dos fenômenos sociais, pois era ela que guiava toda a construção de François Simiand.

Há que observar, nesse sentido, que ela estava em plena sintonia com as formulações de Émile Durkheim. O fato social seria, por natureza, psicológico, afinal, era constituído pela ação humana em relação a si própria ou com outros objetos. Isso não implicava, contudo, numa aceção subjetiva da matéria social – assim como defendia Charles Seignobos – porque ela inviabilizaria quaisquer incursões científicas por esse domínio. Se as noções de “psicológico” e “subjetivo” eram assumidas enquanto sinônimos por alguns historiadores, era porque lhes faltavam um entendimento aprofundado acerca do caráter essencial da ciência positiva, pautada na objetividade. A rigor, o conhecimento empírico só se constituiria depreendendo da espontaneidade individual aquilo que agiria de maneira independente para com a ação particular. Assim sendo, o aspecto “objetivo” residiria justamente nessa dimensão. François Simiand asseverava, por exemplo, que

se psicológico e subjetivo fossem idênticos, deveríamos declarar que toda matéria da física, por exemplo, é tão subjetiva quanto à da ciência social. Os sons, as cores, as impressões de calor e de frio não são, por sua própria natureza, sensações, noções subjetivas, fenômenos psicológicos? Contudo, aqui, o senso comum habituou-se a reconhecer nos fatos estudados pela física um dado objetivo, esquecendo o elemento subjetivo presente em toda sensação. [...] A física conhece a sua função, que é extrair o objetivo do subjetivo para estudá-lo⁶⁵ (1903a, p. 6, tradução nossa).

⁶⁵ No original: “Si psychologique et subjectif étaient identiques, nous devrions déclarer que toute la matière de la physique, par exemple, est subjective, aussi bien que la matière de la science sociale : est-ce que les sons, les couleurs, les impressions de chaleur et de froid ne sont pas, de nature propre, des sensations, des phénomènes psychologiques, des notions subjectives ? Cependant ici le sens commun est tout à fait habitué à reconnaître une donnée objective, il oublie même volontiers l'élément subjectif qui existe et subsiste dans toute sensation ; [...] elle sait que son rôle est de dégager du subjectif l'objectif, pour l'étudier.”

Em relação à matéria humana, a objetividade se processaria da mesma forma, a saber, naquilo que Émile Durkheim (1895, p. 6) chamou de “tipos de condutas e de pensamentos que são exteriores ao indivíduo”, e que seriam dotados de uma potência imperativa e coercitiva. Por mais que os fenômenos sociais fossem constituídos através das consciências psicológicas, aos olhos de François Simiand (1903, p. 7) eles não se dissolveriam nessa massa, pois possuiriam traços e características *sui generis* que ultrapassariam as ações particulares.

A negação da ciência social e de sua objetividade ocorria, também, numa outra chave de leitura, através da categorização dos fatos enquanto abstrações da realidade. Charles Seignobos (1901, pp. 214-215) defendia que eles seriam essencialmente atos, estados ou relações de alguns homens, por isso demandariam descrições a partir das condições sem as quais eles jamais seriam inteligíveis, quer dizer, do ponto de vista dos indivíduos, isto é, o único objeto real.

A oposição entre “abstração” e “realidade” evidenciava, de acordo com o colaborador da AS (1903a, pp. 8-9), uma confusão similar à de “psicológico” e “subjetivo”, cuja premissa assumia uma dimensão metafísica na qual os objetos materiais possuiriam uma realidade substancial a se investigar em si própria. A ciência positiva, porém, não se processaria por tal vereda, mas mediante abstrações e noções relativas, as quais não demandariam uma existência transcendental:

o que são os indivíduos humanos – sobre os quais pretendem que apoiemos o fenômeno social – aos olhos da ciência positiva atual, verdadeiramente consciente de sua particularidade, senão abstrações? É o indivíduo orgânico algo mais do que uma reunião de elementos orgânicos múltiplos, e esta é independente de nosso espírito e de nossa abstração, comum, usual, ou ainda da abstração de um cientista? E as células existem, por sua vez, em si mesmas, nos elementos que as compõem, separadas da operação de abstração do nosso espírito? [...] O fenômeno social não é uma abstração nem maior, nem menor do que o fenômeno orgânico, químico ou físico. Nosso conhecimento empírico não opera de maneira diferente neste ou naquele fenômeno, e nossa elaboração se dirige, num e noutro, para um *fato*

*científico que será uma abstração*⁶⁶ (SIMIAND, 1903a, pp. 8-9, tradução nossa, grifos do autor).

Determinar, de maneira precisa, a tradição epistemológica com a qual ele dialogava é uma tarefa difícil de ser realizada, dada a multiplicidade de doutrinas e a complexidade com as quais elas se engendraram no decorrer do século XIX. Contudo, julgamos importante ter em mente – ao menos para ampliar o nosso campo de observação quanto ao procedimento elucidativo de Simiand – que a concepção científica moderna foi construída através de interlocuções com diversos pensadores, tais como Immanuel Kant (1724-1804), que almejava “desvelar as condições que permitem o conhecimento segundo critérios de verdade” (RODRIGUES, 2011, p. 139).

O filósofo alemão concebia, fundamentalmente, a verdade enquanto uma concordância entre o conhecimento e o objeto, algo que extrapolaria a experiência e que dependeria, por conseguinte, das competências cognitivas do indivíduo. Em suma, assim como sublinha Luís Estevinha Rodrigues (2011, p. 153), no cerne desta postulação

só há uma verdade acessível no que respeita ao mundo externo: ela é fundamentalmente o que o entendimento⁶⁷ coloca nas coisas, e menos aquilo que retira delas. O entendimento é o lugar da verdade, a qual não ‘está’ no objeto, quando aprendido, mas no juízo que sobre ele incide, na medida em que é enquadrado nesse juízo.

Sem adentrar nos pormenores que envolveram a construção epistêmica de Immanuel Kant, interessa-nos mostrar que a sua noção de verdade estava ligada a uma adaptação do objeto ao aparato cognitivo do indivíduo. Assim sendo, o desfecho desse processo seria “o fenômeno, o que aparece, e não a coisa-em-si mesma, o objeto *per se*, o *noumenon*” (RODRIGUES, 2011, p. 152).

⁶⁶ No original: “que sont-ils pour la science positive actuelle, vraiment consciente de son caractère propre, que des abstractions ? L'individu organique est-il autre chose qu'une réunion d'éléments organiques multiples, et cette soi-disant réalité indépendante l'est-elle autrement que pour notre esprit et que par notre abstraction, abstraction commune et usuelle ou abstraction du savant ? Et ces cellules, à leur tour, existent-elles en elles-mêmes, à part des éléments qui les composent, autrement que par une opération de notre esprit qui est encore l'abstraction ? Et nous aboutissons toujours, au terme, à ces données sensibles qui sont relatives à nous et pour une part subjective. Le phénomène social est une abstraction, soit : mais il ne l'est pas plus - il ne l'est pas moins - que le phénomène organique, que le phénomène chimique ou physique. Notre connaissance empirique ne procède pas autrement ici et là, et notre élaboration scientifique ici et là se prendra à un fait scientifique qui sera une abstraction.”

⁶⁷ A noção de “entendimento” na filosofia kantiana dizia respeito à faculdade de julgar, de unificar e de conhecer (RODRIGUES, 2011, p. 143).

Parece-nos, pois, que a fala de François Simiand era atravessada, ainda que de maneira implícita, por preceitos filosóficos complexos que davam coerência e sustentabilidade à sua empreitada epistemológica. Com isso, não estamos imputando que ela fosse uma transposição automática de fórmulas neokantianas para a elaboração científica em matéria histórica ou sociológica. Aventamos somente que a sua formação intelectual, a qual fora direcionada inicialmente para a filosofia, constituiu um elemento significativo para a tomada de determinadas posições no interior da desavença.

Esse aspecto se torna ainda mais perceptível quando a noção científica de causa foi pautada. Os “metodologistas da história”, asseverava o autor (1903a, p. 14), costumavam definir de maneira imprecisa e muito precária a operação explicativa no expediente historiográfico. Inexistia, *grosso modo*, uma elucidação quanto ao seu estabelecimento ou à sua delimitação, gerando confusões em torno de noções elementares, como “causalidade” e “condições necessárias”, as quais eram aplicadas, sem rigor, por vários historiadores nas suas investigações. Ou seja, ao invés de se basear em modelos desenvolvidos filosoficamente, a explicação historiográfica nascia “desta construção arbitrária, feita com sua imaginação, e do emprego acrítico de uma psicologia vaga e mal elaborada e da aplicação inconsciente de regras de analogia postuladas sem discussão prévia que o historiador ‘extrai a explicação’”⁶⁸ (SIMIAND, 1903a, p. 15, tradução nossa).

O mesmo ocorria em relação ao tratamento dos documentos, assumidos espontaneamente enquanto produtos da subjetividade humana. Tais materiais eram caracterizados, no conjunto da elaboração histórica de Charles Seignobos e de Charles-Victor Langlois (2014), como o elemento fundamental sem o qual não haveria o conhecimento do passado. Por isso, uma das primeiras tarefas que se impunha seria justamente a busca, o tratamento e a reunião desses resquícios palpáveis para fins posteriores da análise histórica. O problema, entretanto, dizia respeito a um automatismo que, conduzido para a investigação do contingente, enclausurava o historiador numa dimensão intangível e acientífica. Ora, o esforço científico pressupunha, de acordo com François Simiand, um esforço objetivo visando um propósito específico. Em matéria histórica, isso se resolveria imputando previamente uma modificação no olhar para os materiais:

⁶⁸ No original: “c'est de cette construction arbitraire, faite avec son imagination, c'est de l'emploi sans critique de cette psychologie vague et mal élaborée, de l'application inconsciente de règles analogiques postulées sans discussion préalable, que l'historien ‘tire l'explication’”.

se buscarmos no documento, como faz o historiador tradicional, os acontecimentos individuais ou as explicações dos fatos pelas motivações, pelas ações, pelos pensamentos, o conhecimento será obtido pela mediação de um espírito, e nesse caso o documento não será matéria de trabalho científico. Mas se a investigação observar a “instituição” e não o “acontecimento”, as relações objetivas dos fenômenos no lugar das intenções e das finalidades concebidas pelos indivíduos, alcançará o fato estudado, não por intermédio de um espírito, mas *diretamente*. [...] Costumes, representações coletivas, formas sociais são, muitas vezes, inconscientemente registrados, deixam, automaticamente, traços naquilo que a história chama de documentos. Os fenômenos sociais podem ser aí captados por via de uma verdadeira observação, feita pelo *autor da investigação*, observação, por vezes, imediata, mais frequente observação mediata, mas não mais em todo caso pela via indireta, pela intermediação do *autor do documento*⁶⁹ (SIMIAND, 1903a, p. 21, tradução nossa, grifos do autor).

Para obter, de fato, um conhecimento científico dos fenômenos sociais seria inconciliável, portanto, uma hipotética divisão do trabalho entre os historiadores e os sociólogos, a qual visaria um caminho onde o *corpus* das disciplinas não fosse substancialmente comprometido. Essencialmente, o trabalho empírico e os procedimentos analíticos posteriores – como induções e sistematizações – comporiam, para Simiand (1903b, p. 130), um trabalho uno e inseparável. Assim, a tendência seria conceber apenas uma ciência para alcançar a dimensão social sob a perspectiva do conhecimento positivo.

O colaborador da AS tinha em mente que uma mudança brusca no conjunto operacional da “história tradicional” só poderia vir a ocorrer mediante uma reorientação paulatina dos seus estudos. Tratar-se-ia, enfim, de substituir uma prática empírica mal refletida por um método verdadeiramente crítico e conduzido notadamente para a investigação positiva dos fenômenos humanos. Ao fim e ao cabo, tais aspectos acarretariam renunciar certos hábitos comuns aos “historiadores historizantes”, os quais François Simiand, à luz de uma metáfora baconiana, denomina de “ídolos da tribo dos historiadores”, a saber:

⁶⁹ No original: “Si au document on demande, comme le fait l'historien traditionnel, des événements individuels, mieux encore des explications par les motifs, des actions, des pensées individuelles, dont la connaissance n'est nécessairement obtenue que par l'intermédiaire d'un esprit, le document n'est pas, en effet, matière de travail scientifique propre. Mais si la recherche est tournée vers "l'institution" et non pas vers "l'événement", vers les relations objectives entre les phénomènes et non pas vers les intentions et les fins conçues, il se trouve souvent, en réalité, qu'on atteint le fait étudié non par l'intermédiaire d'un esprit, mais directement. [...] Coutumes, représentations collectives, formes sociales, souvent sont inconsciemment enregistrées ou laissent automatiquement des traces dans ce que l'historien appelle documents. Les phénomènes sociaux peuvent y être saisis par la voie d'une véritable observation, fait par l'auteur de la recherche, observation immédiate quelquefois, plus souvent observation médiata (c'est-à-dire des effets ou des traces du phénomène), mais non plus en tous cas, par la voie indirecte, c'est-à-dire par l'intermédiaire de l'auteur du document.”

1° O ídolo político, isto é, o estudo predominante dos fatos políticos, ou, ao menos, a preocupação perpétua com a história política, dos fatos políticos, das guerras, etc., que chega a conferir a estes acontecimentos uma importância exagerada. [...] 2° O ídolo individual ou o hábito inveterado de conceber a história como história de *individuos* e não como um estudo dos *fatos*. [...] 3° O ídolo cronológico, isto é, o hábito de se perder nos estudos das origens, nas investigações de diversidades particulares, ao invés de investigar e de compreender, de imediato, o *tipo* normal, pesquisando-o e determinando-o na sociedade e na época em que se encontra. [...] O ídolo cronológico desemboca, por conseguinte, a considerar que todas as épocas igualmente importantes, a conceber a história como uma sequência ininterrupta em que todas as partes aparecem semelhantemente estabelecidas⁷⁰ (SIMIAND, 1903, pp. 154-156, tradução nossa, grifos do autor).

O artigo de 1903 complexificava, dessa forma, várias formulações que estavam sendo lançadas pelos colaboradores da revista *L'Année Sociologique* desde 1898 e oferecia um amplo programa de transformação das pesquisas históricas visando a sua constituição positiva.

Veremos a seguir como “Método Histórico e Ciência Social” foi recepcionado pelos pares no campo científico francês.

2.2.2 A recepção imediata de “Método Histórico e Ciência Social”

Pensar na recepção imediata de “Método Histórico e Ciência Social” possui, a nosso ver, uma dupla vantagem. Em primeiro lugar, ela nos permite se desvencilhar das construções *a posteriori* que assimilam o artigo de François Simiand como o “desafio mais radical que a disciplina histórica havia concebido” (DOSSE, 1994). Em segundo lugar, permite-nos testar a eficiência de interpretações que o vinculam a uma relação de poder

⁷⁰ No original: “1° L'Idole politique", c'est-à-dire l'étude dominante, ou au moins la préoccupation perpétuelle de l'histoire politique, des faits politiques, des guerres, etc., qui arrive à donner à ces événements une importance exagérée. [...] 2° L'Idole individuelle" ou l'habitude invétérée de concevoir l'histoire comme une histoire des individus et non comme une étude des faits. [...] 3° L'Idole chronologique", c'est-à-dire l'habitude de se perdre dans des études d'origines, dans des investigations de diversités particulières, au lieu d'étudier et de comprendre d'abord le type normal, en le cherchant et le déterminant dans la société et à l'époque où il se rencontre. [...] L'idole chronologique entraîne par suite à considérer toutes les époques comme également importantes, à concevoir l'histoire comme un rouleau ininterrompu où toutes les parties seraient semblablement établies”.

envolvendo a ritualização das posições institucionais na desavença, assim como podemos observar na leitura de Jacques Revel:

(Simiand, de fato, como muitos dos discípulos de Durkheim, ocupou apenas uma série de cargos à margem da Universidade até a sua última eleição para o Collège de France em 1932, três anos antes de sua morte). Se, em 1903, ele já gozava de fama lisonjeira, ela dificilmente ia além dos meios em que sua atividade era diretamente conhecida: o grupo da *l'Année Sociologique*, os círculos *normaliens*, socialistas e *dreyfusards*. Ele não tem nenhum dos títulos consagrados pelo mundo acadêmico. Ele não publicou um livro, mas apenas alguns artigos e, sobretudo, análises críticas de publicações recentes. E é com esse capital escasso que ele chega a enfrentar os barões da disciplina histórica. Ele não é um historiador, nem afirma ser. Por outro lado, ele pretende dar aos historiadores experientes, estabelecidos e coroados uma lição de método e explicar-lhes como reformar sua prática até então equivocada no empirismo ingênuo. A relação entre os dois campos é, portanto, totalmente assimétrica e desigual⁷¹ (2007, pp. 117-118, tradução nossa).

O que almejamos demonstrar, através de nossa análise, é que, para além de representar um ataque contundente à comunidade historiadora vindo de fora do *establishment* universitário, havia uma contrapartida dos interlocutores para com François Simiand, que deu voz ao contraditório, criticando, elogiando, incorporando ou mesmo rejeitando suas formulações em bom-tom seguindo uma ética na discussão.

Como o artigo se tratava, originalmente, de uma comunicação que havia sido proferida nas dependências da SHM, várias de suas reações suscitadas se encontram na transcrição da reunião que ocorreu em 3 de janeiro de 1903, a qual fora veiculada pelo *Bulletin de la Société d'Histoire Moderne*.

As intervenções realizadas ao longo desta sessão foram feitas por Charles Seignobos, Henri Hauser, Henri Berr, Georges Renard, Gustave Bloch e François Benoit. As posições assumiram, diante da fala, várias posturas. Seignobos e Hauser, por exemplo, admitiram estar de acordo com algumas postulações do colaborador da AS, como a

⁷¹ No original: “(Simiand n’occupera en fait, comme bon nombre des disciples de Durkheim, qu’une suite de positions en marge de l’Université jusqu’à sa tardive élection au Collège de France en 1932, trois ans avant sa mort). Si, en 1903, il jouit déjà d’une réputation flatteuse, celle-ci ne dépasse guère les milieux où son activité est connue directement : le groupe de l’Année sociologique, les cercles normaliens, socialistes, *dreyfusards*. Il n’a aucun des titres consacrés par le monde académique. Il n’a pas publié de livre, mais seulement quelques articles et, surtout, des recensions critiques de publications récentes. Et c’est nanti de ce maigre capital qu’il vient affronter les barons de la discipline historique. Il n’est pas historien, et ne prétend d’ailleurs pas l’être. Il prétend en revanche donner à des historiens chevronnés, établis, couronnés, une leçon de méthode et leur expliquer comment réformer leur pratique jusque-là fourvoyée dans l’empirisme naïf. Le rapport entre les deux camps est donc totalement asymétrique et inégal”.

possibilidade de estabelecer leis dos fenômenos sociais ou de utilizar o método comparativo nas investigações. O principal desacordo, contudo, permanecia, no caso do primeiro, na natureza dos fenômenos assimilados impreterivelmente enquanto produtos da ação individual, e, no caso do segundo, na limitação cronológica como um elemento constitutivo da história. Berr, por sua vez, argumentou, em tom elogioso, que seria necessário desenvolver explicações mais complexas acerca dos termos que foram ali expostos, como “causa”, “lei” ou “contingência”, justamente por serem empregados corriqueiramente sem muito rigor nas investigações. Criticou, ademais, comportamentos sectários que muitas vezes eram deferidos por ambos os lados, a saber, do historiador negar a sociologia, preocupando-se exclusivamente com o particular, ou do sociólogo em julgar a história insignificante. O trecho mais interessante, porém, diz respeito a uma controvérsia envolvendo vários presentes, que nos mostra quão difícil é estabelecer posições fixas na desavença, mesmo entre os próprios historiadores:

uma discussão se engaja entre os srs. **Milhaud, Benoit, Renard, Simiand e Bloch**: os dois primeiros declaram que exposições de princípios gerais fora dos métodos históricos são inúteis à Sociedade de História Moderna ou, ao menos, prematuras. O sr. **Renard** protesta e demanda que a questão não seja posta sobre o terreno da oposição entre sociólogos e historiadores; trata-se simplesmente de saber a dose de ciência que se pode trazer em história ou em sociologia. O sr. **Simiand** considera que, com frequência, os historiadores fazem espontaneamente a sociologia sem saber, mas seria interessante demonstrar como se pode chegar a constituir um método único e consciente para a história e a sociologia. O sr. **Bloch** diz que a Sociedade tem o dever de discutir as ideias emitidas pelo sr. Simiand, mas, concordando com o sr. **Renard**, ele julga que se poderia limitar o debate a um ponto preciso. O sr. **Hauser** se deleita em reconhecer o método científico que são revelados nos últimos trabalhos do sr. Simiand (sobre o preço do carvão) e também deseja que ele apresente suas ideias fazendo a crítica de um trabalho histórico sobre um assunto determinado⁷² (SOCIÉTÉ D'HISTOIRE MODERNE, 1903, p. 77, tradução nossa, grifos do autor).

⁷² No original: “une discussion s'engage entre MM. **Milhaud, Benoit, Renard, Simiand et Bloch** : les deux premiers déclarent que des exposés de principes généraux en dehors même des méthodes historiques sont inutiles à la Société d'histoire moderne ou tout au moins prématurés. M. **Renard** proteste et demande que la question ne soit pas posée sur le terrain de l'opposition entre sociologues et historiens ; il s'agit simplement de savoir la dose de science que l'on peut apporter en histoire ou en sociologie. M. **Simiand** considère que, bien souvent, les historiens font spontanément de la sociologie sans le savoir, mais il serait intéressant de démontrer comment on peut arriver à constituer une méthode unique et consciente pour l'histoire et la sociologie. M. **Bloch** dit que la Société a le devoir de discuter les idées émises par M. **Simiand**, mais, d'accord avec M. **Renard**, il pense qu'on pourrait limiter le débat à un point précis. M. **Hauser** se plaît à reconnaître la méthode scientifique que révèlent les derniers travaux de M. Simiand (sur le prix du charbon), aussi souhaite-t-il que celui-ci présente ses idées en faisant la critique d'un travail historique sur un sujet déterminé.”

Tal passagem ilustra o caráter ambivalente que envolvia a discussão, variando do desprezo ao acolhimento das reflexões nela propostas.

Em relação às revistas universitárias, o artigo de 1903 recebeu ao menos três pequenos comentários que merecem, aqui, destaques especiais por causa do conteúdo e dos veículos em que foram publicados: um voltado à filosofia, outro à história e outro à sociologia.

O primeiro deles, sem autoria, foi transmitido pela *Revue de Métaphysique et de Morale* no mesmo ano de sua publicação com um tom bastante elogioso ao colaborador da AS:

o sr. Simiand, na *Revue de Synthèse Historique*, opôs, sem pronunciar o nome, o método sociológico ao método histórico, tal como define e aplica o sr. Seignobos. Sabemos qual concepção faz da ciência histórica esse pensador independente e intransigente. Leis gerais, fenômenos de conjunto, grandes causas, tudo isso são apenas ídolos metafísicos. O real existe somente no particular, no individual, nas ideias e nas vontades desta ou daquela personalidade histórica, suscetíveis de serem verificadas por documentos, localizadas e datadas com rigor. [...] O sr. Simiand, com a segurança que lhe dá uma boa educação filosófica e metodológica, estabelece que, por ser “psicológica”, a ciência social não é menos “objetiva”, menos capaz de descobrir nos fenômenos que ela estuda, regularidades de sucessão e, se possível, leis⁷³ (REVUE DE MÉTAPHYSIQUE ET DE MORALE, 1903, p. 10, tradução nossa).

O segundo, também sem autoria, foi veiculado em 1904 pela *Revue Historique*, reconhecendo os méritos da reflexão, mesmo que com uma pequena ressalva quanto ao conteúdo:

Fevereiro 1903. F. Simiand. Método Histórico e Ciência Social. Estudo Crítico das Obras Recentes do Sr. Seignobos e do Sr. Lacombe (excelente estudo onde o sr. S. nos parece ter muito bem indicado qual pode ser a organização do trabalho científico em matéria humana e notado muito engenhosamente os três ídolos dos quais devemos ter cuidado: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. Contudo, seria necessário melhor precisar o último ponto, visto que

⁷³ No original: “M. Simiand, dans la *Revue de Synthèse Historique*, oppose sans en prononcer les nom la méthode sociologique à la « méthode historique », telle que la définit et l’applique M. Seignobos. On sait quelle conception se fait, de la science historique ce penseur indépendant et intransigeant. Lois générales, phénomènes d’ensemble, grandes causes, tout cela, ce n’est, à l’en croire, qu’autant d’idoles métaphysiques. Il n’y a de réel que le particulier, l’individuel, les idées et les volontés de telle ou telle personnalité historique, susceptibles d’être vérifiées par de documents, d’être localisées et datées avec rigueur. [...] M. Simiand, avec la sûreté que lui donne une bonne éducation philosophique et méthodologique, établit que, pour être « psychologiques », la science sociale n’en est pas moins « objective », pas moins capable de découvrir, dans des phénomènes qu’elle étudie, des régularités de succession « et, s’il est possible, des lois »”.

a cronologia permanece a luz da história)⁷⁴ (REVUE HISTORIQUE, 1904, p. 476, tradução nossa).

O terceiro, que foi elaborado por Célestin Bouglé e transmitido na revista *L'Année Sociologique* no ano de 1904, incorporou as reflexões de François Simiand numa crítica mais firme a certas concepções históricas:

por seus artigos sobre o *Método Histórico e a Ciência Social* (comunicação feita na *Sociedade de História Moderna e Contemporânea* em janeiro de 1903), o sr. Simiand introduz alguma clareza para o debate, pois ele não teme, por um lado, tomar exemplos precisos e, do outro, de se reportar aos preconceitos filosóficos, de denunciar o inconsciente “metafísico do senso comum” sobre o qual repousam os “ídolos das tribos dos historiadores”. É assim que ele nos mostra que se o “historiador historizante” desconfia com tanta frequência das tentativas da ciência social, é porque ele se apega a aforismos cétricos tais como: “o fenômeno social é psicológico por natureza, portanto subjetivo”, ou “o fenômeno social é apenas uma abstração”. Mas um momento de reflexão sobre a natureza do que é objetivo nos lembra que podemos dar apenas uma outra definição: “é objetivo o que é independente de nossa espontaneidade individual”⁷⁵ (BOUGLÉ, 1904, p. 149, tradução nossa).

Percebemos, desse modo, um acolhimento positivo e aberto ao diálogo por parte não somente daqueles que mantinham certas afinidades com François Simiand, como os colaboradores da revista RMM e da AS, mas também de vários setores da comunidade historiográfica. Isso nos mostra que a posição de Charles Seignobos não era dominante entre os próprios historiadores.

Suas reflexões reverberaram, igualmente, em publicações que versaram a respeito das relações entre a história e a sociologia direta ou indiretamente. O artigo de Paul Mantoux

⁷⁴ No original: “F. SIMIAND. Méthode historique et science sociale. Étude critique d’après les ouvrages récents de MM. Lacombe et Seignobos (excellente étude où M. S. nous paraît avoir très bien indiqué quelle peut être l’organisation du travail scientifique en matière humaine et noté fort ingénieusement les trois idoles dont il faut se garder : idole politique, idole individuelle, idole chronologique. Il y aurait pourtant à bien préciser le dernier point, car la chronologie reste la lumière de l’histoire)”.

⁷⁵ No original: “par ses articles sur la *Méthode historique et la Science sociale* (communication faite à la *Société d’Histoire Moderna et Contemporaine*, en janvier 1903), M. Simiand introduit quelque clarté dans le débat, parce qu’il ne craint pas, d’une part de prendre des exemples précis, d’autre part de remonter aux préjugés philosophiques, de dénoncer l’inconsciente “métaphysique du sens communs sur laquelle reposent les « idoles de la tribu des historiens C’est ainsi qu’il nous montre que si l’« historien historisant » se défie si souvent des tentatives de la science sociale, c’est qu’il s’en tient à des aphorismes sceptiques comme ceux-ci « Le phénomène social est psychologique de la nature, donc subjectif a ou « Le phénomène social n’est qu’une abstraction ». Mais un moment de réflexion sur la nature de ce qui est objectif nous rappelle qu’on n’en peut donner d’autre définition que celle-ci : « Est objectif ce qui est indépendant de notre spontanéité individuelle ».”

(1877-1956) – um egresso da ENS e recém *agrégé* em história (1897) – nomeado “História e Sociologia” (Histoire e Sociologie) e publicado em 1903 na RSH propunha, por exemplo, uma negociação entre as perspectivas defendidas por Charles Seignobos e as por François Simiand sem, com isso, sugerir a destituição de uma ou de outra área. Mesmo reconhecendo as fragilidades para com a constituição científica da história – afinal, ele compartilhava da interpretação de que uma ciência só existiria em razão da assimilação do geral, e não do particular – Mantoux aventava uma espécie de divisão do trabalho que, ao menos, conferiria à disciplina um papel fundamental na formulação da ciência social. Ela forneceria, além do manejo prático com os documentos, a possibilidade da constatação dos fatos, ocorrida mediante descrições da realidade no início das investigações. Seria somente num estágio posterior, isto é, o da elaboração propriamente dita, com a formulação de hipóteses e leis gerais, que a história se recolheria para dar passagem à sociologia. Tratava-se, enfim, de um sistema coexistente, cada qual mantendo as suas especificidades (MANTOUX, 1903, p. 126). Ao fim e ao cabo, argumentava o autor,

qualquer investigação sociológica deve, portanto, ser precedida por uma preparação histórica. Seria bom que o sociólogo, sem renunciar a suas ambições legítimas, não se mantivesse distante da história; desejaria que o historiador, longe de se confinar numa erudição mesquinha, fosse guiado em suas pesquisas pelo desejo de ser útil à ciência em formação, de colaborar nela ao seu modo⁷⁶ (MANTOUX, 1903, p. 127, tradução nossa).

À vista do esforço visando pensar o artigo “Método Histórico e Ciência Social” relacionalmente, chegamos à conclusão, tal como sugestiona Thomas Hirsch, de que “o debate de 1903 aparece, portanto, como um momento de cristalização de uma tensão entre filosofia e história ocasionado pelo desenvolvimento das ciências sociais que suscitam uma concorrência, uma cobrança ao menos parcial das diligências ao invés de uma disjunção” (2016, tradução nossa).

Em geral, as reflexões engendradas pelo colaborador da revista AS, recebidas de maneira muito positiva por vários intelectuais do campo, provocaram algumas inquietações quanto ao uso de algumas noções vagamente exploradas, como “causa”, “leis” e “contingência”.

⁷⁶ No original: “toute recherche sociologique doit donc être précédée d’une préparation historique. Il serait bon que le sociologue, sans renoncer à ses ambitions légitimes, n’eût pas trop le dédain de l’histoire ; il serait à souhaiter que l’historien, loin de se confiner dans une érudition mesquine, fût dirigé dans ses recherches par désir d’être utile à la science en formation, et d’y collaborer à sa manière”.

Veremos no terceiro capítulo que a demanda desses agentes será prontamente atendida por François Simiand, o qual apresentará na Sociedade Francesa de Filosofia uma nova comunicação acerca do conceito de causalidade em história no ano de 1906. Essa discussão, que contará com a participação de nomes como Charles Seignobos, Paul Lacombe, Gustave Bloch, Célestin Bouglé e Émile Durkheim, prolongar-se-á até 1908.

Haverá, portanto, uma complexificação dos temas que foram explorados até então nos vários veículos científicos.

3. A SOCIEDADE FRANCESA DE FILOSOFIA INCITA O DEBATE

Um metodologista alemão contemporâneo escreveu certa vez que o método histórico não progrediu muito desde Tucídides. Não nos encontramos diante, portanto, de uma primeira aplicação, das primeiras tentativas de um método; estamos lidando com uma experiência de mais de vinte séculos; temos razão, creio, em querer, além de discuti-la em si mesma, julgá-la por seus resultados.

François Simiand, 1906.

Podemos, portanto, sem renunciar à ciência, assumir francamente os limites nos quais estão encerradas as investigações históricas. O espírito científico consiste não em cobrir sua ignorância por uma hipótese para dar a impressão que se sabe aquilo que se desconhece, mas em perceber claramente os limites de sua ignorância.

Charles Seignobos, 1907.

O conflito entre a história e a sociologia ocupou, no final dos anos 1900, uma posição relevante no campo científico francês, mobilizando grande parcela da elite intelectual ao redor da temática. As epígrafes expressam, minimamente, o tom em que elas se processaram.

O intuito deste capítulo é de analisar as discussões ocorridas nas três reuniões organizadas pela Sociedade Francesa de Filosofia que envolveram as relações epistemológicas entre as duas disciplinas. Foram elas a de 31 de maio de 1906, na qual François Simiand apresentou a conferência intitulada “A Causalidade em História” (*La Causalité en Histoire*), bem como as de 30 de maio de 1907 e 28 de maio de 1908, nas quais Charles Seignobos proferiu, respectivamente, as seguintes falas: “As Condições Práticas da Investigação das Causas no Trabalho Histórico” (*Les conditions pratiques de la recherche des causes dans le travail historique*) e “O Desconhecido e o Inconsciente em História” (*L'inconnu et l'inconscient en histoire*). Nessas três ocasiões, seguiram-se debates às apresentações.

Esboçaremos, em primeiro lugar, uma análise morfológica dos presentes nas sessões a fim de complexificar o nosso entendimento acerca da dinâmica como um todo (isto é, o espaço social, as tomadas de posições, as linhas de tensões, e assim por diante). Situaremos, na sequência, o espaço ocupado pelas discussões acerca da teoria das causas nas

discussões epistemológicas *fin-de-siècle*, atentando-se para o seu desdobramento no âmbito da história e da sociologia a partir das reuniões.

3.1 PERFIS INSTITUCIONAIS DOS PRESENTES NAS SESSÕES DA SOCIEDADE FRANCESA DE FILOSOFIA

O campo universitário francês, como se analisou no primeiro capítulo, estava distribuído de maneira desigual, com saberes menos consolidados institucionalmente disputando espaços e prestígio com disciplinas hierarquicamente situadas acima.

Essa dinâmica não permaneceu restrita apenas a esse plano, ecoando, de igual modo, nas várias desavenças científicas engendradas naquela conjuntura.

Em relação ao nosso objeto, em particular, asseveramos que tais dimensões eram inseparáveis, visto que os ritos que os circundava processaram-se a partir de um duplo arranjo – a saber, institucional e epistemológico. De um lado, a sociologia durkheimiana se posicionava na disputa em oposição ao *modus operandi* da história, a qual reagia através de múltiplas posições, sem uma centralidade fixa. Do outro, a filosofia subsidiada pelos correligionários da *Revue de Métaphysique et de Morale* assumia um lugar de poder, organizando, mediando e delimitando os termos da desavença.

Para situar os agentes envolvidos nesta disputa intelectual e problematizá-los no espaço do jogo, agrupamos alguns dados biográficos dos agentes engajados nas sessões promovidas em 31 de maio de 1906, 30 de maio de 1907 e 28 de maio de 1908 pela Sociedade Francesa de Filosofia (*Société Française de Philosophie*) (SFP).

O quadro a seguir categoriza-os a partir de eixos informativos como data de nascimento e morte, sessão que assistiu e na qual interveio, formação educacional (instituição de origem e se prestou o concurso de *agrégation*) e ocupação profissional naquele momento. Com esses vínculos, não estamos sugerindo que eles nos forneçam, automaticamente, explicações quanto às tomadas de posições em cada sessão, mas que nos auxiliem a analisá-las à luz de aspectos mais amplos e de forma relacional.

QUADRO 2 - PERFIS INSTITUCIONAIS

PARTICIPANTES	SESSÕES PRESENTES	INTERVENÇÃO	FORMAÇÃO EDUCACIONAL	POSIÇÃO INSTITUCIONAL
François Simiand (1873 - 1935)	1906, 1907 e 1908.	1906, 1907 e 1908.	1896 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 1º colocado no concurso. Egresso da École Normale Supérieure (ENS).	Era um dos principais membros da Escola Sociológica Francesa, capitaneada por Émile Durkheim. Entre 1901 e 1906 atuou como bibliotecário do Ministério do Comércio. A partir de 1906, passou a acumular o cargo de bibliotecário no Ministério do Trabalho.
Charles Seignobos (1854 - 1942)	1907 e 1908.	1907 e 1908.	1877 – <i>Agrégé</i> em história e geografia, 1º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Desde 1904 atuava como Professor Adjunto na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne).
André Lalande (1867 – 1963)	1906, 1907 e 1908.	1907 e 1908.	1888 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 1º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Desde 1906 atuava como <i>maître de conférences</i> de Lógica e Metodologia das Ciências na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne). Estava produzindo, desde 1902, a importante obra <i>Vocabulaire technique et critique de la Philosophie</i> , que viria a ser publicada parcialmente no <i>Bulletin de la Société Française de Philosophie</i> .
Baptiste Jacob (1858 - 1909)	1907 e 1908.	-	1887 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 1º colocado no concurso.	Desde 1900 atuava como <i>maître de conférences</i> das <i>Ecoles Normales supérieures de Sèvres et Fontenay-aux-Roses</i> .

Celestin Bouglé (1870 - 1940)	1908.	1908.	1908.	1893 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 1º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Era um dos principais membros da Escola Sociológica Francesa capitaneada por Émile Durkheim. Desde 1901 atuava como professor de Filosofia Social na Faculdade de Letras de Toulouse.
Charles Dunan (1849 - 1931)	1907 e 1908.	-	-	1880 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 5º colocado no concurso.	Professor de Filosofia no <i>Collège Stanislas</i> .
Dominique Parodi (1870 - 1955)	1906, 1907 e 1908.	-	-	1893 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 4º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Entre 1905 e 1906 atuou como professor de Filosofia nos liceus <i>Saint-Louis</i> e <i>Henri IV</i> . Após isso, de 1906 a 1909 atuou no liceu <i>Charlemagne</i> .
Élie Halévy (1870 - 1937)	1907 e 1908.	1907.	1907.	1892 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 2º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Cofundador da <i>Revue de Métaphysique et de Morale</i> . Em 1898 foi nomeado <i>chargé d'un cours</i> acerca da Evolução das Ideias Políticas na Inglaterra na <i>École des Sciences Politiques</i> .
Émile Durkheim (1858 - 1917)	1908.	1908.	1908.	1882 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 7º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Fundador da revista <i>L'Année Sociologique</i> . Em 1906 foi nomeado titular da cadeira de “Ciência da Educação” na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne).
Félicien Challaye (1875 - 1967)	1907.	-	-	1897 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 1º colocado no concurso. Egresso da ENS.	A partir de 1903, atuou como professor de Filosofia no liceu <i>Louis-le-Grand</i> . Em 1905 foi convocado pelo Ministério da Instrução Pública para a missão de inspeção de Brazza no Congo.
François Ogereau (1849 -)	1907 e 1908.	-	-	1882 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 6º colocado no concurso.	-

Frédéric Rauh (1861 - 1909)	1906 e 1908.	1906 e 1908.	1906 e 1908.	1885 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 2º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Desde 1901 atuava na Escola Normal Superior. A partir de 1908, tornou-se professor adjunto de Filosofia na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne).
Georges Cantecor (1863 - 1932)	1906 e 1907.	1906 e 1907.	1906.	1888 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 3º colocado no concurso.	Professor de Filosofia no liceu de <i>Reims</i> .
Georges Sorel (1847 - 1922)	1906 e 1907.	1906 e 1907.	-	Estudou na <i>École Polytechnique</i> entre 1867 e 1870.	Engenheiro de Pontes e Estradas.
Gustave Belot (1859 - 1929)	1906.	1906.	-	1881 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 4º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Sucedeu Lévy-Bruhl, em 1899, na cadeira de Filosofia do liceu <i>Louis-le-Grand</i> .
Gustave Bloch (1848 - 1923)	1907 e 1908.	1907 e 1908.	1907 e 1908.	1872 – <i>Agrégé</i> em letras, 1º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Desde 1904 atuava como professor de História Romana na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne).
Gustave Glotz (1862 - 1935)	1907.	1907.	1907.	1885 – <i>Agrégé</i> em história e geografia, 3º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Membro da <i>École Française de d'Athènes</i> . Entre 1897 e 1907 atuou como professor de História no liceu <i>Louis-le-Grand</i> . A partir de 1907, tornou-se <i>chargé d'un cours</i> de História Grega na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne).
Georges Beaulavon (1869 - 1943)	1907.	1907.	-	1893 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 6º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Professor no liceu <i>Louis-le-Grand</i> .
Henri Lachelier (1856 - 1926)	1907.	1907.	-	1878 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 6º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Desde 1904 atuava como professor de Filosofia no liceu <i>Condorcet</i> .

Jean Bazaillas	1907.		-	1888 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 4º colocado no concurso. Egresso da ENS.	-
Jean Pacaut	1906.		-	1872 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 2º colocado no concurso. Egresso da ENS.	-
Jean Perrin (1870 - 1942)	1907.		1907.	1894 – <i>Agrégé</i> em física, 7º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Professor de química e física na Faculdade de Ciências de Paris.
Jules Lachelier (1832 - 1918)	1906 e 1907.		-	1856 – <i>Agrégé</i> em letras, 1º colocado no concurso e 1863 – <i>Agrégé</i> em filosofia, também 1º colocado. Egresso da ENS.	Aposentado de suas funções docentes em 1900. Nomeado, na sequência, Inspetor Geral Honorário.
Léon Brunschvicg (1869 - 1944)	1906, 1907 e 1908.		-	1891 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 1º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Em 1903 foi nomeado <i>Première Supérieure</i> no liceu <i>Henri IV</i> .
Lionel Dauriac (1847 - 1923)	1908.		-	1872 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 6º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Entre os anos de 1896 e 1903 ministrou o curso livre de estética musical na Faculdade de Letras de Paris.
Louis Weber (1866 - 1949)	1907 e 1908.		-		Colaborador da <i>Revue de Métaphysique et de Morale</i> . Atuário no <i>Office du Travail</i> .
Lucien Laberthonnière (1860 - 1932)	1906 e 1907.		-		Padre do Oratório e diretor dos <i>Annales de Philosophie chrétienne</i> em 1905. Desde 1905 era membro titular da <i>Société Française de Philosophie</i> .
Lucien Lévy-Bruhl (1857 – 1939)	1906.		-	1879 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 1º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Desde 1904 era professor adjunto de Filosofia Moderna da Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne).

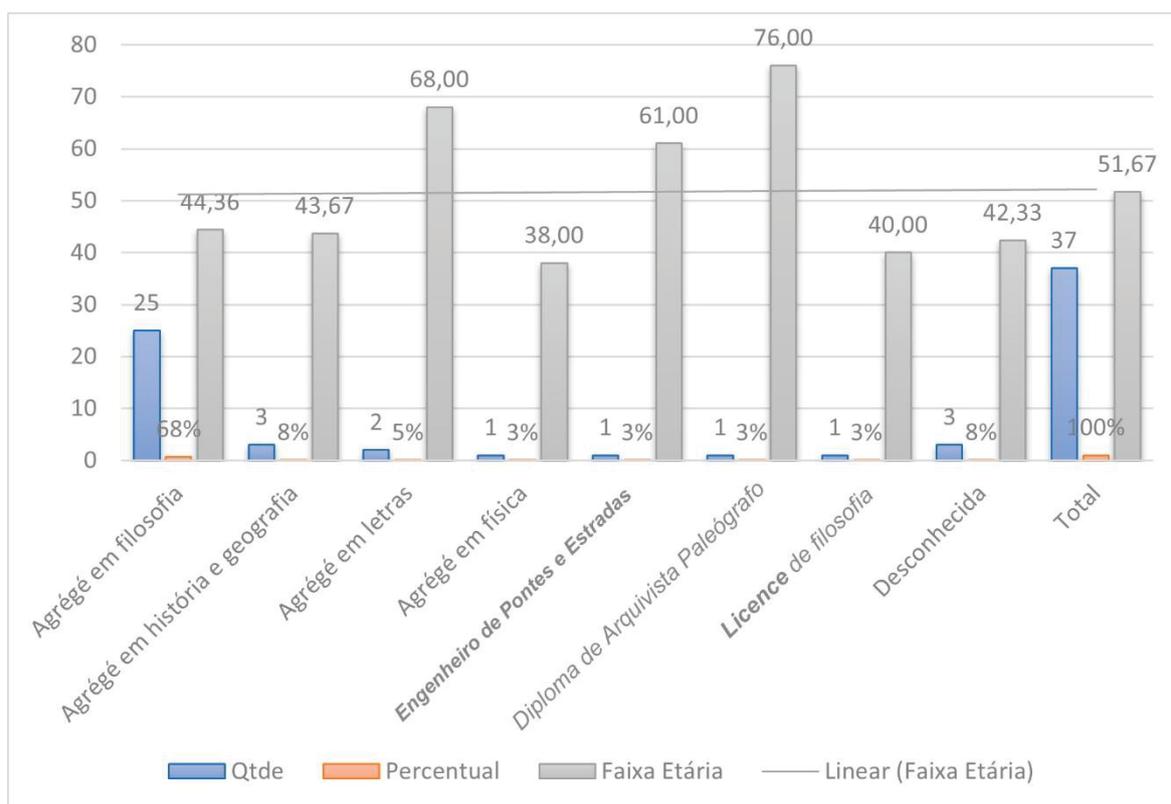
Maximilien Winter (1871 – 1935)	1907.		-	-	Colaborador da <i>Revue de Métaphysique et de Morale</i> . Atuava como jurista.
Marcel Drouin (1871 - 1943)	1907.		-	1895 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 1º colocado. Egresso da ENS.	Professor de Filosofia nos liceus <i>Alençon</i> e <i>Janson-de-Sailly</i> .
Paul Mantoux (1877 - 1956)	1907.		-	1897 – <i>Agrégé</i> em história e geografia, 1º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Atuou no serviço militar e na <i>Fondation Thiers</i> . Morou na Inglaterra onde desenvolveu sua tese de doutorado, intitulada <i>La révolution industrielle: essai sur les commencements de la grande industrie moderne en Angleterre</i> , defendida em 1906.
Paul Lacombe (1834 - 1919)	1906, 1907 e 1908.	1906, 1907 e 1908.	-	Egresso da <i>École des Chartes</i> , onde obteve o diploma de Arquivista-Paleógrafo em 1859.	Trabalhou em várias repartições do governo. Aposentou-se de suas funções de Inspetor Geral dos Arquivos e Bibliotecas em 1900, recebendo posteriormente o título de Inspetor Geral Honorário.
Paulin Malapert (1862 - 1937)	1906.		-	1885 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 4º colocado no concurso. Estudou na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne).	Desde 1898 era professor de Filosofia do liceu <i>Louis-Le-Grand</i> .
Pierre-Félix Pécaut (1866 - 1946)	1906.		-	1890 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 4º colocado no concurso.	Desde 1902 era professor de Filosofia do <i>Collège Chaptal</i> .
René Berthelot (1872 - 1960)	1907 e 1908.	1907.	-	1893 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 2º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Entre 1897 e 1906 atuou como professor de Filosofia na <i>Université de Bruxelles</i> .
Victor Delbos (1862 - 1916)	1906, 1907 e 1908.		-	1885 – <i>Agrégé</i> em filosofia, 1º colocado no concurso. Egresso da ENS.	Desde 1902 era <i>maître de conférences</i> de História da Filosofia Moderna na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne).

Xavier Léon (1868 - 1935)	1906 e 1907.	1907.	Cursou na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne), onde obteve a <i>licence</i> de filosofia em 1891. Renunciou ao concurso de <i>agrégation</i> .	Cofundador da <i>Revue de Métaphysique et de Morale</i> e da <i>Société Française de Philosophie</i> .
----------------------------------	--------------	-------	--	--

Fonte: o autor (2021).

A partir desse levantamento morfológico, é interessante explorarmos algumas variáveis a fim de complexificar o nosso entendimento acerca desta dinâmica. Para tanto, dispomos num gráfico a quantidade exata de indivíduos atrelados aos respectivos vínculos institucionais, a porcentagem deles diante do conjunto, bem como a faixa etária.

GRÁFICO 1 - RELAÇÃO PROPORCIONAL E FAIXA ETÁRIA



Fonte: o autor (2021).

O primeiro aspecto notável é a expressiva quantidade de *agrégés* inseridos no debate, principalmente ligados à filosofia. Como a SFP era uma instituição que cooptava seus membros diretamente nas principais instituições de ensino e de pesquisa, ser da elite intelectual francesa era um dos pré-requisitos para se engajar na desavença.

Outro dado importante se refere à faixa etária. A média geral de 51,67 anos nos mostra um valor relativamente elevado, considerando o longo percurso para a conquista de um posto profissional importante em Paris⁷⁷. Contudo, é preciso notar que ela abaixa

⁷⁷ A título de exemplo, Charles Seignobos e Lucien Lévy-Bruhl chegaram ao posto de professor adjunto na Faculdade de Letras de Paris (Sorbonne) respectivamente aos 50 e 47 anos.

consideravelmente quando recortamos a parcela mais expressiva dos presentes, isto é, os *agrégés* em filosofia que representavam 68% do total. A média de 44,36 anos deste grupo se revela ainda mais interessante quando confrontamos a idade do intelectual mais novo – Félicien Challaye – que em 1908 tinha 33 anos e a do mais velho – Lionel Dauriac – com 61.

O equilíbrio entre jovens e velhos nos sugere, assim, que a SFP congregava uma vanguarda ativa e em processo de reprodução social.

Embora Christian Delacroix, François Dosse e Patrick Garcia (2012, p. 129) afirmem que o confronto entre Charles Seignobos e François Simiand se desenrolou “na periferia das principais instituições históricas”, acreditamos que o nosso levantamento morfológico demonstra que ele não foi marginal, tampouco inexpressivo no campo científico.

Veremos na sequência em quais termos os debates promovidos pela SFP se processaram e quais os posicionamentos tomados neles. Afinal, por mais que houvesse uma multiplicidade de intelectuais, cada qual num momento distinto da carreira, a estrutura do confronto previa, ao menos na sua realização, uma equivalência de posições no espaço social.

3.2 A CAUSALIDADE EM HISTÓRIA

Em 31 de maio de 1906, François Simiand foi convidado a apresentar na SFP as suas reflexões acerca de um tema fundamental para a delimitação científica da história: a causalidade.

A escolha do conferencista, que era uma atribuição de Xavier Léon, não havia sido feita ao acaso. Desde 1898, quando dirigia a rubrica *l'Année Sociologique* da *Revue de Métaphysique et de Morale*, ele já caminhava pelas veredas epistemológicas da história⁷⁸. Foi, no entanto, “Método Histórico e Ciência Social”⁷⁹ – originalmente uma comunicação proferida em 3 de janeiro de 1903 na Sociedade de História Moderna e, posteriormente, um

⁷⁸ Como vimos no segundo capítulo, François Simiand publicou em 1898 uma resenha da “Introdução dos Estudos Históricos” na RMM. Nela, criticou o fato de os autores considerarem a história apenas como um procedimento de conhecimento sem colocarem em questão a noção de “ciência” e seus imbricamentos epistemológicos.

⁷⁹ Para uma análise desse artigo, consultar o capítulo 2 desta dissertação.

artigo publicado em duas partes na *Revue de Synthèse Historique* – que o alavancou como principal nome dos durkheimianos na querela com alguns historiadores.

A fala de 1906, intitulada *La Causalité en Histoire* (A Causalidade em História), era um aprofundamento de questões que estavam sendo abordadas há tempo e que se encontravam no cerne da cientificidade histórica.

A causalidade ocupava, de modo geral, uma posição central nos debates epistemológicos⁸⁰ da virada do século XIX para o XX. Precisar se um conhecimento era científico implicava uma ampla discussão acerca de seu processo explicativo. Octave Hamelin (1856-1907), por exemplo, um dos mais eminentes filósofos de sua geração, dedicou grande parte de sua tese de doutorado, cujo título era *Essai Sur les Éléments Principaux de la Représentation* (Ensaio Sobre os Elementos Principais da Representação), a essa questão. Concebendo-a, basicamente, como um encadeamento necessário dos fenômenos, o qual se desenrolaria mediante um dinamismo mecânico racional entre aqueles que se sucedem ou se acompanham (HAMELIN, 1907, p. 206), ele fornecia um *corpus* teórico completo para a sua assimilação. Tal informação se mostra importante quando percebemos que, além de manter amizade com Émile Durkheim, ele era “um dos maiores e mais frequentes interlocutores dos sociólogos” (BENTHIEN, 2016, p. 113). Assim sendo, podemos aventar que alguma influência sua reverberaria nas formulações de François Simiand.

Basicamente, três objetivos guariam a reflexão do conferencista: 1) analisar a concepção *sui generis* de causalidade defendida pelos historiadores, 2) investigar a natureza do conhecimento produzido por eles e, finalmente, 3) depreender um conjunto de regras a serem aplicadas na prática de pesquisa. Seriam elas, aliás, que conduziriam às explicações propriamente científicas em história.

⁸⁰ Se recuarmos às primeiras formulações sobre a teoria do conhecimento, notamos que as causas sempre ocuparam uma posição privilegiada. No sistema aristotélico, por exemplo, apreender era, no geral, conhecer pela causa, pois ela mediatizaria a relação entre sujeito e predicado assumindo a função de *termo médio* no silogismo demonstrativo. Seria esse postulado que levaria futuramente outros filósofos, como Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) e Immanuel Kant (1724-1804), a refletirem sobre a natureza do conhecimento tendo como eixo central essa mesma discussão – ainda que as realizando em termos relativamente distintos.

O filósofo partiria das formulações de Ernst Bernheim⁸¹ (1850-1942), expostas em seu *Lehrbuch der Historischen Methode* (Manual do Método Histórico) de 1889, para assimilar a natureza das relações causais na perspectiva histórica.

Essa não era, com efeito, a primeira interlocução com o historiador alemão. Em 1903, o filósofo publicou uma resenha desta obra na qual a descrevia como a “exposição mais precisa, mais coerente e mais crítica das ideias norteadoras, dos postulados e das práticas da disciplina histórica tradicional”⁸² (SIMIAND, 1903c, p. 4, tradução nossa). Os elogios foram prestados sobretudo porque sua concepção científica se ancorava numa linguagem filosófica, ultrapassando as questões práticas do ofício que eram recorrentes nos manuais franceses de metodologia.

O problema epistemológico levantado em 1903, e que seria retomado na fala de 1906, era saber se a concepção de causalidade aplicada às ciências da natureza poderia ser transportada *mutatis mutandis* para o estudo dos fenômenos humanos. Se haveria, portanto, uma diferença substancial entre as formas científicas do conhecimento.

Tratava-se, em suma, de uma discussão que se desenharía de forma relativamente distinta entre os alemães e os franceses, produzindo respostas específicas a cada lugar de origem. Refletir acerca da circulação internacional das ideias torna-se, assim, um exercício interessante para complexificar a instrumentalização de um autor estrangeiro num debate realizado entre compatriotas e a posição que se marcará diante dele. Afinal, como sugere Pierre Bourdieu (2002, p. 7), tal movimento implica uma série de operações sociais – como a seleção de uma obra específica em meio a outras, a sua inserção num local com leitores aplicando a elas categorias de percepção e problemáticas oriundas de um campo de produção diferente, entre outros elementos – que não envolvem necessariamente a reconstrução do campo de origem.

Entre 1880 e 1900 ocorreu, na Alemanha, um movimento de renovação das disciplinas humanistas visando propor alternativas ao modelo unificado da ciência (RINGER, 1997, p. 26). O que se almejava, na essência, era elaborar uma nova forma de

⁸¹ Ernst Bernheim fez sua formação superior nas Universidades de Berlim e de Heidelberg. Concluiu o doutorado pela Universidade de Estrasburgo em 1873 com uma tese voltada ao estudo da Concordata de Worms. Ademais, foi professor de História Medieval de 1883 até 1921, quando se aposentou de suas atividades (ASSIS, 2010, p. 47).

⁸² No original: “c'est sans doute dans ce livre qu'il faut chercher l'exposé le plus précis, le plus cohérent et le plus critique des idées directrices, des postulats, des pratiques de la discipline historique traditionnelle”.

estudar os fenômenos humanos (a saber, sociais, psicológicos e históricos) sem necessariamente rejeitar os critérios científicos em sua construção.

Um dos principais filósofos a versar sobre foi Wilhelm Dilthey (1833-1911). Em 1883, o então professor da Universidade de Berlim publicou a obra *Einleitung in die Geisteswissenschaften* (Introdução às Ciências do Espírito) na qual se propôs a codificar os métodos e os conceitos referentes a tais disciplinas, contrastando-as com as *Naturwissenschaften* (ciências da natureza). Para o autor, ainda que os indivíduos, concebidos como entidades psicofísicas ou biológicas, fizessem parte da natureza, suas ações deveriam ser assimiladas enquanto elaborações da mente e do espírito, as quais se expressariam no mundo histórico. A natureza complexa dos fenômenos humanos demandaria, então, uma mudança na perspectiva: ao invés de procurar regularidades e estabelecer leis, como ocorria na física e na química, o cientista direcionaria sua atenção para as realizações únicas e livremente escolhidas (RINGER, 1997, p. 27).

Um dos parâmetros de diferenciação entre as duas formas do conhecimento seria o procedimento empregado em cada qual. Tal como sublinha Roberto Novaes de Sá,

o mundo espiritual apresenta categorias distintas daquelas do reino da natureza, seus fenômenos apresentam-se sempre imbuídos de valores e nexos finalistas, tudo se encontra perpassado por intencionalidades. Portanto, não são úteis, aqui, as categorias de substância e causalidade, fundamentos da teorização científico-natural, e, sim, categorias como significado, valor, finalidade, força etc. (2009, p. 40).

Essa oposição não proviria apenas das especificidades envolvendo ambas as dimensões, como também de uma postura metodológica empregada na investigação. Ou seja, enquanto as ciências da natureza se processariam por meio da indução e do experimento, as ciências do espírito se valeriam de métodos comparativos, de ferramentas descritivas e analíticas, justamente por lidarem com fenômenos únicos, envoltos em sensações e intencionalidades (SÁ, 2009, p. 40).

A separação proposta por Wilhelm Dilthey remetia, fundamentalmente, à contraposição de Johann Gustav Droysen (1808-1884) entre “explicar” (*Erklären*) e “compreender” (*Verstehen*). Nela, à medida que o método científico-natural basearia a explicação no esclarecimento das relações causais, as *Geisteswissenschaften* se fundariam na compreensão enquanto apreensão de sentido e hermenêutica. Por isso, a ação humana só

poderia ser assimilada de maneira interna, em termos de intenções e crenças (RINGER, 1997, p. 27).

Ao fim e ao cabo, as ciências do espírito deveriam ser compreendidas como uma “psicologia descritiva e analítica” que não dependeria, exclusivamente, de leis gerais ou mesmo de procedimentos redutivos.

Em 1894, Wilhelm Windelband (1848-1915) daria novos contornos ao debate a partir de seu discurso *Geschichte und Naturwissenschaft* (História e Ciência Natural), proferido em ocasião de sua nomeação à reitoria da Universidade de Estrasburgo.

O filósofo alemão rejeitava, nele, a divisão convencional dos estudos empíricos entre ciências naturais e disciplinas humanistas, sobretudo porque ela se baseava numa distinção substancial entre natureza e mente. Em casos mais complexos, como nos psicológicos e nos históricos, que lidariam com experiências humanas, balizar tais dimensões era uma tarefa árdua principalmente porque a fronteira entre elas não estaria completamente delimitada.

Para superar essa barreira, seria proposto uma divisão formal entre os conhecimentos fundamentada nos aspectos metodológicos envolvendo cada operação. Enquanto as ciências naturais, intituladas nomotéticas, caracterizar-se-iam pela busca e o estabelecimento de leis universais, as disciplinas humanistas, denominadas ideográficas, procurariam descrever eventos únicos, situados temporalmente e espacialmente (RINGER, 1997, p. 32). Tal oposição não ofereceria, contudo, dimensões fixas e intransponíveis. Pelo contrário, ela sustentava a possibilidade de estudar um determinado fenômeno a partir dos dois modelos, tanto nomotético quanto ideográfico, marcando posição frente à proposta de Dilthey. Essencialmente, como assevera Guy Oakes (1980, p. 168), o que guiava a reflexão de Wilhelm Windelband era, portanto, a rejeição de um conceito ontologicamente fundamentado e a importância de desenvolver uma lógica autônoma para as ciências históricas.

A partir do exposto, pode-se notar que a obra de Ernst Bernheim encontrava-se situada nesta seara intelectual, dialogando e propondo alternativas ao modelo científico unificado. Basicamente, ele defendia que a história assumia uma característica singular diante dos vários ramos do conhecimento porque seu objeto era demasiado complexo para ser assimilado através da combinação mecânica de determinados elementos. Com efeito, os processos psicológicos individuais demandariam relações causais específicas para serem compreendidos adequadamente, pois, nesta dimensão concreta e particular, uma mesma

causa jamais produziria o mesmo efeito (SIMIAND, 1906, p. 549). Sua característica seria regressiva, ao passo que as das demais seriam progressivas.

A história não atingiria, portanto, os fenômenos gerais, tal como nas ciências da natureza, mas buscaria nos fatos pretéritos os aspectos individuais que os constituíram. Tratava-se de uma elaboração que dialogava, em certa medida, com as formulações de Wilhelm Dilthey e Wilhelm Windelband.

Como mencionado anteriormente, essa discussão se processou de forma relativamente distinta entre os franceses – e a argumentação de François Simiand refletia esse comportamento. O problema em questão não seria a inviabilidade do modelo científico unificado, mas o desconhecimento de suas raízes epistemológicas que levava a uma falsa assimetria entre as disciplinas.

Para demonstrar as fragilidades envolvendo a concepção causal *sui generis*, o filósofo francês realizou um exercício reflexivo a partir de duas formas possíveis de se sustentá-la. Em primeiro lugar, concebendo o individual e o concreto enquanto complexidades (posição que era assumida pelos pensadores alemães anteriormente mencionados). Tal esquema enfrentava, de imediato, um problema de ordem substancial, pois não se trataria de uma especificidade envolvendo o objeto histórico, mas de algo que se encontrava nas demais ciências. Em termos nutritivos, por exemplo, um alimento não reagiria sempre da mesma maneira no corpo que o ingeriu (SIMIAND, 1906, p. 552). Entretanto, isso não seria um entrave para o cientista, pois dele se poderia assimilar os elementos gerais a partir do procedimento causal equivalente. Sua perspectiva estaria orientada, portanto, para os fenômenos mais amplos. Quando o inverso ocorresse, a saber, investigar o particular de maneira isolada e somente nele próprio, a explicação se limitaria a sua experiência única. Em segundo lugar, assumindo-os como uma síntese original ou uma espontaneidade. Essa concepção implicava um problema metafísico que envolvia a liberdade humana e uma imprevisibilidade absoluta – acerca do qual o comunicador absteve-se de falar. A fim de explicá-los, a única maneira viável seria submetê-los a uma operação analítica não redutível a regras específicas a partir de escolhas feitas arbitrariamente. Tal procedimento esvaziaria, contudo, a história de cientificidade e a conduziria para outros domínios, como o da arte.

A partir da recepção de Ernst Bernheim (e do debate em que ele se situava), pôde-se observar que François Simiand rejeitava a possibilidade de existirem duas ordens do

conhecimento pautadas em pressupostos antagônicos, sobretudo porque tal cisão não se sustentaria epistemologicamente. Em suas palavras,

não conseguimos reconhecer esse tipo novo e particular de explicação e de causalidade que esses metodologistas se esforçaram para estabelecer: a explicação que a história pode alcançar mesmo nesse domínio do individual e do concreto parece-nos ou remeter, sob uma ou outra forma, ao tipo de explicação das ciências da natureza, ou remeter ao domínio da arte, ou então não existir. Tais historiadores metodologistas não parecem, então, fazer uma análise exata de seu próprio método, de sua própria intenção: somos assim levados a procurar o que de fato fazem, nas obras de história, os historiadores, se explicam e como efetivamente explicam o quinhão que pretendem explicativo de sua história⁸³ (SIMIAND, 1906, p, 553, tradução nossa).

Para dar cabo a esta tarefa, o filósofo seguiu o mesmo procedimento anterior, assumindo um caso específico como o que melhor exprimiria a historiografia que se pretendia explicativa naquela conjuntura. Ele o extrairia da *Histoire Politique de l'Europe Contemporaine* (História Política da Europa Contemporânea), publicada em 1896 por Charles Seignobos.

Acionar um historiador renomado, que dispunha de grande reconhecimento entre os pares, explicitava o modo operacional que conduzia a lógica argumentativa de François Simiand – e, no geral, do grupo reunido ao redor da *L'Année Sociologique*. Philippe Steiner (2005, p. 97) define essa prática como “imperialismo sociológico durkheimiano” porque suas formulações avançavam sobre outras disciplinas, reformando-as por dentro e as englobando paulatinamente. O que se via na revista, por exemplo, era, mais do que informações, a orientação de áreas próximas (história do direito, dos costumes, das religiões, estatísticas morais, economia política) a uma primeira elaboração sociológica. Para tal empreendimento, contudo, era indispensável o contato com eles e a crítica às suas fragilidades.

⁸³ No original: “nous n'arrivons pas à reconnaître ce type nouveau et propre d'explication et de causalité que ces méthodologistes s'efforçaient d'établir : l'explication que l'histoire peut atteindre même dans ce domaine de l'individuel ou du concret nous a paru ou bien se ramener, sous une forme ou sous une autre, au type de l'explication dans les sciences de la nature, ou bien soit rentrer dans le domaine de l'art, soit ne pas exister. Ces historiens méthodologistes semblent donc ne pas faire une analyse exacte de leur propre méthode, de leur propre intention : nous sommes ainsi conduits à rechercher en fait, dans des œuvres d'histoire, ce que font les historiens, s'ils expliquent et comment ils expliquent effectivement la matière dont leur histoire prétend être une connaissance explicative”.

Quando François Simiand mobilizou não uma obra metodológica de Charles Seignobos, mas aquela que seria sua aplicação por excelência, ele o fez para mostrar o procedimento explicativo empregado na prática histórica e, posteriormente, os equívocos que dele provinham. Sua estratégia consistiria, então, na exploração de pequenos trechos, destrinchando os elementos mencionados anteriormente. Para exemplificá-la, observemos como ela se processou a partir do excerto a seguir:

todo este regime, o Rei e o Parlamento, a administração local, o sistema eleitoral, a Igreja, as leis sobre os indigentes, e os operários, a sujeição dos irlandeses, tinham [sic] origem antiga. Mas ele foi ainda consolidado no período que precedeu 1814. A Revolução Francesa, assustando as classes privilegiadas, inspirou nelas o horror de toda inovação e impediu-as de fazer, durante trinta anos, qualquer reforma. As guerras contra a França cresceram concomitantemente a dívida (que se elevou de 237 milhões de libras esterlinas em 1791 a 861 milhões em 1815) e a exportação de produtos ingleses na Europa. Isso fez com que aumentasse a riqueza e a influência dos especuladores e dos industriais. Elas diminuíram os salários e aumentaram o preço do trigo, ao passo que a criação da grande indústria engrossava o número de operários; isso aumentou ainda mais a distância entre os ricos e os pobres⁸⁴ (SEIGNOBOS, 1897, p. 23 *apud* SIMIAND, 1906, p. 554, tradução nossa).

Para o durkheimiano, as explicações fornecidas pelo historiador seguiam um padrão análogo ao aplicado nas ciências da natureza, estabelecendo a casos particulares uma relação geral de causa e efeito: “as guerras contra a França cresceram a dívida [...] e a exportação dos produtos ingleses” ou ainda “elas diminuíram os salários e aumentaram o preço do trigo”. Ora, não se tratava, portanto, de um processo explicativo singular, mas de algo recorrente nas intervenções científicas. Entretanto, isso não implicava, automaticamente, formulações corretas acerca dos fatos pretéritos, uma vez que elas estariam envoltas num conjunto de falhas operacionais que evidenciavam a ausência de critérios para a explicação em história. Em sua perspectiva, como estabelecer, frente a inúmeros fatores, que as guerras influenciaram as dívidas, as exportações, os salários e o preço do trigo senão através de um

⁸⁴ No original: “tout ce régime, le Roi et le Parlement, l'administration locale, le système électoral, l'Église, les lois sur les indigents, et les ouvriers, la sujétion des Iriaiidais [sic] étaient d'origine ancienne. Mais il fut encore consolidé dans la période qui précéda 1814. La Révolution française, en effrayant les classes privilégiées, leur inspira l'horreur de toute innovation et les empêcha de faire, pendant trente ans, aucune réforme. Les guerres contre la France augmentèrent à la fois la dette (qui s'éleva de 237 millions de livres sterling en 1791 à 861 millions en 1815) et l'exportation de produits anglais en Europe; ce qui accrut la richesse et l'influence des financiers et des industriels. Elles firent baisser les salaires et hausser le prix du blé, tandis que la création de la grande industrie grossissait le nombre des ouvriers; ce qui augmenta encore l'écart entre les riches et les pauvres”.

exercício mental, relativamente consciente, que assume a existência de elementos gerais por trás de tais relações? Afinal, as guerras custam dinheiro, seus gastos extrapolam as receitas estatais habituais, para arcá-las é necessário recorrer a empréstimos, ou seja, trata-se de aspectos que não foram explorados ou evidenciados por Charles Seignobos (SIMIAND, 1906, p. 555).

A principal crítica recaía, porém, sobre duas práticas que, desde o artigo de 1903, eram denunciadas pelo filósofo: a explicação via sucessão temporal (ídolo cronológico) e ação pessoal (ídolo individual). Eram recorrentes na obra fórmulas tautológicas que assumiam sujeitos e verbos para dar conta de fenômenos amplos da evolução política inglesa. Esse era, com efeito, o ponto de maior dissidência entre certos historiadores profissionais e os sociólogos durkheimianos, o qual era investido por ambas as partes fosse para demarcar as fronteiras (no primeiro caso), fosse para nuançá-las (no segundo caso) – dinâmica que perpassará, como veremos mais adiante, as três sessões promovidas pela Sociedade Francesa de Filosofia.

Por considerar que a metodologia historiográfica era guiada inconsciente e incorretamente em termos científicos, a tarefa que se impunha para François Simiand (1906c, p. 562) era extrair do trabalho histórico o que ele carregava de maneira latente dentro de si. Chegava-se, assim, ao ponto mais importante de sua comunicação, no qual ele proporia um conjunto de preceitos que conduziriam automaticamente ao estabelecimento de relações causais propriamente explicativas em história. Ele o formulou a partir de duas regras e dois corolários, os quais se encontram sintetizados no quadro a seguir:

QUADRO 3 - REGRAS E COROLÁRIOS

REGRA/COROLÁRIO	IMPLICAÇÕES
<p>1ª Regra: “definir em termos gerais o efeito preciso cuja explicação se quer”.</p>	<p>Com a sua aplicação, almejava-se que a definição do objeto estudado fosse, de imediato, uma análise científica, colocando-o na direção das relações a serem consideradas. Ou seja, ao invés de designá-lo genericamente, apenas com uma particularidade temporal e espacial (por exemplo, a Revolução de 1848), ele assumiria uma forma mais ampla, que levaria em consideração os aspectos particulares e gerais.</p>

2ª Regra: “entre os diferentes antecedentes de um fenômeno, a primeira é a causa que pode estar ligada a ele pela relação mais geral”.	Pretendia-se evitar, com ela, confusões envolvendo a delimitação das causas e condições de um determinado fenômeno.
1º Corolário: “explicitar o antecedente imediato”.	Sua aplicação implicaria analisar todos os intermediários, os antecedentes e consequentes imediatos para estabelecer relações causais propriamente científicas em história ⁸⁵ .
2º Corolário: “tender sempre a estabelecer proposições explicativas cuja recíproca seja verdadeira”.	Em outras palavras, ele demandava refletir a partir das seguintes formulações: “as mesmas causas produzem os mesmos efeitos” ou “o mesmo efeito provém da mesma causa”.

Fonte: adaptado de François Simiand (1906).

À vista disso, notava-se que o filósofo não estava inviabilizando o estudo do particular ou mesmo rejeitando as condições espaciais e temporais defendidas, com afínco, pelos historiadores. Pelo contrário, ele sugeria que “preciso” e “geral” eram dimensões que não se opunham, e que a perspectiva de investigação deveria partir da primeira para a segunda – tal como ocorria nas ciências da natureza (SIMIAND, 1906, p. 559). Isso forneceria à pesquisa histórica uma ancoragem no real sem perder a sua positividade. Ademais, as regras afastariam a ideia de que a sucessão temporal fosse, por si só, uma compreensão dos fatos pretéritos (como se uma instituição, apenas por ser mais remota, explicasse o desencadeamento de uma série de eventos) e eliminaria o indivíduo como causa de um determinado fenômeno social. Isso não significava, contudo, negligenciá-lo na operação analítica. Indica apenas que ele seria, na melhor das hipóteses, uma das condições necessárias para a realização das relações.

Ainda que se apresentasse enquanto profissional disposto a contribuir para com o trabalho histórico, havia na fala de François Simiand um postulado de fundo que fora promovido por Émile Durkheim em 1898 no prefácio ao primeiro volume da revista AS. Assim como analisamos no segundo capítulo, defendia-se nele o pressuposto de que se a história almejasse se tornar uma ciência positiva – o que só viria a ocorrer através da explicação e da comparação dos fenômenos – inevitavelmente ela seria indistinta da

⁸⁵ Octave Hamelin (1907, pp. 188-189) também propunha uma formulação similar. Ainda que concebesse a causalidade enquanto um encadeamento de fenômenos, ela não se resumia a isso. Dizer, por exemplo, que o calor do fogo seria a causa do movimento de uma máquina a vapor, ou que um micróbio seria a causa de uma doença, significava esquecer ou desconhecer todos os intermediários que separam os dois termos que se pretendem aproximar por uma relação estreita e precisa. Entraria, aqui, o fator imediato. Para que ocorresse entre dois termos uma relação causal seria preciso que eles fossem instantaneamente ligados.

sociologia. Longe de serem antagônicas, essas disciplinas tenderiam naturalmente uma à outra, levando a um objetivo a ser alcançado reciprocamente por ambas as partes: “estimular os historiadores a verem os fatos históricos de uma perspectiva sociológica ou, o que dá no mesmo, os sociólogos a possuírem toda a técnica da história” (DURKHEIM, 2007, p. 9).

3.2.1 Intervenções (I)

A sessão de 31 de maio de 1906 contou, ao todo, com a presença de dezesseis ouvintes, embora somente três deles propuseram questões ao conferencista: Paul Lacombe, Georges Cantecor e Frédéric Rauh. Em comum, mesmo reconhecendo os méritos e aceitando algumas das postulações, essas intervenções chamaram a atenção – cada qual à sua maneira – para a ausência do indivíduo nas formulações apresentadas.

Paul Lacombe imputou a François Simiand uma predisposição em rejeitar o contingente porque, aos olhos de um filósofo, ele seria o elemento que escaparia dos arranjos puramente científicos. Contudo, argumentava o arquivista-paleógrafo, “negar a dificuldade não significa destruí-la”⁸⁶ (SIMIAND, 1906, p. 573, tradução nossa). Em 1894, quando publicou “Da História Considerada como Ciência”, ele defendia que todo ato humano correspondia a três sentidos, o geral, o temporário e o singular, muito embora a cientificidade da história se apoiasse não nos eventos únicos em si, mas nas semelhanças que deles poderiam se deprender. Assim, julgava-se que

o fato histórico visto pelo aspecto que o torna singular é refratário à ciência, pois ela é, de imediato, a observação de coisas semelhantes. Por outro lado, qualquer instituição⁸⁷ comporta um evento como ponto de partida - embora nem todos tenham essa fortuna. O evento que engendrou uma instituição tem o direito evidente de entrar na história. Contudo, mesmo que seja desprovido de qualquer acompanhamento institucional, o evento ainda pode ser bem aproveitado; os homens que o fizeram chegaram lá em parte por motivos temporários, cuja ascendência assim se torna manifesta. Ora, o conhecimento desses motivos, em

⁸⁶ No original: “nier la difficulté n’est pas la détruire”.

⁸⁷ Paul Lacombe (1894, p. 9) assimilava o termo “instituição” enquanto um ato visto em sua similaridade com outros. Já o termo “evento” era entendido como um ato visto de maneira única.

todos os seus efeitos, revela a história ciência⁸⁸ (LACOMBE, 1894, pp. 10-11, tradução nossa).

Quando questionou tal aspecto na fala do durkheimiano, ele estava justamente retomando essa concepção.

Georges Cantecor, por sua vez, questionou o fato das regras propostas serem amplamente genéricas, podendo serem aplicadas a qualquer domínio do conhecimento. Os fatos históricos, a seu ver, possuíam características específicas, demandando precauções especiais para serem explicadas à luz das dificuldades que lhes seriam inerentes. Ora, a comunicação de François Simiand tocava apenas em aspectos preliminares, mantendo intacto o problema da explicação histórica. As circunstâncias acidentais, as paixões individuais, os interesses gerais ou ainda o papel do indivíduo, tudo escapava ao modelo engendrado na comunicação. De maneira geral, ele julgava que as explicações expostas tendiam a conduzir a história à sociologia, contudo, tratar-se-ia de

duas ordens de pesquisas bem distintas. A realidade se apresenta como um sistema de fatos particulares. É possível almejar buscar as leis gerais a partir das quais eles se produzem: esta é a obra da ciência. Pode-se também buscar enumerar esses fatos, situá-los, caracterizá-los e explicá-los um a um, explicando suas particularidades e sua situação singular no tempo: esta é a obra da história. Vossa intenção inicial é mostrar como o particular pode ser explicado. E, no entanto, fascinado em alguma medida pelos procedimentos das ciências que quereis transferir em outro domínio, fostes condicionado a desprezar as condições especiais desta pesquisa. Pareceis disposto a relacionar em bloco e de forma aproximada certos conjuntos de eventos a leis como regra geral, negligenciando as características particulares dos fatos que não conseguistes explicar e as circunstâncias singulares que excluístes da posição de causa. Como um todo, vossa

⁸⁸ No original: “le fait historique vu par l'aspect qui le rend singulier, est réfractaire à la science, puisque celle-ci est d'abord constatation de choses similaires. Mais d'un côté toute institution a pour point de départ un événement - bien que les événements n'aient pas tous cette fortune. L'événement qui engendra une institution possède de ce chef le droit évident d'entrer dans l'histoire. Mais alors même qu'il est dénué de toute suite institutionnelle, l'événement peut être encontre de bonne prise; les hommes qui le firent s'y portèrent en partie par des mobiles temporaires, dont l'ascendant devient ainsi manifeste. Or la connaissance de ces mobiles, dans tous leurs effets, révèle de l'histoire science”.

concepção de história permanece vaga⁸⁹ (SIMIAND, 1906, p. 580, tradução nossa).

A defesa da história enquanto um conhecimento que versaria sobre os fatos particulares ou singulares – em contraste às proposições de François Simiand e de Paul Lacombe – também se encontrava na intervenção de Frédéric Rauh. Considerando que o historiador, ao investigar um determinado fenômeno, situar-se-ia numa sucessão pura, isto é, entre duas datas, seu papel seria o de observar a “direção do devir”, ou seja, para qual direção caminhariam os eventos à luz dos acasos individuais que os envolveriam. Dessa forma, a originalidade de obras como a “Introdução aos Estudos Históricos”, de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, estava relacionada ao esforço de oferecer minimamente um método crítico aos fatos únicos e particulares, muitas vezes inalcançados por outras vias. Sua principal crítica ao conferencista se articulava assim:

o historiador busca determinar um certo sentido geral, uma curva ou um ritmo do devir. Não se trata de uma generalidade estática, atemporal, ou que remete a um tempo abstrato. Temo que o Sr. Simiand, fascinado pelo ideal físico-mecânico, tenha ignorado o caráter da história assim entendida, a natureza específica dos métodos nela aplicados. Creio que não é correto afirmar *a priori* – isso não é suscetível de um estudo metódico e crítico. Não se determina a priori o que é ou não racional, o que pode entrar de racional, de espírito metódico no estudo de um domínio: cabe à pessoa competente determinar sua utilização. [...] O sr. Simiand encontrou nas ciências sociais o único tipo de verdade que o satisfaz. Todo o resto lhe parece proveniente da arte, da inspiração. Creio que é preciso ir ainda mais longe rumo às coisas, que o esquema que ele apresenta do racional é abstrato

⁸⁹ No original: “Il y a là cependant deux ordres de recherche bien distincts. La réalité se présente comme un système de faits particuliers. On peut se proposer de chercher selon quelles lois générales ils se produisent : ceci est l’œuvre de la science. On peut aussi se proposer de dénombrer ces faits, de les situer, de les caractériser et de les expliquer un à un, en rendant raison de leurs particularités et de leur situation singulière dans le temps : ceci est l’œuvre de l’histoire. Votre intention initiale est bien de montrer comment on peut expliquer le particulier ; mais, fasciné en quelque sorte par les procédés des sciences que vous voudriez transporter dans un autre domaine, vous êtes entraîné à méconnaître les conditions spéciales de cette recherche. Vous semblez disposé à rapporter en bloc et approximativement certains ensembles d’événements à des lois comme d’ordre général, en négligeant les caractères particuliers des faits dont vous ne rendez pas raison et les circonstances singulières que vous excluez du rang de cause. Au total, votre conception de l’histoire reste indécise”.

demais, e deixa de fora outros tipos de certeza metódica⁹⁰ (SIMIAND, 1906, p. 583, tradução nossa).

As reações de François Simiand retomaram, em geral, muitos pontos da fala realizada, e não exploraram temas que, eventualmente, a ultrapassariam de maneira mais profunda. Isso pôde ser notado, por exemplo, na sua resposta a Georges Cantecor:

eu não apresentei aqui uma concepção, formulada e defendida como minha, do individual e sua explicação, nem uma negação da ação individual que estabeleci como minha tese [...], tampouco uma afirmação da exaustividade ou da não exaustividade da explicação histórica. Deixei propositalmente de lado o cerne desses problemas de filosofia da história. Não que eu não tenha uma opinião sobre esse cerne. Eu queria, contudo, assumir justamente uma opinião independente da solução que se costuma atribuir a esses problemas, e, ao introduzir-me sucessivamente na hipótese das diversas soluções que podem ser apresentadas, quis mostrar de todo modo que, salvo no caso de se abandonar a ciência, não se chegava a uma concepção nova e especial de causalidade, e que eram assim possível, para o trabalho habitual da ciência, propor regras formais, independentes dessas soluções⁹¹ (SIMIAND, 1906, p. 579-580, tradução nossa).

⁹⁰ No original: “l'historien cherche à s'élever jusqu'à des lois générales, cette généralité n'est pas celle qu'étudie le physicien. L'historien cherche à déterminer une certaine direction générale, une courbe ou un rythme du devenir. Ce n'est pas une généralité statique, intemporelle, ou rapportée à un temps abstrait. Je crains que M. Simiand fasciné par l'idéal physico-mécanique n'ait méconnu le caractère de l'histoire ainsi entendue, la nature spécifique des méthodes qui s'y appliquent. Je crois que l'on n'a pas le droit de dire a priori : ceci est hors de la science, ou tout au moins – car on est maître de ses définitions – ceci n'est pas susceptible d'une étude méthodique et critique ; on ne détermine pas a priori ce qui est ou non rationnel, ce qui peut entrer de raison, d'esprit méthodique dans l'étude d'une matière : c'est à l'homme compétent de le déterminer à l'usage. [...] M. Simiand a retrouvé dans les sciences sociales un certain type de vérité qui seul le satisfait. Tout le reste lui paraît ressortir à l'art, à l'inspiration. Je crois qu'il faut se laisser aller davantage aux choses, que le schéma qu'il présente du rationnel est trop abstrait, laisse échapper d'autres types de certitude méthodique.”

⁹¹ No original: “Je n'ai pas apporté ici une conception de l'individuel et son explication que j'aie donnée et défendu comme mienne, ni une négation de l'action individuelle que j'aie posée comme exaustivité de l'explication historique. J'ai expressément réservé le fond de ces problèmes de philosophie de l'histoire ; non que je n'aie pas une opinion sur ce fond ; mais je voulais justement prendre une position indépendante de la solution qu'on donne à ces problèmes, et, me plaçant successivement dans l'hypothèse des divers solutions qu'on ne peut présenter, j'ai prétendu montrer que de toute façon, à moins de sortir de la science, on n'aboutissait pas à une conception nouvelle et spéciale de la causalité, et qu'on pouvait donc, pour le travail quotidien de la science, proposer des règles formelles, indépendantes de ces solutions ma thèse [...], ni une affirmation de l'exhaustivité ou de la non exhaustivité de l'explication historique. J'ai expressément réservé le fond de ces problèmes de philosophie de l'histoire ; non que je n'aie pas une opinion sur ce fond ; mais je voulais justement prendre une position indépendante de la solution qu'on donne à ces problèmes, et, me plaçant successivement dans l'hypothèse des divers solutions qu'on ne peut présenter, j'ai prétendu montrer que de toute façon, à moins de sortir de la science, on n'aboutissait pas à une conception nouvelle et spéciale de la causalité, et qu'on pouvait donc, pour le travail quotidien de la science, proposer des règles formelles, indépendantes de ces solutions”.

Via de regra, suas formulações visaram oferecer à história preceitos que a conduziram a obter uma metodologia da explicação que lhe fosse própria, os quais não se diferenciariam substancialmente daqueles empregados nas ciências positivas constituídas, em especial da física e da biologia. As questões que ultrapassassem essa natureza demandariam, assim, uma nova discussão.

3.3 AS CONDIÇÕES PRÁTICAS DA INVESTIGAÇÃO DAS CAUSAS NO TRABALHO HISTÓRICO

Como se pôde observar na morfologia dos envolvidos nos debates, Charles Seignobos não assistiu a sessão de 1906. Seu contato com a fala de François Simiand ocorreria de maneira indireta, via *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. Tal publicação – que reconstituía parcialmente a discussão – era organizada com base em notas tomadas pelos secretários, muitas vezes imprecisas ou incompletas. O material bruto passava pelo crivo dos participantes que podiam sugerir correções ou até mesmo adições às suas intervenções. A fidelidade das informações era, porém, fundamental, uma vez que eles evitavam excessos na reescrita que pudessem vir a descredibilizar a obra futuramente (SOULIÉ, 2009).

Em 30 de maio de 1907, Charles Seignobos foi à SFP apresentar suas respostas às críticas sofridas em 1906 com a conferência *Les Conditions Pratiques de la Recherche des Causes dans le Travail Historique* (As Condições Práticas da Investigação das Causas no Trabalho Histórico). Tal ação nos revela, de imediato, um elemento constitutivo desse confronto intelectual: ele supunha, ainda que implicitamente, um acordo entre as partes acerca da legitimidade do espaço no qual a discussão ocorreria e os adversários exprimiriam suas visões.

Toda a argumentação de Charles Seignobos repousava numa defesa dissociativa entre o ponto de vista do historiador e o do filósofo na questão das causas. Se o primeiro não conseguia satisfazer as exigências teórico-metodológicas impostas pelo segundo, era porque eles lidavam com o conhecimento em diferentes níveis. Reafirmava-se, assim, algumas formas classificatórias que sustentavam uma hierarquia disciplinar: nela, enquanto a história se encontraria na base das ciências, lidando indiretamente com fatos incompletos e dispersos

em documentos conservados ao acaso, a filosofia se situaria no pináculo, elaborando o modelo científico ideal através dos resultados colhidos alhures.

Desde que se mantivessem desmembradas e isoladas, essas posições eram consideradas legítimas para Charles Seignobos. Afinal, esse esquema assegurava as especificidades de cada área. O problema, entretanto, era exigir de um mesmo indivíduo a convergência das duas perspectivas, ou seja, o estabelecimento do contato. Quando ele ocorria, assim como propôs François Simiand, eclodia-se o conflito entre as partes.

Para analisar essa conferência, notemos, em primeiro lugar, que ela não foi arquitetada de forma improvisada. Cada ponto da fala foi calculado a fim de alcançar o objetivo final: marcar a posição de uma certa concepção dos estudos históricos frente à sociologia durkheimiana. Dessa forma, na falta de um *savoir-dire* filosófico, o contragolpe se processou via lugar de fala – ou seja, apelo à autoridade. Se as formulações do representante da “escola sociológica francesa” ficavam apenas no campo especulativo, era porque ele ignorava ou desconhecia as condições práticas do ofício na sua elaboração (SEIGNOBOS, 1907, p. 268).

Antes de contrastar as perspectivas, Charles Seignobos fez questão de se desvincular das críticas a Ernst Bernheim. Ao contrário do que defendia o autor alemão, ele não exigia uma forma de explicação *sui generis* para os fenômenos históricos, assumindo a validade do modelo empregado nas ciências da natureza. Sua única ressalva dizia respeito ao método de assimilação no nível psicológico, o qual se diferenciaria do utilizado nas demais dimensões (fossem elas a física, a química ou a biológica).

Embora não tivesse se aprofundado no tema nesta ocasião, ele já havia detalhado essa concepção num artigo de 1887, publicado na *Revue Philosophique*. Tal como mostramos no segundo capítulo, nele se sugeria que o conhecimento empírico podia ser obtido de duas formas: pela abordagem experimental, que supunha uma observação direta entre o fato e o observador, ou por meio da histórica, que se formava indiretamente através da reflexão dos traços deixados pelos indivíduos. Sua especificidade não se encontrava numa suposta natureza singular, mas apenas no procedimento utilizado para alcançá-lo (SEIGNOBOS, 1887, p. 3). Chamava-se ele de histórico justamente por lidar com fenômenos humanos, psicológicos e sociais.

O problema das causas se via, então, resolvido porque o cerne da discussão não seria a sua essência, mas os meios práticos que os historiadores dispunham para as atingir.

Sua estratégia consistiu, basicamente, em tangenciar a questão inicial e dá-la outro enfoque, permanecendo na sua área de excelência.

Guiando-se para os aspectos empíricos, Charles Seignobos (1907, pp. 269-270) admitia que as operações técnicas (a saber, a procura das fontes, as restituições documentais, a crítica interna e externa dos materiais) desgastavam a investigação histórica por ocuparem uma posição fundamental na sua elaboração. Tais esforços forneciam, de imediato, fatos conservados pessimamente e esparsos com os quais o historiador lidaria de maneira abstrata, por meio da imaginação. Somente após essas ações é que se passaria ao estágio do agrupamento e do ordenamento dos fenômenos, ou seja, no qual ocorreria o estabelecimento das relações causais⁹².

O contraste entre as formulações de François Simiand se processou através da defesa do particular enquanto unidade analítica intrínseca da história. Essencialmente, ao contrário do que o filósofo propunha na sua primeira regra, considerava-se impossível dissociar um determinado evento de suas qualidades temporal e espacial. Isso porque elas indicariam, *a priori*, a sua causa, que se encontraria envolta numa onda de fenômenos particulares, cada qual demandando explicações da mesma natureza. Seria, então, a coincidência dessas séries o determinativo para que um evento se realizasse historicamente. Privar o historiador de agir assim, incentivando-o a definir o objeto em termos gerais afastados da realidade íntima, significava extraí-lo de sua área própria e transpô-lo para o terreno da sociologia, no qual se impunha “a observação direta” e a abstração das características comuns dos fatos sociais (SEIGNOBOS, 1907, pp. 273-274). Com isso, não estava se sugerindo uma diferença substancial entre o passado e o presente. Pelo contrário, assumia-se que ambas as dimensões temporais compartilhavam a mesma natureza. O que as impediam de serem manejadas igualmente, a partir de um vocabulário técnico-científico, eram as fragilidades empíricas que envolviam os acontecimentos pretéritos – alcançados somente por intermédio de documentos danificados, com lacunas e escritos em línguas vulgares.

A refutação às formulações sociológicas direcionadas ao campo histórico se desenhava, estrategicamente, via ação de distanciamento entre as disciplinas. Essa tomada de posição se expressava em negar a possibilidade da comparação entre os fenômenos, em reafirmar o estudo do particular e em defender a inviabilidade da realização de experimentos

⁹² A noção causa era assimilada, na perspectiva de Charles Seignobos, a partir de seu sentido vulgar: ela nada mais era do que o último fato, ou seja, aquele que acionaria o desencadeamento do evento.

acerca do passado. Ao fim e ao cabo, a extrema dependência para com os documentos históricos, considerados em suas imperfeições e fragmentações, conduzia – na inexistência de um método analítico adequado – a uma incerteza empírica. Ora, essas implicações justificariam condutas específicas na investigação, especialmente nas obras de caráter mais amplo como a *Histoire Politique de l'Europe Contemporaine*.

Frente à vastidão de adversidades que impossibilitariam explicações históricas suficientes, o historiador deveria se contentar em *constatar* certos fatos, *detalhar* suas características ou assumir como elucidações possíveis as impressões emitidas originalmente pelos próprios indivíduos. Tudo a contragosto do que propunha François Simiand. Determinar as relações gerais entre os fenômenos ou compor leis para as sociedades humanas extrapolariam, assim, a capacidade da história enquanto conhecimento racional sobre o passado (SEIGNOBOS, 1907, p. 280).

Tal formulação ecoava, como veremos mais adiante, uma concepção disciplinar que, mesmo entre os historiadores, não era unânime, tampouco inquestionada. Quando a vislumbramos, não estamos perante somente a uma investida contra a sociologia durkheimiana, mas também a uma operação almejando converter, no interior dos próprios estudos históricos, novos adeptos a ela.

O conjunto de regras e corolários apresentado em 1906 foi, então, rejeitado quase integralmente⁹³ pelo conferencista em razão de sua impraticabilidade no ofício cotidiano. Em nossa perspectiva, tratava-se de uma posição ambígua, visto que ratificava a especificidade histórica frente ao inimigo exterior ao mesmo tempo que negava a possibilidade de incrementar um método que seria, supostamente, rudimentar⁹⁴. Como se notava, no cerne dessa desavença intelectual não se encontrava apenas a busca idealizada pelo progresso do conhecimento, como também uma luta concorrencial que tinha por interesse específico, nos termos de Pierre Bourdieu (1975, p. 91), a busca pelo monopólio da autoridade científica.

Charles Seignobos lançaria, finalmente, uma nova problemática aos ouvintes, qual seja: identificar o lugar dos aspectos psicológicos (isto é, os impulsos, os sentimentos, as

⁹³ O primeiro corolário, “explicitar o antecedente imediato”, não ia de encontro ao método histórico. Pelo contrário, ele auxiliaria, de acordo com Charles Seignobos, na assimilação das causas.

⁹⁴ Charles Seignobos (1907) considerou uma *plaisanterie* (piada) a sugestão de François Simiand de que o método histórico remontava a Tucídides. Em suas palavras: o autor grego “foi sobretudo um “repórter” que reuniu informações orais para dar receitas práticas aos políticos e aos capitães de seu tempo. Ele não teve de procurar um método, pois não lidava com documentos escritos. O método histórico começa com Du Cange e Voltaire, nos séculos XVII e XVIII, sendo então rudimentar”.

representações), fossem conscientes ou inconscientes, na cadeia causal dos fenômenos. Era mais um esforço visando explicitar as complexidades dos eventos históricos e justificar a empiria ante às formulações epistemológicas mais amplas e exteriores à disciplina.

Em suas palavras:

o inconsciente é o que nós não temos a condição de alcançar. É a parte do *inexplicável*, que o historiador, na falta dos meios de conhecimento, deve se limitar a *constatar*. Isso justifica as lacunas que Simiand destaca facilmente em minhas explicações. Da minha parte, quando procuro as variáveis das ações humanas, eu me represento, em cada momento da história, três camadas de causas, cada vez mais profundas:

1° A primeira é a mais superficial. Trata-se da camada dos fenômenos psicológicos conscientes. São os fenômenos diretores que dão sua *forma* à vida política, intelectual e econômica.

2° A segunda são os fenômenos psicológicos inconscientes que correspondem à região dos impulsos e das tendências. Eles fornecem as *forças* de produção da vida econômica e produzem as grandes crises da vida privada e pública.

3° A terceira são os fenômenos fisiológicos, que dependem das condições materiais, a hereditariedade, a raça no sentido antropológico e o meio.

O historiador constata as manifestações da primeira camada de causas, os fenômenos internos conscientes. Ele constata também aqueles da terceira camada, os fenômenos psicológicos, pois eles são materiais, apreensíveis a partir da observação. Entre os dois, há uma lacuna, uma camada de fenômenos inconscientes. Estes, o historiador não pode alcançar, pois ele não tem um método que lhe permita os observar⁹⁵ (SEIGNOBOS, 1907, p. 287-288, tradução nossa, grifos do autor).

A dimensão inconsciente dos fenômenos humanos revelava, assim, quão distante a história se encontrava das ciências mais bem constituídas, como as da natureza. Isso não significava rejeitar *a priori* a sua cientificidade ou sugerir uma nova forma de assimilação. Indicava apenas que ela se encontrava num estágio prematuro, o qual ainda demandava

⁹⁵ No original: “l’inconscient est ce que nous n’avons pas le moyen d’atteindre ; c’est la part de l’*inexplicable*, que l’historien, faute des moyens de connaissance, doit se borner à *constater*. Cela justifie les lacunes que Simiand relève aisément dans mes explications. Pour ma part, quand je cherche les mobiles des actes humains, je me représente, à chaque moment de l’histoire, trois couches de causes, de plus en plus profondes : 1° La première, la plus superficielle. C’est la couche des phénomènes psychologiques conscients ; ce sont les phénomènes directeurs qui donnent sa *forme* à la vie politique, intellectuelle, économique. 2° La seconde, ce sont les phénomènes psychologiques inconscients correspondant à la région des impulsions et des tendances ; ils fournissent les *forces* de production de la vie économique et produisent les grandes crises de la vie privée et publique. 3° La troisième, ce sont les phénomènes psychologiques, qui dépendent des conditions matérielles, l’hérédité, la race au sens anthropologique, le milieu. L’historien constate les manifestations de la première couche de causes, les phénomènes internes conscients. Il constate aussi celles de la troisième couche, les phénomènes psychologiques, car ils sont matériels, saisissables par l’observation. Entre les deux, il y a une lacune, c’est la couche des phénomènes insciens. Ceux-là, l’historien ne peut les atteindre, car il n’a pas de méthode qui lui permette de les observer”.

esforços puramente empíricos para que as formulações gerais pudessem vir a ocorrer futuramente, com o auxílio de disciplinas externas, como da filosofia.

3.4.1 Intervenções (II)

Comparada com a de 1906, a sessão de 30 de maio de 1907 angariou um público consideravelmente maior. Dentre os vinte e seis ouvintes, nove realizaram intervenções à fala de Charles Seignobos: Gustave Bloch, Paul Lacombe, François Simiand, André Lalande, Xavier Léon, Jean Perrin, Gustave Glotz, René Berthelot e Élie Halévy. Como muitas colocações foram bastante pontuais, atentar-nos-emos às principais linhas de tensões.

Gustave Bloch foi primeiro ouvinte a contribuir para o debate com um breve comentário que o associava, em partes, às formulações do conferencista quanto à precariedade dos materiais históricos e, ao mesmo tempo, o distanciava em relação à impossibilidade do estabelecimento de leis. Em sua perspectiva, ainda que houvesse fatos complexos nos quais a liberdade humana teria enorme protagonismo, existiriam alguns fenômenos simples a partir dos quais se poderia extrair leis gerais. Seria o caso, por exemplo, da relação entre a organização de sociedades próximas a lugares com água potável, uma vez que a sede é uma necessidade imanente ao ser humano. Em linhas gerais, ele se posicionava na desavença assumindo a complexidade histórica e a possibilidade de depreender dela explicações mais amplas dos fenômenos humanos:

acredito, portanto, que não é necessário raciocinar de um modo geral sobre a história tomada como bloco: mas é preciso raciocinar de uma maneira particular sobre os diferentes fenômenos dos quais a história se compõe. Em função dos casos, é preciso variar os métodos e procurar em cada série de fenômenos tentativas de explicação⁹⁶ (SEIGNOBOS, 1907, p. 612, tradução nossa).

Como vimos anteriormente, a fala de Charles Seignobos foi construída através do contraponto entre duas perspectivas ao menos inconciliáveis naquele momento. É

⁹⁶ No original: “je crois donc qu’il ne faut pas raisonner d’une façon générale sur l’histoire prise en bloc : mais il faut raisonner d’une façon particulière sur les différents phénomènes dont se compose l’histoire ; suivant les cas, il faut varier les méthodes et tenter sur chaque série de phénomènes des essais d’explication”.

interessante notar, a partir disso, que François Simiand se posicionou imediatamente contrário a esta oposição, conduzindo a discussão para o mesmo plano:

não posso aceitar a afirmação inicial do sr. Seignobos de que este debate remete à diferença de ponto de vista do filósofo e do historiador. Por certo, não nego minhas origens. Contudo, não é como filósofo que vim pedir à história mais do que ela pode me dar. Vim simplesmente como um trabalhador do mesmo domínio, tendo a sensação de que havia da parte dos historiadores um esforço a ser feito em direção à ciência. Do mesmo modo, também não admitirei que este debate seja caracterizado pela oposição indicada pelo sr. Seignobos entre a história e a sociologia: de minha parte, acredito muito que o esforço científico em história desembocará finalmente em uma sociologia, mas não é necessário colocá-lo em princípio⁹⁷ (SEIGNOBOS, 1907, p. 613, tradução nossa).

Em geral, o diálogo entre os dois retomou muitos pontos da fala de 1906, com cada qual defendendo as suas posições sem muita abertura – o que não implicava, automaticamente, na reprovação total das considerações por ambas as partes⁹⁸. O trecho de maior destaque foi uma reflexão engendrada por Simiand acerca do individual nas regras propostas para o estabelecimento das causas. Sem dúvida, como a discussão do ano anterior havia evidenciado, esse era um dos aspectos mais caros à defesa da especificidade histórica. Contudo, a sua 2ª regra, que dizia respeito à busca pela generalidade da relação entre causa e efeito, não rejeitava *a priori* a ação individual, pois num fenômeno dessa natureza seria justamente uma causa com tal característica que se encontraria ligada a ele. Em suas

⁹⁷ No original: “Tout d'abord je ne puis accepter l'affirmation initiale de M. Seignobos, que ce débat se ramène à la différence de point de vue du philosophe et de l'historien. Certes, je ne renie pas mes origines ; mais ce n'est pas comme philosophe que je suis venu demander à l'histoire plus qu'elle ne nous donne : c'est simplement comme travailleur du même domaine ayant le sentiment qu'il y avait de la part des historiens un effort à faire dans le sens de la science. De même je n'admettrais pas non plus comme caractérisant ce débat l'opposition indiquée par M. Seignobos entre l'histoire et la sociologie : je crois bien, pour ma part, que finalement l'effort scientifique en histoire aboutira à une sociologie, mais il n'est pas nécessaire de le poser en principe”.

⁹⁸ Em algumas passagens, por exemplo, Charles Seignobos tendida a reconhecer certos equívocos em suas análises. Isso se mostrava claro num trecho acerca da realização de abstrações e comparações em história: “Sr. SEIGNOBOS. – Mas eu não sei quais casos podem ser comparados. Sr. SIMIAND. – Trata-se de um círculo vicioso. A comparação é possível quando é bem sucedida. Sr. SEIGNOBOS. – Mas comparar é impossível. Eu não tenho outros casos de bloqueio continental que possa utilizar. Sr. SIMIAND. – Sem dúvida, não há outro bloqueio continental. Mas e se eu puder eliminar esse bloqueio, mostrando que outro antecedente basta para explicar o fenômeno, que esse antecedente se encontrou, nos casos anteriores e posteriores, vinculado ao mesmo fenômeno a ser explicado, e que igualmente se encontra aqui? Sr. SEIGNOBOS. – Nunca sei quando os casos são os mesmos. Sr. SIMIAND. – Sem dúvida, não se pode sabê-lo quando se permanece no concreto absoluto. Na realidade, porém, sempre agimos por abstração. A própria ideia de um movimento dos salários é algo abstrato. Vós não permaneceis no concreto absoluto. Sr. SEIGNOBOS. – Sem dúvida, fui levado a isso, mas é um equívoco. Apesar de tudo, sempre se é levado a construir um pouco com proposições abstratas. O resultado é que todas as construções desmoronam” (SEIGNOBOS, 1907, p. 618, tradução nossa).

palavras, “o individual é uma forma do geral, pois, segundo os termos da lógica formal, o individual é tomado em toda sua extensão. O que se opõe ao geral não é o individual, mas o *particular*”⁹⁹ (SEIGNOBOS, 1907, p. 616, tradução nossa, grifo nosso).

A sequência do debate girou em torno da utilização de uma linguagem técnica em matéria histórica. Charles Seignobos a rejeitava, principalmente por causa da complexidade que envolvia o seu estabelecimento, em proveito de termos vulgares, tal como se encontravam nos documentos. François Simiand e Paul Lacombe, por outro lado, reconheciam essa dificuldade, mas insistiam que era necessário ao menos tentar estabelecê-la a fim de alcançar maior precisão nas investigações. A respeito desse desencontro de opiniões, é interessante observar como outros ouvintes foram mobilizados para complexificarem o tema:

Sr. SEIGNOBOS. – O sr. Lalande pode dizer qual é a dificuldade de estabelecer um vocabulário filosófico.

Sr. LALANDE. – A dificuldade é enorme, é verdade, mas não é preciso concluir disso que há uma impossibilidade. Os procedimentos que adotei no *Vocabulaire* nos deram já, para alguns termos filosóficos, resultados apreciáveis. Parece-me importante observar o seguinte, que uma língua técnica supõe uma parte de convenção, portanto uma decisão tomada em conjunto por profissionais. Ela não pode ser estabelecida, pois, nem por um ato arbitrário individual, nem por uma simples constatação objetiva – a menos que essa constatação seja a descoberta de um consenso praticamente performado, em estado latente, e que se precise apenas por ser posto à luz. Isso nos aconteceu algumas vezes.

[...] Sr. X. LÉON. – O sr. Perrin poderia nos dizer como, nas ciências físicas, se estabelece o vocabulário técnico.

Sr. JEAN PERRIN. – Nós temos um exame ao qual submetemos nossas definições, mas não sei em que medida ele seria aplicável aqui. Uma definição é boa quando ela se mostra confirmada pela relação entre os fenômenos.

⁹⁹ No original: “l’individuel est une forme du général, puisque, suivant les termes de la logique formelle, l’individuel est pris dans toute son extension. Ce qui s’oppose au général, ce n’est pas l’individuel, c’est le particulier.”

Sr. SIMIAND. – É exatamente isso que, em algum grau, procuramos fazer. Creio que em muitos casos é possível alcançar noções um pouco mais precisas que as noções vulgares [...] ¹⁰⁰ (SEIGNOBOS, 1907, p. 622, 623, tradução nossa)

Essa variedade de contribuições, envolvendo diversas perspectivas, nos mostra que a desavença entre a história e a sociologia assumia, pelo menos desde as primeiras interlocuções realizadas na virada do século XIX para o XX, um caráter mais amplo relacionado à investigação científica dos fenômenos humanos. Reduzi-la somente a um embate disciplinar implicaria, em nossa percepção, perder de vista essa dinâmica complexa do campo científico francês.

Se aderíssemos a esta postura, por exemplo, o posicionamento de Gustave Glotz, que era egresso da ENS, *agrégé* em história e geografia (aprovado em terceiro lugar) e *chargé de cours* na Faculdade de Letras de Paris – ou seja, tratava-se de uma trajetória profissional semelhante à de Charles Seignobos –, esvaziar-se-ia entre a determinação dos rótulos, tornando algo que era repleto de nuances numa oposição rígida e fixa entre história e sociologia. Basicamente, ele assumia uma postura de meio termo em relação às discussões que estavam sendo promovidas:

Sr. GLOTZ. – Como estou implicado, me será permitido precisar em algumas palavras minha posição. Tenho a opinião do sr. Seignobos no que diz respeito à nomenclatura. Não creio que um vocabulário técnico seja possível em história antes de um longo intervalo. Ainda assim, não posso seguir o sr. Seignobos quando ele se recusa a sair do particular e a ascender às leis. Ele se atém à causa próxima, àquela que desencadeia. A causa da Revolução de 1688 é, a esse respeito, a fuga de Jaime II. Mas por que Jaime II fugiu? [...] O que quero dizer é que há causas mais profundas aos acontecimentos de 1688, as revoluções anteriores, o estado político e religioso da Inglaterra no século XVII... É preciso sair do particular, ter uma ideia geral da situação, para compreender os fatos. Não quero começar aqui uma discussão sobre as relações da extensão e da compreensão. Em história,

¹⁰⁰ No original: “M. SEIGNOBOS. – M. Lalande peut dire quelle est la difficulté d'établir un vocabulaire philosophique. M. LALANDE. – La difficulté est très grande, c'est vrai, mais il ne faut pas conclure de là à une impossibilité. Les procédés que j'ai suivis dans le Vocabulaire nous ont déjà donné, sur quelques termes philosophiques, des résultats appréciables. L'important à remarquer me semble être ceci, qu'une langue technique suppose une part de convention, donc une décision prise en commun par les hommes du métier. Elle ne peut donc s'établir, ni par un acte d'arbitraire individuel, ni par une simple constatation objective, – à moins que cette constatation ne soit la découverte d'un consensus à peu près préformé, à l'état latent, et qui se précise par le seul fait de le mettre en lumière. Cela nous est arrivé quelquefois. [...] M. X. LÉON. – M. Perrin pourrait nous dire comment dans les sciences physiques s'établit le vocabulaire technique. M. JEAN PERRIN. – Nous avons une épreuve à laquelle nous soumettons nos définitions : mais je ne sais pas dans quelle mesure elle serait applicable ici. Une définition est bonne lorsqu'elle se montre confirmée par une relation entre les phénomènes. M. SIMIAND. – C'est bien aussi ce qu'au degré près, nous cherchons à faire. Je crois que dans beaucoup de cas on peut arriver à des notions un peu plus précises que les notions vulgaires ”.

contudo, quando tenho certo número de traços comuns e que a compreensão se restringe, vejo mais claro. Pode-se chegar a espécies de leis relativas quanto a séries de fenômenos e que nos fazem sair do particular¹⁰¹ (SEIGNOBOS, 1907, p. 624, tradução nossa).

Ao fim e ao cabo, isso reforça, a nosso ver, que mesmo entre os historiadores a posição de Charles Seignobos não era dominante.

3.4 O DESCONHECIDO E O INCONSCIENTE EM HISTÓRIA

As sessões públicas organizadas pela SFP acerca da história suscitaram, desde 1906, enorme interesse do público, tornando-se frequentes na sua grade de programação. Isso nos revela que o tema ocupava uma posição de destaque no universo científico daquela conjuntura.

Em 28 de maio de 1908, a instituição promoveu uma nova sessão na qual Charles Seignobos complexificaria suas reflexões a partir da comunicação intitulada “O Desconhecido e o Inconsciente em História”. O que se observará nela é, basicamente, um adensamento das questões levantadas em 1907 e uma guinada mais profunda para o empirismo.

A fala em si, longe de oferecer uma solução para o que ele chamou de “a parcela do inconsciente nos fenômenos sociais”, lançava a questão para os ouvintes debatendo-a a partir do ponto de vista concebido pelos historiadores. Esse *modus operandi* evidenciava, como temos reafirmado neste capítulo, um aspecto constitutivo da desavença, a saber, que

¹⁰¹ No original: “M. GLOTZ. – Puisque je suis mis en cause, on me permettra de préciser en quelques mots ma position. Je suis de l'avis de M. Seignobos, en ce qui concerne la nomenclature ; je ne crois pas qu'avant longtemps un vocabulaire technique soit possible en histoire. Mais je ne peux suivre M. Seignobos quand il se refuse à sortir du particulier et à s'élever à des lois. Il s'en tient à la cause prochaine, à celle qui déclenche. La cause de la Révolution de 1688, c'est à ce compte la fuite de Jacques II. Mais pourquoi Jacques II a-t-il fui ? [...] Ce que je veux dire, c'est qu'il y a des causes plus profondes aux événements de 1688, les révolutions antérieures, l'état politique et religieux de l'Angleterre au XVIIe siècle... Il faut sortir du particulier, avoir une idée générale de la situation, pour comprendre les faits. Je ne veux pas commencer ici une discussion sur les rapports de l'extension et de la compréhension ; mais en histoire, quand j'ai un certain nombre de traits communs et que la compréhension se réduit, j'y vois d'autant plus clair. On peut arriver à des sortes de lois reliant des séries de phénomènes et qui nous font sortir du particulier”.

ela não era pautada por pressupostos sectários, mas por um diálogo fortemente aberto ao contraditório.

Desde a reunião de 1907, Charles Seignobos estava alinhando suas reflexões às dificuldades exteriores que se impunham aos pesquisadores. Via de regra, elas que conduziam as investigações em matéria histórica para os fenômenos puramente psicológicos, afinal, eram os únicos fatos acessíveis através dos documentos. Tratava-se, *grosso modo*, de um determinismo empírico que aprisionava o pesquisador aos materiais que eles próprios recolhiam.

A questão, no entanto, era que esse procedimento assumia, com frequência, um aspecto ainda mais metódico em relação à classificação dos fatos – o que demandava, *a priori*, um conhecimento dos mecanismos que os envolviam. Em outras palavras, era preciso saber identificar como eles se produziram e por quais motivos, o que remetia inevitavelmente à procura das causas.

Essa operação, como já havia sido explorado no ano anterior, era conduzida exclusivamente de maneira empírica pelos historiadores e se voltava, principalmente, aos acontecimentos que impactaram sobre os demais. O entendimento das causas estava, assim, vinculado a essa relação mais geral de efeito.

O problema, contudo, se dava no estágio posterior do trabalho científico que envolvia a determinação das leis. Charles Seignobos (1908, p. 220) defendia, com afinco, que esse procedimento era inviável na investigação histórica porque ele pressupunha a comparação entre séries paralelas e análogas de circunstâncias e conseqüências para identificar um antecedente comum a toda uma cadeia de fenômenos. Ora, ao seus olhos, o que caracterizava um fato histórico era justamente a sua complexidade, assimilada enquanto o resultado de concordâncias e interferências de vários elementos heterogêneos que impediriam uma verificação exata da sua constituição.

Essa concepção conduziria o historiador a assumir, automaticamente, as percepções individuais expostas nos documentos como causas legítimas dos fatos. Afinal, na falta de um procedimento analítico viável, as suas observações *in loco* nos relatariam o que teria ocorrido, mesmo contendo falhas ou imprecisões.

Em relação aos fenômenos amplos, como os costumes, as religiões ou ainda as mudanças e as transformações nos hábitos, a situação assumia um caráter mais intrincado, tornando-se a maior parcela do desconhecido em história. Isso ocorria porque elas seriam

envoltas de múltiplas causas, diferentes umas das outras. O quadro a seguir sintetiza a suas proposições:

QUADRO 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS DIVERSAS CAUSAS

TIPO	DEFINIÇÃO
Primeiro grupo: causas interiores	Compreendia todos os fenômenos psicológicos conscientes, tais como os de pensamento, de sentimento e de vontade. Essas causas se manifestariam em atos que implicavam discussão, deliberação, nos efeitos das emoções individuais e nos símbolos de pensamento, como a fala e a escrita.
Segundo grupo: causas materiais	Diferentemente dos fenômenos psicológicos, essas causas seriam os fatores exteriores que dominam e determinam a vida natural (objetos, ação de epidemias, entre outros).
Terceiro grupo: causas mistas	Eram as causas que se situavam no meio termo em que se combinariam os fatores psicológicos conscientes e as influências materiais. Os atos de execução implicariam, nesses casos, um fenômeno psicológico e a realização material se depararia com resistências. Um exemplo disso poderia ser extraído das assembleias políticas, a saber, quando os atos psicológicos se atrelam a um contato físico fazendo-os reagir mutualmente.

Fonte: adaptado de Charles Seignobos (1908).

Dentre as três causas supracitadas, as mais fáceis de serem alcançadas seriam justamente as relativas ao primeiro grupo, porque os documentos, assimilados enquanto produtos da mente humana, permitiriam acessos diretos a elas. Isso nos explica, por exemplo, o motivo da história política ocupar uma posição de destaque na obra deste historiador, uma vez que ela era produzida, essencialmente, por meio de materiais cujos autores indicaram, de antemão, as suas causas psicológicas conscientemente. Assim sendo, a conclusão que Charles Seignobos chegou foi a de que

o que conhecemos do passado é muito pouco. O desconhecido entra na história em uma proporção muito considerável. Entre as causas de nível mais superficial, muitas já nos escapam, e quando mais nós nos aprofundamos, quanto mais

descendemos aos outros planos que indiquei, mais a escuridão se adensa¹⁰² (1908, p. 226, tradução nossa).

Diante da constatação do enorme desconhecido que envolvia a matéria histórica, ainda existiriam fatos cujas causas seriam completamente incompreensíveis quando não remetidas à ação humana consciente. O conferencista denominou, então, esses fenômenos de “inconscientes”. Como explicar, por exemplo, as transformações ocorridas numa língua falada durante muito tempo? Ou o que causaria o rompimento brusco de uma assembleia?

Ora, para resolver esses problemas, Charles Seignobos acreditava que o pesquisador poderia assumir duas condutas consideravelmente distintas: a racionalista ou a mística. Era, em outros termos, a posição que ele imputava aos historiadores e aos sociólogos.

A primeira aderiria ao empirismo, interpretando os documentos a partir de analogias extraídas das experiências próprias atuais. Ela conduziria, por seu turno, ao seguinte postulado: não haveria

diferença de natureza entre o consciente e o inconsciente. Trata-se sobretudo de uma gradação contínua, que vai do ato voluntário, realizado à plena luz da consciência, com o conhecimento claro dos motivos e das tendências opostas entre os quais deve-se escolher – ao ato *irrefletido* que nos surpreende, mas do qual temos consciência quando o realizamos, – ao ato *habitual* e *orgânico* que é acompanhado apenas por uma consciência confusa, – e, enfim, ao ato *automático*, executado por reflexo sem consciência, em plena escuridão¹⁰³ (SEIGNOBOS, 1908, p. 228, tradução nossa, grifos do autor).

A segunda assumiria, na impossibilidade de assimilar as causas através de fenômenos isolados, a existência de forças superiores e exteriores aos indivíduos as quais os dominariam e se imporiam a eles. O movimento de Charles Seignobos buscava vincular implicitamente as teses durkheimianas a uma tradição estrangeira, que recorria à existência de efeitos superiores, como uma *Sozialpsyche* (alma social), para explicá-las, levando a

¹⁰² No original: “ce que nous connaissons du passé est très peu de chose. L’inconnu entre en histoire dans une proportion très considérable. Déjà, parmi les causes de la première rangée, beaucoup nous échappent, et plus nous nous enfonçons, plus nous descendons vers les autres plans que j’ai indiqués, plus obscurité s’épaissit”.

¹⁰³ No original: “différence de nature entre le conscient et l’inconscient. C’est plutôt une gradation continue, qui va de l’acte *volontaire*, accompli en pleine lumière de la conscience, avec la connaissance claire des motifs et des tendances opposées entre lesquelles on choisit, - à l’acte *irréfléchi* qui nous surprend, mais dont nous prenons conscience au moment où nous l’accomplissons, - à l’acte *habituel* et *organique* qui ne s’accompagne plus que d’une conscience confuse, - et enfin à l’acte *automatique*, exécuté par réflexe sans conscience, en plein obscurité”.

distinguir os fatos humanos em duas categorias: os individuais e os sociais, “produzidos pela ação do corpo social, em parte inconscientes”¹⁰⁴ (SEIGNOBOS, 1908, p. 229, tradução nossa).

Ao fim e ao cabo, era mais uma tentativa de atribuir aos estudos dos fenômenos humanos duas ordens distintas de investigação: uma voltada para o individual e a outra para o geral. Isso garantiria à história o seu direito de existência frente às incursões sociológicas promovidas por Émile Durkheim e seus colaboradores.

3.4.1 Intervenções (III)

A sessão de 28 de maio de 1908 contou, ao todo, com a presença de dezessete ouvintes, dentre os quais seis realizaram intervenções à fala de Charles Seignobos: Émile Durkheim, Paul Lacombe, Gustave Bloch, Céléstin Bouglé e André Lalande (que atuou como um mediador da desavença).

O diretor da revista AS foi o primeiro a se posicionar na discussão, reafirmando aqueles postulados que defendia desde 1898: a história e a sociologia não eram disciplinas opostas, tampouco se valiam de métodos distintos. O que se empregaria numa automaticamente se remeteria a outra, e vice-versa. A questão que se impunha era examinar se o principal argumento da comunicação – a saber, de que o inconsciente desconhecido era incompreensível em matéria histórica – se sustentava de fato.

O principal ângulo de ataque se voltou ao que Charles Seignobos denominou de “causas interiores” ou conscientes, quer dizer, aquelas que se depreenderiam unicamente através das perspectivas pessoais. Contrariamente ao que sustentava o conferencista, o sociólogo julgava que elas seriam as mais suspeitas para serem incorporadas, uma vez que a consciência individual dificilmente assimilaria as causas de fenômenos tão complexos corretamente.

No segundo momento da discussão, as atenções se voltaram para o estabelecimento de comparações em matéria histórica.

¹⁰⁴ No original: “produits par l’action du corps social, inconscients en partie”.

Como vimos ao longo dos capítulos anteriores, essa metodologia se encontrava no cerne da organização sociológica durkheimiana. O “comparatismo radical”, como definiu Rafael Faraco Benthien, se articulava tanto no plano do geral quando do particular, sendo “rigorosamente controlado do ponto de vista do fenômeno estudado e do método adotado” (2011, pp. 33-34). Há que pensar, de igual modo, que a própria analogia, frequentemente defendida pelo autor da “Introdução aos Estudos Históricos” em suas formulações, era considerada por Émile Durkheim como um excelente procedimento de ilustração e de verificação secundária, o qual permitiria tornar as coisas inteligíveis por meio da comparação. Afinal, “pode-se prever que se toda organização deve ter características comuns, não é inútil depreendê-las” (DURKHEIM, 1896, p. 19).

Ora, ao negar à história tal arranjo epistemológico, Charles Seignobos a impedia de obter um conhecimento positivo dos fatos humanos, agarrando-se nas suas complexidades como uma estratégia defensiva para justificar esse posicionamento:

Sr. DURKHEIM. – Quando constato, em certo número de casos bem observados e bem estudados, que determinada organização familiar está lidada a determinada particularidade da organização social, por que me impedis de estabelecer uma relação entre essas duas séries de fenômenos?

Sr. SEIGNOBOS. – Porque quase nunca lidamos com fenômenos suficientemente análogos para permitir uma comparação.

Sr. DURKHEIM. – Ainda assim, enfim, são fatos. Eu os constato, e sabeis o quanto se encontra com frequência similitudes espantosas entre instituições de diversos povos.

Sr. SEIGNOBOS. – Esses povos são sempre tão profundamente diferentes.

Sr. DURKHEIM. – Mas quando, acerca do casamento, constato, em pontos muito diferentes do globo, formalidades idênticas e cerimônias comparáveis em todos os pontos, quando descubra que homens e mulheres vivem juntos da mesma maneira, penseis que não há ali nada que valha a pena comparar? Que concluis, portanto, de tudo isso?

Sr. SEIGNOBOS. – Nada. Não sei a causa dessas semelhanças.

Sr. LACOMBE. – O Sr. Seignobos parece esquecer que os documentos intrínseca e isoladamente consultados não chegam nunca a certificar os fatos. É, ao contrário, a generalidade e a semelhança dos fatos que certificam os documentos. Sem comparação, não há certeza. Supondes que vós tendeis um documento único, e aparentemente autêntico, mas relatando um fato sem igual na história. Duvidareis provavelmente do fato, e com razão.

Sr. SEIGNOBOS. – Mas a comparação em história se reduz, no fundo, à *analogia*. Não há similitudes completas¹⁰⁵ (SEIGNOBOS, 1908, p. 236-237, tradução nossa).

À medida que a discussão avançava, percebemos que as posições defendidas por Charles Seignobos tornaram-se cada vez mais isoladas, especialmente entre os historiadores e aqueles que anteriormente haviam admitido algumas de suas considerações, como Paul Lacombe, Gustave Bloch e Frédéric Rauh.

Em geral, ele acabou sendo uma das únicas vozes na desavença a defender a impraticabilidade do método comparativo, bem como o estabelecimento de leis parcialmente ou no seu conjunto. O estudo da história se resumiria, no fundo, em compreender o passado a partir do modelo do presente, e sua função seria “lembrar às pessoas que a esqueceram, a interdependência e a reação contínua das diversas séries de fatos que tendemos a separar naturalmente em compartimentos estanques”¹⁰⁶ (SEIGNOBOS, 1908, p. 232, tradução nossa), podendo influenciar a orientação da consciência.

Quando contrastamos as suas posições de 1908 com as primeiras formulações epistemológicas de 1887, é notável que houve uma mudança considerável na sua perspectiva. Se antes ele situava a história como a responsável por apresentar novos elementos para a comparação de onde se extrairiam as leis gerais da psicologia, agora ele estava defendendo que os fenômenos dessa natureza seriam incomparáveis entre si.

Ora, o que explica, então, essa modificação na postura? A nosso ver, parece que Charles Seignobos mudava de ênfase, paulatinamente, à medida que suas apreciações se

¹⁰⁵ No original: “M. DURKHEIM. – Quand je constate, dans un nombre de cas bien observés et bien étudiés, que telle organisation familiale est liée à telle particularité de l’organisation sociale, pourquoi m’empêcheriez-vous d’établir un tel rapport entre ces deux séries de phénomènes ? M. SEIGNOBOS. – Parce qu’on n’a presque jamais affaire à des phénomènes suffisamment analogues, pour permettre une comparaison. M. DURKHEIM. – Mas enfin ce sont des faits ; je les constate, et vous savez combien on rencontre souvent des similitudes frappantes entre institutions de différents peuples. M. SEIGNOBOS. – Ces peuples sont toujours si profondément différents. M. DURKHEIM. – Mais quand, à propos du mariage, je constate, sur des points très différents du globe, des formalités identiques et des cérémonies de tous points du globe, des formalités identiques et des hommes et les femmes vivent ensemble de la même façon, vous pensez qu’il n’y a rien là qui vaille la peine de faire une comparaison. Que concluez-vous donc de tout cela ? M. SEIGNOBOS. – Rien. Je ne sais pas la cause de ces ressemblances. M. LACOMBE. – M. Seignobos semble oublier que les documents, intrinsèquement et isolément consultés n’arriveraient jamais à certifier les faits ; c’est au contraire la généralité et la ressemblance des faits qui certifient les documents. Sans comparaison, pas de certitude. Supposez que vous ayez un document unique, et d’apparence authentique, mais relatant un fait sans autre exemple dans l’histoire ; vous douterez probablement du fait, et avec raison. M. SEIGNOBOS. – Mais la comparaison en histoire se réduit au fond à l’*analogie* : il n’y a jamais de similitudes complètes.

¹⁰⁶ No original: “rappeler, aux gens qui l’oublent, l’interdépendance et la réaction continuelle des diverses séries de faits qu’on tend naturellement à séparer en compartiments étanches”.

chocavam com outras reflexões. Esses deslocamentos nos sugerem que, para os agentes que se envolviam em desacordos intelectuais, o importante não era estar completamente em posse da razão abstrata, mas ao menos dispor de alguma razão mínima. O essencial era, portanto, não abandonar o seu lugar de força diante de investidas que, eventualmente, viriam a fragilizar sua posição.

CONSIDERAÇÕES

Em 1909, Gabriel Monod (1844-1912) publicou, em comemoração aos trinta e quatro anos da *Revue Historique*, uma nota aos leitores de sua revista oferecendo um balanço das contribuições do projeto ao desenvolvimento científico da disciplina e o posicionando no porvir. Em suma, no auge da desavença envolvendo a história e a sociologia, tratava-se de um esforço nítido por parte do diretor em não ficar à margem das discussões que haviam mobilizado uma parcela considerável da elite intelectual parisiense.

Ao contrário do que uma leitura posterior – que atrela automaticamente a RH a um substrato da suposta “escola metódica”¹⁰⁷ – possa nos indicar, Gabriel Monod acenava com prontidão, frente aos debates, às empreitadas de Henri Berr e dos sociólogos durkheimianos. À primeira, porque a *Revue de Synthèse Historique* congregava perspectivas que iriam de encontro às generalizações históricas e às filosofias da história, recebidas com certa desconfiança entre os franceses desde o final do século XIX, oferecendo, em contra ponto, excelentes incursões pela síntese histórica (MONOD, 1909, p. 10). À segunda, porque os trabalhos realizados na revista *L'Année Sociologique*, dirigida por Émile Durkheim, e na Sociedade de Sociologia de Paris (*Société de Sociologie*), administrada por René Worms, anunciavam uma reação – que à época ocorria na Alemanha – visando buscar o sentido da história, as grandes correntes da civilização e a medida dos valores (MONOD, 1909, p. 12). Em geral, dizia o diretor da RH:

a sociologia é um esforço para estabelecer sobre bases científicas a filosofia da história, submetendo os elementos essenciais da vida social e do desenvolvimento da humanidade a um duplo trabalho – a princípio de abstração e, posteriormente, de síntese – a fim de chegar a determinar as leis ou ao menos as modalidades da evolução das sociedades. Nossa *Revista* gostaria de ter podido abrir espaço às pesquisas dessa natureza; mas, já não sendo capaz de ser suficiente a uma tarefa tão extensa e tão complexa, ela teve que excluir de seu quadro, ao mesmo tempo, o estudo das sociedades primitivas ou das sociedades selvagens. Ela ficou feliz,

¹⁰⁷ Para uma discussão acerca desta questão, conferir o capítulo 1 da presente dissertação.

portanto, em ver a *Revue de Synthèse* a completar de uma maneira tão interessante¹⁰⁸ (MONOD, 1909, p. 12, tradução nossa, grifos do autor).

O mais interessante, ao nosso ver, foi a inferência às obras de Charles Seignobos e Charles-Victor Langlois, em especial à “Introdução aos Estudos Históricos” e à “História Política da Europa Contemporânea”. Enquanto a primeira, por mais ilustre que fosse, buscava as sínteses históricas com muitas reservas que tornavam temerária a sua aplicação, a segunda era considerada um testemunho das desconfianças mencionadas anteriormente.

A tarefa que se impunha, portanto, – e que aqueles historiadores não haviam conseguido alcançar na leitura do autor – era penetrar além das aparências externas, compreender a alma que os cobriram e exprimiram, os laços íntimos que uniriam todas as manifestações diversas dos estados de civilização, bem como as causas que determinariam a sucessão e as relações desses estados civilizacionais (MONOD, 1909, pp. 11-12).

Ora, a posição do diretor da RH era apenas mais uma no conjunto da desavença entre os estudos históricos e os sociológicos que se alastrou no campo científico francês na virada do século XIX para o XX, não representando, de nenhuma forma, a posição dominante deste ou daquele grupo.

Demonstramos, ao longo desta dissertação, que esses debates não podem ser interpretados numa chave de leitura que os assuma enquanto posicionamentos fixos de certos coletivos sociais. Pelo contrário, o estudo relacional deles nos mostrou uma multiplicidade de opiniões, muitas vezes conflitantes dentre os próprios representantes de uma mesma disciplina, sendo engendradas e modificadas à medida que as discussões epistemológicas avançavam.

Assim sendo, no primeiro capítulo problematizamos alguns aspectos do desenvolvimento da história, da filosofia e da sociologia no ensino superior francês no decorrer da primeira metade da Terceira República, atentando-nos principalmente para os *handicaps* institucionais que conduziram a estabelecer uma certa hierarquia entre elas. Observamos, ademais, que, no coração de tais rótulos disciplinares, havia uma série de

¹⁰⁸ No original: “la sociologie est un effort pour établir sur des bases scientifiques la philosophie de l'histoire en soumettant les éléments essentiels de la vie sociale et du développement de l'humanité à un double travail, d'abord d'abstraction, puis de synthèse, afin d'arriver à déterminer les lois ou du moins les modalités de l'évolution des sociétés. Notre Revue aurait voulu pouvoir faire place aux recherches de cette nature; mais, ne pouvant déjà suffire à une tâche trop étendue et trop complexe, elle a dû les exclure de son cadre en même temps que l'étude des sociétés primitives ou des sociétés sauvages. Elle a donc été heureuse de voir la Revue de synthèse la compléter d'une manière si intéressante”.

encontros e desencontros que se mostravam presentes nos planos organizacional e epistemológico, com muitos grupos disputando internamente suas definições legítimas. Em suma, não se tratou de determinar uma paisagem que fornecesse, *a priori*, elucidações quanto às tomadas de posicionamentos, mas de levantar problemas que seriam reagidos com outras informações.

Para além de oferecerem explicações automáticas por si mesmos, esses dados foram complexificados, na sequência, à luz da série documental que mobilizamos para investigar a desavença entre a história e a sociologia.

Com o segundo capítulo, no qual exploramos as primeiras discussões epistemológicas entre Charles Seignobos, François Simiand e Émile Durkheim, até chegar à produção e à recepção imediata do artigo “Método Histórico e Ciência Social” (SIMIAND, 1903a; 1903b) pelos pares especializados, mostramos que, por mais que a desavença se desenhasse entre as duas disciplinas, estabelecer o início e os confins de cada era uma tarefa difícil de ser realizada, uma vez que essas dimensões estavam em constante construção e desconstrução no campo. O conceito de “fronteira”, aplicado originalmente por Enrico Castelnuovo (2006) no domínio da história da arte, mostrou-se útil para que nós percebêssemos uma dimensão vagamente explorada na história das ciências: a de que grande parte das delimitações que conhecemos de outrora foram estabelecidas, *a posteriori*, pela historiografia, e que muitas vezes os aspectos que hoje são tomados como elementos de divisão, anteriormente poderiam ser fatores de união. Consideramos, por exemplo, que as revistas universitárias especializadas cumpriam essa função.

Ao fim e ao cabo, dedicamos o terceiro capítulo às sessões promovidas pela Sociedade Francesa de Filosofia (*Société Française de Philosophie*) ao longo dos anos 1906, 1907 e 1908, as quais debateram vários temas essenciais para a elaboração científica em matéria histórica, como o estabelecimento de causas, o papel dos fenômenos humanos conscientes e inconscientes nas sociedades e a sua forma de assimilação. Expusemos, através de uma análise morfológica dos agentes envolvidos, que os temas epistemológicos envolvendo a história e a sociologia dispunham de notável importância naquela conjuntura, sendo discutidos por grande parcela da elite intelectual francesa. Ademais, à luz das reflexões de Pierre Bourdieu (1976; 2002), situamos as intervenções de cada um nas desavenças, atentando-nos para as suas posições no campo universitário e no campo científico.

Longe de esgotar todos os aspectos envolvidos nas discussões entre a história e a sociologia promovidas na virada do século XIX para o XX na França, almejamos apenas trazer novos elementos para a compreensão de um debate que, ao longo do século XX, tornar-se-á clássico no coração de muitas memórias disciplinares.

Esperamos, ainda, que o nosso empreendimento possa contribuir para com os estudos de história da historiografia francesa e das ciências sociais produzidos no Brasil, encorajando novos pesquisadores a se enveredarem por esses caminhos.

FONTES

- BERR, Henri. Sur notre programa. **Revue de Synthèse Historique**, t. I-1, p. 1-8, 1900.
- _____. Les rapports de l'histoire et des sciences sociales d'après M. Seignobos. **Revue de Synthèse Historique**, t. IV-3, p. 293-302, 1902.
- BOUGLÉ, Célestin. Analyses. A. – Sociologie et Histoire. **L'Année Sociologique**, p. 148-151, 1904.
- BOURGIN, Hubert. Ch. Seignobos. La méthode historique appliquée aux sciences sociales. Paris, Alcan, 1901. In-8, ii-322p. **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, v. 3, n. 6, p. 661-666, 1901
- DURKHEIM, Émile. **Les Règles de la Méthode Sociologique**. Paris: Félix Alcan, 1895.
- _____. Représentations individuelles et représentations collectives. **Revue de Métaphysique et de Morale**, t. VI, p. 273-302, 1896.
- _____. Prefácio. **Teoria e Pesquisa** 50, v. XVI, p. 7-14, 1898.
- GUY-LOË, Henriette. **Élie Halévy: correspondance (1891-1937)**. Paris : Editions de Fallois, 1996.
- LACOMBE, Paul. **De l'Histoire Considérée Comme Science**. Paris: Librairie Hachette, 1894.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux Études Historiques**. Lyon: ENS Éditions, 2014.
- MANTOUX, Paul. Histoire et Sociologie. **Revue de Synthèse Historique**, t. VII-20, p. 121-140, 1903.
- MONOD, Gabriel. A nos lecteurs. **Revue Historique**, t. C, p. 1-12, 1909.
- REVUE DE MÉTAPHYSIQUE ET DE MORALE. Périodique. **Revue de Métaphysique et de Morale**, p. 9-13, 1903.
- REVUE HISTORIQUE. Recueils Périodiques. **Revue Historique**, p. 176, 1904.

SEIGNOBOS, Charles. Les conditions psychologiques de la connaissance en histoire. **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, t. XXIV, p. 1-32, 1887.

_____. Louis Bourdeau. – L'histoire et les historiens. Essai critique sur l'histoire considérée comme science positive. Alcan, 1 vol. In-8, 472 p., 1888. **Revue Philosophique de la France et de l'Étranger**, t. XXVII, p. 89-94, 1889.

_____. **La Méthode Historique Appliquée aux Sciences Sociales**. Paris: Félix Alcan, 1901.

_____. Les conditions pratiques de la recherche des causes dans le travail historique. **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, 1907.

SIMIAND, François. L'Année Sociologique 1897. **Revue de Métaphysique et de Morale**, pp. 633-641, 1898.

_____. Méthode Historique et Science Sociale. **Revue de Synthèse Historique**. t. VI-16, p. 1-22, 1903^a.

_____. Méthode Historique et Science Sociale (Fin). **Revue de Synthèse Historique**, t. VI-17, p. 129-157, 1903^b.

_____. Sur la notion de cause en matière historique et sociologique. **Notes critiques - Sciences Sociales**, p. 129-132, 1903^c.

_____. La causalité en histoire. **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, 1906.

SOCIÉTÉ D'HISTOIRE MODERNE. **Séance du 3 janvier 1903**. Paris, 1903.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Arthur. Ernst Bernheim. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). **A História Pensada. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 47 – 68.

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre o paradigma positivista em História. **Revista Historiar**, vol. 4, n. 4, p. 1-20, 2011.

BENTHIEN, Rafael Faraco. **Interdisciplinaridades: latinistas, helenistas e sociólogos em revista (França, 1898 - 1920)**. 2011. 367 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Tempo Social e Categorias do Entendimento. In: HUBERT, Henri. **Estudo Sumário da Representação do Tempo na Religião e na Magia**. São Paulo: EDUSP, 2016.

_____. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens prática e epistemológica. **Revista de História**, n. 179, p. 1-26, 2020.

BESNARD, Philippe. La formation de l'équipe de l'Année Sociologique. **Revue Française de Sociologie**, n. 20, p. 7-31, 1979.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. **Revue Historique e Revue de Synthèse Historique: o caso A. D. Xénopol**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

_____. A historiografia francesa do século XIX nas páginas da Revue Historique (1876-1914). **Revista Eletrônica Trilhas da História**, v. 8, n. 16, p. 119-139, 2019.

BOURDÉ, Gui; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

BOURDIEU, Pierre. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. **Sociologie et sociétés**, n. 1, vol. 7, pp. 91-118, 1975.

- _____. **Razões práticas**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- _____. As condições sociais da circulação internacional das ideias. **Enfoques**, v. 1, n. 1, p. 2002.
- _____. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Editora UNESP, 2004
- BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In. _____. **História e Ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- CABRAL, Jessica. **História, Filologia e Arqueologia**: a trajetória de Jean-François Champollion através de suas sociabilidades (1790-1832). 2020. 136 f. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- CARBONELL, Charles-Olivier. Histoire et historiens une mutation idéologique des historiens français: 1865-1885. Toulouse: Toulouse Privat, 1976a.
- _____. La naissance de la Revue Historique: une revue de combat. **Revue Historique**, n. 579, p. 331-351, 1976b.
- _____. L'histoire dite "positiviste" en France. **Romantisme**, n. 21-22, p. 173-185, 1978.
- CARON, Pierre. La Société d'Histoire Moderne (1901-1904), **Revue de Synthèse Historique**, t. 8, p. 244-250, 1904.
- CARVALHO, Raphael Guilherme de. Em torno da concepção de história de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 70, p. 306-340. 2018
- CASTELNUOVO, Enrico. **Retrato e Sociedade na Arte Italiana**. Ensaios de história social da arte. Trad. Franklin de Mattos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CEZAR, Temístocles. **Fustel de Coulanges**. In: MALERBA, Jurandir (Org.). Lições de História: o caminho da ciência no longo do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010
- CHARLE, Christophe. Christophe. Le champ universitaire parisien à la fin du 19ème siècle. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 47-48, p. 77-89, 1983.
- _____. **Les professeurs de la Faculté des Lettres de Paris**: Dictionnaire Biographique 1809-1908. Volume 1. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 1985.
- _____. **Les professeurs de la faculté des lettres de Paris**: Dictionnaire Biographique 1909-1939. Volume 2. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique, 1986.

CONSOLIM, Marcia. Gabriel Tarde e as Ciências Sociais francesas: afinidades eletivas. **Mana**, vol. 14, n. 2, p. 269-298, 2008.

_____. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). **História: Questões & Debates**, vol. 53, n. 2, p. 39-65, 2010.

DAMIEN, André. **L'Institut de France**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes Históricas na França: Séculos XIX e XX**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**. Dos Annales à Nova História. Trad. Dulce A. Silva Ramos. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

_____. À l'école des Annales, une règle: l'ouverture disciplinaire. **Hermès, La Revue**, n. 67, p. 106-112, 2013.

DRIGO, Miguel Kancelskis. **História como Ciência: Debates Teórico-Methodológicos na Revue de Synthèse Historique (1900 - 1914)**. 2020. 276 f. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

DURKHEIM, Émile. **A Evolução Pedagógica**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

_____. **O individualismo e os Intelectuais**. São Paulo: EDUSP, 2016.

FABIANI, Jean-Louis. Enjeux et Usages de la « crise » dans la philosophie universitaire en France au tournant du siècle. **Annales ESC**, n. 2, p. 377-409, 1985.

_____. **Les philosophes de la république**. Paris : Les éditions de minuit, 1988.

_____. Faire école en Sciences Sociales. **Les Cahiers du Centre de Recherches**, n. 36, p. 2005.

FEUERHAHN, Wolf (Org.). **La Politique des Chaires au Collège de France**. Paris : Collège de France. Les Belles Lettres, 2017.

HAMELIN, Octave. **Essai sur les éléments principaux de la représentation**. Paris: Félix Alcan, 1907.

HARTOG, François. **O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HEILBRON, Johan. Sociologie et positivisme en France au XIXe siècle: les vicissitudes de la Société de sociologie (1872-1874). **Revue Française de Sociologie**, vol. 48, p. 307-331, 2007.

HIRSCH, Thomas. **Le temps des sociétés**. D'Émile Durkheim à Marc Bloch. Paris: Éditions de l'EHESS, 2016.

LEPENIES, Wolf. **As Três Culturas**. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP, 1996.

LÉVY-DUMOULIN, Olivier. Les « Écoles historiques » à l'épreuve de Gabriel Monod. Un historien célébré et méconnu, **Revue Historique**, n. 664, p. 789-801, 2012.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

MUCCHIELLI, Laurent. Aux origines de la nouvelle histoire en France: l'évolution intellectuelle et la formation du champ des sciences sociales (1880-1930). **Revue de Synthèse**, n. 1, p. 55-98, 1995.

_____. O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 21, n. 41, p. 25-54, 2001.

NOIRIEL, Gérard. Naissance du métier d'historien. **Genèse. Sciences sociales et histoire**, n. 1, p. 58-85, 1990.

_____. **Penser avec, penser contre**: itinéraire d'un historien. Paris : Éditions BELIN, 2003.

OAKES, Guy. History and Natural Science. **History and Theory**, v. 19, n. 2, p. 165-168, 1980.

ORAIN, Olivier. Les Écoles en sciences de l'homme : usages indigènes et catégories analytiques. **Revue d'Histoire des Sciences Humaines**, n. 32, p. 7-38, 2018.

OSÉS, Mariana Ladeira. **“Nós, os Annales”**: Marc Bloch, Lucien Febvre e a produção da Revista dos Annales (1929-1944). 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PINTO, Louis. Le détail et la nuance: La sociologie vue par les philosophes dans la Revue de métaphysique et de morale (1893-1899). **Revue de Métaphysique et de Morale**, n. 1/2, p. 141-174, 1993.

PROCHASSON, Christophe. Philosopher au XXe siècle: Xavier Léon et l'invention du « système R2M » (1891-1902), **Revue de métaphysique et de morale**, n. 1/2, p. 109-140, 1993.

PROST, Antoine. **Histoire de l'enseignement en France: 1800-1967**. Paris: Librairie Armand Colin, 1968.

_____. Seignobos Revisitado. **Vingtième siècle. Revue d'histoire**, n. 43, p. 100-118, 1994.

_____. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. Histoire et Sciences Sociales: Lectures d'un débat français autour de 1900. **Société d'Études Soréliennes**, n. 5, pp. 101-126, 2007.

_____. **História & historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

RINGER, Fritz. **Fields of Knowledge: French academic culture in comparative perspective. 1890-1920**. Cambridge: University Press, 1992.

_____. **Max Weber's Methodology**. The unification of the cultural and social sciences. Londres: Harvard University Press, 1997.

RÉVUE DE MÉTAPHYSIQUE ET DE MORALE, t. 1, 1893.

RODRIGUES, Luís Estevinha. O conceito de verdade na Crítica da Razão Pura de Kant. **Problemata - Rev. Int. de Filosofia**, v. 2, n. 1, p. 137-157, 2011.

SÁ, Rodrigo Novaes de. As contribuições de Dilthey para uma fundamentação hermenêutica das ciências humanas. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRURALRJ**, v. 2, p. 38-43, 2009.

SIMIAND, François. **A Moeda, Realidade Social**. São Paulo: Edusp, 2018.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Charles Seignobos**. In: MALERBA, Jurandir (Org.). Porto Alegre: EdiPUC, 2010.

SILVA, Brunno Hoffman Velloso da. Encontros entre História e Sociologia: primeiros embates metodológicos na França. **História e Cultura**, Franca, v.3, n.3, p. 7-27, dez., 2014.

SOULIÉ, Stéphane. La Belle époque de la Revue de métaphysique et de morale : horizon académique et tentation du politique (1891-1914), **Le Temps des médias**, vol. 11, n. 2, p. 198-210, 2008.

_____. **Les philosophes en République**. L'aventure intellectuelle de la Revue de métaphysique et de morale et de la Société française de philosophie (1891-1914). Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009.

STEINER, Philippe. **La sociologie de Durkheim**. Paris: La découverte, 2005.

THUILLIER, Guy. Un socialista déçu: Hubert Bourgin. **La Revue Administrative**, n. 240, p. 533-540, 1987.